



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E  
TERRAS TRADICIONAIS

**MIRIAM APRIGIO PEREIRA**

**LUÍZES, UM QUILOMBO EM CONTEXTO URBANO: HISTÓRIA,  
MEMÓRIA, TRAVESSIA E RE-EXISTÊNCIA DOS PRETOS DAS  
PITEIRAS**

Orientadora: Prof. Dra. Cristiane de Assis Portela (MESPT/UnB)

BRASÍLIA, DF  
NOVEMBRO/ 2018

**MIRIAM APRIGIO PEREIRA**

**LUÍZES, UM QUILOMBO EM CONTEXTO URBANO: HISTÓRIA,  
MEMÓRIA, TRAVESSIA E RE-EXISTÊNCIA DOS PRETOS DAS  
PITEIRAS**

Dissertação submetida como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre no  
Programa de Pós-Graduação Profissional em  
Desenvolvimento Sustentável (PPG-PDS),  
Área de Concentração em Sustentabilidade  
junto a Povos e Terras Tradicionais.

**Orientadora:** Dra. Cristiane de Assis Portela

BRASÍLIA, DF  
NOVEMBRO/ 2018

## FICHA CATALOGRÁFICA

PEREIRA, Miriam Aprigio.

**Luízes, um quilombo em contexto urbano: história, memória, travessia e re-existência dos Pretos das Piteiras/**, Miriam Aprigio Pereira. Brasília – DF, 2018. 163 p.

Dissertação de Mestrado - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT)

Orientadora: Dra. Cristiane de Assis Portela.

1. [Identidade] 2. [Quilombo Luízes-MG] 3. [Pretos das Piteiras] 4. [História/Memória] 5. [Travessia] 6. [Re-existências] 7. Pesquisa implicada] I. [Matriarcas escrevivências], [Miriam Aprigio Pereira]. II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O (a) autor (a) reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do (a) autor (a).

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS  
TERRAS TRADICIONAIS

**MIRIAM APRIGIO PEREIRA**

**Luízes, um quilombo em contexto urbano: história, memória, travessia e re-existência dos Pretos das Piteiras**

Dissertação submetida a exame como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável (PPG-PDS), Área de Concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais.

Dissertação aprovada em 30 de novembro de 2018.

Brasília, DF.

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Cristiane de Assis Portela/UnB  
Orientadora (Presidente da Banca)

---

Prof. Dra. Lílian Cristina Bernardo Gomes/UFMG  
Examinadora Externa

---

Prof.<sup>o</sup> Dra. Sílvia Maria Ferreira Guimarães/UnB  
Examinadora Interna

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Mônica Celeida Rabelo Nogueira/UnB  
Examinadora Interna (Suplente)

---

Prof. Ms. Givânia Maria da Silva  
Examinadora Quilombola

## AGRADECIMENTOS

Aos Ancestrais Luízes, que nos antecederam nesta saga e me estruturaram naquilo que sou - benção!;

A Suely Virgínia, a professora Shirley Miranda e ao programa Ações Afirmativas;

A Josemeire Alves...gratidão;

Aos familiares, em especial Lourdes, Anderson, Raquel, Gustavo e Júlia;

As Matriarcas e a todos os demais que me confiaram esta missão, especialmente a Sâmela, Marcos, Ronaldo e Allison: aí querido(a) missão dada, missão cumprida) ;

A toda família MESPT, e com todo carinho a professora Carolina Lopes – ombro amigo; a Antônia – pela amizade e acolhida; a Celenita – pela irmandade; a Valdelice Veron e ao Jósimo – por cuidarem do meu espírito; a Olga – pela parceria e pela troca; a Andrea Brasil pelo afago e por nos ajudar a nos sentirmos em casa; ao professor Luís Tadeu; a Professora Regina Coelly pelos passos iniciais da pesquisa.

A Professora e Orientadora Cristiane Portela por me apontar os caminhos e especialmente pela paciência;

A todos os apoiadores da causa quilombola, uma vez que este trabalho visa fortalecer este segmento;

Aos quilombolas que compartilham suas experiências através de seus escritos, e que tanto me revitalizaram quando tudo parecia perder o sentido;

Aos intelectuais pretos de ontem e de hoje, e a todos que de uma forma ou de outra somaram nesta caminhada...

A todos e a cada um de vocês, parceiros de re-existência nesta caminhada fica aqui registrada minha eterna gratidão!

# **LUÍZES, UM QUILOMBO EM CONTEXTO URBANO: HISTÓRIA, MEMÓRIA, TRAVESSIA E RE-EXISTÊNCIA DOS PRETOS DAS PITEIRAS**

## **RESUMO**

O presente estudo analisa o processo de travessia experimentado pelos Remanescentes Quilombolas Luízes através da compreensão de sua história, da escuta da narrativa de suas memórias, da auscultação de seus processos de resistência e da percepção de aspectos de sua identidade. Na condição de território quilombola, sua base é estruturada em processos históricos específicos que vão de uma condição de total isolamento ao reconhecimento na categoria de quilombo em contexto urbano. Transcorreram poucas décadas desde a chegada da urbanização que invadiu o território, sendo indissociáveis os aspectos históricos de formação do Quilombo dos Luízes e o contexto de surgimento e expansão da cidade em que está localizado: Belo Horizonte, Minas Gerais. O objetivo deste estudo é propor uma reflexão acerca da importância da auto-reflexão acerca dos processos identitários do Quilombo dos Luízes, possibilitando que a comunidade repense suas práticas ao apresentar aspectos relevantes de sua cultura e histórias. Através da metodologia específica de uma pesquisa implicada, buscou-se destacar o protagonismo de seus sujeitos através da oralidade e das fontes documentais analisadas, além de estabelecer interlocução exclusivamente com estudos elaborados por teóricos quilombolas e pesquisadoras (es) pretas(os). O resultado é uma produção voltada para o coletivo em questão, fomentada por seus próprios recursos e reveladora da importância da manutenção e continuidade do legado Luízes, como mecanismo de resistência a inspirar outros segmentos tradicionais e étnico-raciais.

**Palavras-chave:** Identidade; Quilombo Luízes-MG; Pretos das Piteiras; História/Memória; Travessia

## ABSTRACT

This current study analyzes the transcending process experienced by the Remanescentes Quilombolas Luízes through the comprehension of their history, by listening the narratives of their memories, by auscultating their resistance processes and from the perception of their identity aspects. Under the condition of quilombola territory, the basis is structured in specific historical process that goes from a total isolation to the recognition in the category of a quilombo in urban context. Only a few decades had past since the arriving of the urbanization that surrounded the territory, being inseparable the historical aspects of formation of Quilombo dos Luízes, and the context of emergence and expansion of the city in which it is: Belo Horizonte, Minas Gerais. The goal of this study is to propose a reflection about the importance of self-reflection about the identity processes of Quilombo dos Luízes, allowing the community to rethink their practices, by presenting relevant aspects of their culture and histories. Through the specific methodology of an self-developed research, we sought to highlight the protagonism of their subjects through the orality and from the analyzed documental sources, besides establishing interlocution exclusively with studies elaborated by black researchers and quilombola theorists. The result is a production aimed at the collective in question, fomented by its own resources, developers of the importance of maintenance and continuity of Luízes legacy, as a mechanism of resistance to inspire other traditional and ethnic-racial segments.

**Key Words:** Identity, Quilombo Luízes-MG; Pretos das Piteiras; History/Memory; Transcending

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia  
ADCT – Atos das Disposições Constitucionais Transitórias  
ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade  
ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais  
BH – Belo Horizonte  
CNE – Conselho Nacional de Educação  
COMPIR – Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CONAQ – Coordenação Nacional de Quilombos  
COPENE – Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as  
CUPI – Culturas e Histórias dos Povos Indígenas  
DPE – Defensoria Pública do Estado  
DPU – Defensoria Pública da União  
EEQ – Educação Escolar Quilombola  
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio  
EPPIR – Educação e Política de Promoção da Igualdade Racial  
FC – Fundação de Cultura  
FAE – Faculdade de Educação  
FCP – Fundação Cultural Palmares  
FNB – Frente Negra Brasileira  
FMC – Fundação Municipal de Cultura  
IEPHA – Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico  
IN – Instrução Normativa  
INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária  
INCTI - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia  
LabPop – Laboratório Popular  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases  
MESPT – Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais  
MPF – Ministério Público Federal  
MNU – Movimento Negro Unificado  
NUQ – Núcleo de Estudos em Populações Quilombolas e Tradicionais  
N'GOLO – Federação Quilombola de Minas Gerais  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
PUC – Pontifícia Universidade Católica  
PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação  
SEPPIR – Secretaria Nacional de Política de Promoção da Igualdade Racial  
SUDECAP – Superintendência de Desenvolvimento da Capital  
SMARU – Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana  
STF – Superior Tribunal Federal  
TEN – Teatro Experimental do Negro  
UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais  
UnB – Universidade de Brasília  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura



*Danfo Sine, o grande Doma bambara que conheci na infância  
em Bougouni  
e que era o Chantre do Komo, antes de iniciar uma história ou  
lição costumava  
dizer:*

*“Oh, Alma de meu Mestre Tiemablem Samaké!  
Oh, Almas dos velhos ferreiros e dos velhos tecelões,  
Primeiros ancestrais iniciadores vindos do Leste!  
Oh, Jigi, grande carneiro que por primeiro soprou  
Na trombeta do Komo,  
Vindo sobre o Jeliba (Níger)!  
Acercai - vos e escutai-me  
Em concordância com vossos dizeres  
Vou contar aos meus ouvintes  
Como as coisas aconteceram,  
Desde vós, no passado, até nós, no presente,  
Para que as palavras sejam preciosamente guardadas  
E fielmente transmitidas  
Aos homens de amanhã  
Que serão nossos filhos  
E os filhos de nossos filhos.  
Segurai firme, ó ancestrais, as rédeas de minha língua!  
Guiai o brotar das minhas palavras  
A fim de que possam seguir e respeitar  
Sua ordem natural”.*

***(J. Ki-Zerbo em História Geral da África)***

***Serão sempre as terras do Senhor?***

*É invasão  
quando gente do campo  
planta o espírito de Palmares  
e dá vazão ao desejo de criar  
um Quilombo  
e trabalhar com seus pares?*

*É invasão  
se as terras do Senhor  
cobrem-se de mato  
enquanto olhares à espreita  
esperam que uma estrela  
traga-lhes justiça e  
desfaça o temor?*

*É invasão  
quando em Luiza Mahin  
outra mulher se transforma  
pra acabar com a dor  
de ser tratada como  
coisa-ruim?*

*É invasão  
o homem  
fincar os pés na terra, pois  
será a própria Terra que  
vai devorá-lo como  
um João-ninguém?*

*Um dia, quem sabe,  
depois dos 300, 400, 1000 anos de Palmares  
gestaremos novos Zumbis, Acotirenes  
para redesenhar  
a Nação  
e talvez do rubro solo  
verdes frutos surgirão.*

**(Esmeralda Ribeiro em *Cadernos Negros 17*, p. 20-21)**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1. EM BUSCA DE OUTRAS HISTÓRIAS E NARRATIVAS... DA NAÇÃO, DA CIDADE, DOS QUILOMBOS E DAS PITEIRAS.....	20
1.1. A quem importa (ou não) uma narrativa preta? Linha do tempo da negação e conquistas de nossos direitos.....	22
1.2. Colonização na visão de um mestre quilombola.....	30
1.3. A formação da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais - MG.....	34
1.4. Da Fazenda ao Quilombo.....	39
1.5. Povos e Comunidades Tradicionais.....	51
1.6. Os Luízes e a Legislação Quilombola.....	55
1.6.1. Quilombo em contexto urbano.....	58
1.6.2. Aquilombamentos: A Resistência sobre outros formatos.....	63
1.6.3. Ocupantes atuais do território: Comunidade de Sangue e Comunidade de Residência em um quilombo em contexto urbano.....	65
1.6.4. Referências outras: “Eles falam por nós” .....	79
1.6.4.1. Trabalhos Acadêmicos.....	80
1.6.4.2. Documentários.....	80
1.6.4.3. Instrumento Jurídico.....	81
CAPÍTULO 2. OS LUÍZES: IDENTIDADE EM UMA HISTÓRIA DE TRAVESSIA.....	84
2.1. Confluindo identidade(s) em travessias.....	87
2.1.1. Confluência 1. Os Kalungas.....	89
2.1.2. Confluência 2. Os moradores do entorno.....	91
2.1.3. Confluência 3. N’Golo, educação e patrimônio.....	94
2.1.4. Confluência 4. Carnaval de 2018.....	102
2.1.5. Confluência 5. Festa de Sant’Anna e Festa da Resistência.....	103
2.1.6. Confluência 6. Religião de Matriz Africana.....	108
2.1.7. Confluência 7. Gabinetona: Mandato popular compartilhado....	112
2.1.8. Confluência 8. Feminismo.....	114
2.1.9. Confluência 9. Saberes Tradicionais UFMG.....	120
2.1.10. Confluência Síntese: Reconhecimento Luízes Patrimônio Imaterial.....	123
CAPÍTULO 3. ESCREVIVÊNCIAS ENTRE OS LUÍZES: MEMÓRIAS COMO FORMA DE RE-EXISTÊNCIA.....	127
3.1. Minhas vivências ao longo do processo de pesquisa.....	127
3.2. Matriarcas escrevivência nos Luízes.....	131
3.3. Re-existir sendo Luízes.....	154
CONSIDERAÇÃO FINAIS.....	158
Referências Bibliográficas.....	159
Anexo. Galeria de Fotos- Antiguidades Luízes.....	166

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação se apresenta como uma narrativa híbrida, sendo ao mesmo tempo o resultado de reflexões acadêmicas construídas nesses dois anos de *pesquisa implicada*, mas também como produto destinado a subsidiar um processo auto-reflexivo da identidade dos Quilombolas Luízes, comunidade da qual faço parte e em que estão as minhas raízes ancestrais. O texto está orientado, portanto, por uma abordagem crítica que traz para um primeiro plano o protagonismo dos próprios sujeitos Luízes. Em especial, estabeleço interlocução com as matriarcas Luízes e suas narrativas sobre os antigos Pretos das Piteiras, como fomos historicamente reconhecidos. Dialogamos com as produções de outros quilombolas e de autoras/es pretas/os<sup>1</sup> de diversas áreas. Partindo de uma análise da história que se tornou hegemônica e a contrapondo por meio de uma *abordagem histórica contra-colonizadora* (expressão inspirada no intelectual quilombola piauiense Nego Bispo), será aqui apresentada uma leitura das re-existências históricas de um quilombo que resiste no contexto urbano da capital de Minas Gerais.

Argumento que, de comunidade rural a quilombo em contexto urbano, de comunidade tradicional a moradores de uma cidade moderna, os Luízes chegam ao século XXI afetados por aspectos diversos que marcam nossa travessia, e é importante que nossa identidade seja reconhecida em meio a estes atravessamentos. Atravessamentos estes, que nesse estudo dialogam com o camaronês Jean-Godefroy Bidima<sup>2</sup> na tentativa de encontrar resposta para a seguinte pergunta: **Não somos mais aquilo que já fomos, mas o que nos tornamos?** Este dilema, que está posto para os povos africanos após os consecutivos momentos de atuação colonizadora sobre o continente, e que tem sido enfrentado pela filosofia africana, é também assumido pelos Luízes na contemporaneidade, assim como para tantos outros povos em diáspora. No caso do Quilombo dos Luízes, os impactos ocasionados pelo capitalismo e pela especulação imobiliária são ainda mais sentidos pelo fato de que o coletivo tradicional se viu nas últimas décadas diluído em meio ao caos imposto pela urbanização crescente, o que trouxe consigo e intensificou, dentre outros fatores, as mazelas do racismo. A despeito disso, se a análise de fontes documentais inicialmente nos permitiu identificar

---

<sup>1</sup> Utilizaremos nesta dissertação o termo preta/preto na referência aos afro-brasileiros, em rejeição ao

<sup>2</sup> Filósofo camaronês Jean-Godefroy Bidima, De La traversé: raconter dès expériences, partager le sens. Tradução para uso didático por Gabriel Silveira de Andrade., disponível em: [https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/jean-godefroy\\_bidima\\_-\\_da\\_travessia.\\_contar\\_experiencias\\_partilhar\\_o\\_sentido.pdf](https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/jean-godefroy_bidima_-_da_travessia._contar_experiencias_partilhar_o_sentido.pdf)

elementos que demonstram que, para além da *opressão*, a história do Luízes foi marcada pela *resistência*, por meio dos relatos orais das matriarcas Luízes nos será apresentado um rico universo permeado por boas memórias dos tempos das vivências rurais dos pretos da Fazenda Piteiras, demonstrando que estes sujeitos foram *protagonistas* dessa história.

Trasladados de forma compulsória para o Brasil, a população oriunda da diáspora africana, foi aqui introduzida para atender ao sistema de escravidão. Já há algum tempo, a população negra - reconhecida pelo IBGE como o conjunto de pessoas que se autoidentificam pretas ou pardas - constitui grande parcela desta população, hoje mais da metade de acordo com os dados do último Censo, realizado no ano de 2010<sup>3</sup>. Já a realidade social do país é o reflexo da negação desta ampla presença da população preta historicamente, ocasionando um processo que socialmente se converte em uma prática de extermínio cotidiano, em especial da juventude preta em contexto urbano. Maioria a compor os quilombos da nação, os pretos que outrora resistiram à escravidão, no pós abolição lutam pelo direito à terra, trabalho, dignidade e pela vida. Desde o desembarque nos portos, no passado foram expropriados de toda a sua liberdade, pátria, história, subjetividade, religiosidade, língua, cultura e até mesmo de seus próprios nomes, deste modo, o período preparatório da abolição, já lhes reservava outros desafios.

Expatriados de seu território de origem – a saber, lugares diversos do continente africano - a lei de Terras de 1850 repete o feito no Brasil, posto que ela tem como objetivo assegurar que estas fossem parar nas mãos daqueles que tivessem como pagar para tê-las. Outras leis como a da vadiagem e da proibição de acesso às instituições de ensino, prestam este mesmo papel de assegurar a exclusão dos remanescentes de escravizados em solo brasileiro. Soma-se a estes mecanismos de exclusão o racismo, que desqualifica, inferioriza, subjuga a população preta, privando-a do direito de se ter direitos e, portanto, do direito à vida.

O projeto do colonizador sempre foi a desumanização dos sujeitos, pois através do processo de aculturação, torna-se mais fácil manipular mentes e corpos, colocando-os a disposição de seus interesses de exploração e pilhagem. Logo, as diversas etnias africanas são reduzidas a um genérico chamado “negros”, as numerosas nações indígenas passam a ser “índios”, e os povos nativos passam a ser “colonizados”. Este foi

---

<sup>3</sup>[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas\\_raciais/default\\_raciais.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/default_raciais.shtm)

o processo de dominação europeia, que nos livros está registrado como ato heroico, que reitera o feito civilizatório como realização de um destino comum ao qual todos os povos deveriam ser submetidos.

No presente estudo, no entanto, a essa história tornada oficial será confrontada por quem a vivencia num outro extremo. Aqui será concedido o direito de fala aos quilombolas, aos autores e autoras pretos/as, e também serão abordados os feitos e relatos dos quilombolas Luízes. Trata-se de uma comunidade formada por descendentes de sujeitos oriundos da escravidão que constituíam um agrupamento étnico previamente existente naquele espaço em que seria construída a cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Este território ancestral foi a fazenda do ex-escravizado Nicolau Nunes Moreira, que adquiriu esta propriedade em fins do século XIX. Não muito distante dali, Manoel Luiz, também remanescente do sistema escravocrata, recebe uma parcela da fazenda Bom Sucesso como compensação do tempo de trabalho prestado. Três de suas filhas casam-se com os três filhos do Nicolau, passando todos a residir na fazenda Piteiras. Reproduzem nesta localidade um estilo de vida de base rural e comunitária, constituindo assim a gênese do Quilombo dos Luízes. Após meados do século XX, esta região, antes inóspita, torna-se urbana, alterando drasticamente a dinâmica social dos herdeiros de Nicolau, especialmente por expropriar de seus ocupantes ancestrais, parte considerável do território. Diante das mudanças sociais e estruturais, a fazenda passa a ser uma Vila, e é batizada com o nome de sua ilustre matriarca: Maria Luiza Moreira.

Após a constituição de 1988, ainda que os processos de retomada do território estivessem tramitando na justiça, os ocupantes da Vila Maria Luiza, não suportavam mais as perdas que seguiam livre curso. Por esta razão, recorrem no ano de 2004 à legislação quilombola, buscando assim assegurar a manutenção da fração restante do território ancestral. O auto-reconhecimento foi oficializado, mas a concretização da proteção jurídica de suas terras de uso tradicional não ocorreu efetivamente. Os Luízes ocupam atualmente menos de 20% de seu território original. Entretanto, o engajamento na luta por direitos, ganhou visibilidade e o coletivo passou a ser referência de luta por direitos dos Povos Tradicionais e, de forma mais específica, do segmento quilombola. Esta notoriedade se associa ao fato de que Luízes tornou-se referência de luta pelo direito ao território como comunidade remanescente de quilombo reconhecido em contexto urbano.

Considerando este contexto histórico, a pesquisa lança luz sobre o protagonismo Luízes, que tem como destaque a dedicação de mulheres no embate por direitos, e se

propõe a refletir sobre como operam os processos identitários deste coletivo. Dito de outro modo, o problema aqui analisado consiste em perguntar sobre os desafios impostos aos povos tradicionais frente aos desafios impostos pelo advento da modernidade e pela pressão oriunda da expansão das fronteiras capitalistas e do crescimento urbano elitizado, que expulsa cada vez mais para as suas periferias os sujeitos que o sistema busca subalternizar.

Como disse anteriormente, vislumbramos que este estudo seja acessível aos próprios Luízes, e foi grande o esforço empreendido neste sentido, na medida em que procurei deixá-lo o mais didático possível, além de se caracterizar por uma leitura fluida e de fácil compreensão. Ao contemplar somente autoras/es pretas/os, nos alinhamos academicamente com uma proposta de narrativa contracolonizadora. Ao registrarmos as falas das matriarcas Luízes, nos colocamos em negociação com nossas próprias trajetórias narradas e elaboradas como re-existências neste processo de travessia. A história que torna-se reconhecida e registrada como patrimônio imaterial do município que sempre a negou, avança hoje para o enfrentamento de novos desafios, buscando assimilar esta re-existência de uma identidade *sui generis*, inaugurada por nossos ancestrais. Que a luta pelo território, pelo direito e pela dignidade seja sempre a tônica deste e de outros grupos que formulam suas próprias histórias como um outro sentido de nação do povo brasileiro, aquele que reconhece as diferentes formas que operam em contextos de diáspora.

Para a realização desta produção, foi colocada em prática uma pesquisa ação que tem a ver com esse caráter explicitamente implicado de uma pesquisa que tem sua autora como parte da própria comunidade pesquisada, deste modo, subverteu-se em todos os momentos de pesquisa a tradicional relação sujeito-objeto, seja nas rodas de conversa, nas oficinas de fotografia, na gravação de documentário, nos processos colaborativos de curadoria, na realização de eventos, na recepção de outros coletivos e na oferta de cursos ministrados a terceiros com o propósito de promover uma auto-reflexão por parte dos próprios Luízes. O propósito foi evidenciar a questão da travessia, bem como a necessidade de empenhar esforços que assegurem a manutenção do grupo, visando demonstrar a todos que a responsabilidade pela nossa história e narrativas estão a cargo de cada um que faz parte desse coletivo. Estes encontros tinham como objetivo também, destacar para o grupo o caráter diferenciado de sua identidade, que em si traz contribuições importantes para o histórico de formação da cidade.

Atuei enquanto mediadora na realização destas ações, uma vez que este tema Luízes é de meu interesse desde tenra idade, e dada minhas diversas atuações nas esferas sociais, educacionais e judiciais para que seja mantida a trajetória de luta instaurada pelos nossos ancestrais. Através de nossas lides cotidianas, tive a atuação de uma pesquisadora infiltrada, lugar que classifico como sendo de privilégio e tensão, pois, quase sempre é necessário racionalizar emoções e sentimentos. Este olhar diferenciado nos possibilita especialmente, constatar o universo das possibilidades, o que muitas vezes é complexo para os comunitários, tão imersos eles se vêm no enredamento da questão.

As atividades voltadas para a finalidade da pesquisa, bem como as entrevistas, ocorreram entre 2017 e 2018 e apesar de atenderem objetivos outros – citando como exemplo a gravação do documentário e as reuniões destinadas ao Registro do Patrimônio, cumpriam a função de atender aos requisitos da pesquisa, além de expor características das práticas e de situações vivenciadas pelo coletivo em questão. Durante este período também, dei continuidade a minha condição de membro do Conselho da Igualdade Racial; participação em cursos de aperfeiçoamento educacional voltados para Indígenas, Quilombolas e de promoção da Igualdade Racial; formação em cursos na área de Direitos Humanos e de acionamento de Direitos promovidos pela Defensoria Pública; capacitação em cursos de Gestão Cultural, além de promover formação de parcerias com outros grupos do segmento dos Povos e Comunidades Tradicionais, visando embasamento para as ações internas de fortalecimento do coletivo Luízes.

O foco deste trabalho de campo foi totalmente voltado para os aspectos que associam elementos de pertencimento elaborados pelos próprios membros, fazendo uso também de componentes de grupos semelhantes e afins, na busca pela implementação de técnicas de beneficiamento cultural para o grupo. Através da promoção do debate acerca das políticas públicas e da luta quilombola, da pauta sobre a visibilidade, da reflexão sobre outras realidades vividas por grupos quilombolas – especialmente aquelas presentes na cidade e região metropolitana, da promoção do autocuidado e da saúde, do resgate de antigas práticas e de formas de auto-organização diversas, muitas reflexões foram propostas. Especialmente para as mais velhas, a tensão nós/outros que salienta a questão da diferença, é tema recorrente nestas oportunidades de diálogo.

Busquei ainda dar relevo a referência quilombola, o que não é bem assimilado pela maioria. Todos se sentem pretos das Piteiras; se identificam como Luízes, mas, a temática quilombola propriamente dita, é algo ainda em construção, algo ainda não



assimilado pela totalidade do grupo. Contudo, evidencio sempre as implicações disto no âmbito dos embates judiciais, e neste sentido, oportunizamos algumas rodas de conversa que contaram com a participação destes profissionais, tais como: procurador da república, defensor público, advogados populares, mediadores de conflitos, etc. O cenário contrário a nossa existência foi recorrentemente mencionado, como forma de provocar um despertar para que se dê a reafirmação coletiva, no enfrentamento dos desafios.

A pesquisa está ordenada pelos fundamentos da pesquisa de campo, seguindo os critérios de uma etnografia que partiu da pesquisa ação e da observação participante. Utilizando técnicas voltadas para o desempenho destas modalidades, respeitando as peculiaridades do grupo, a realização da pesquisa ora se dava pela provocação das ações e dos debates, ora se processava através da observação intensa das reações dos sujeitos. No âmbito etnográfico, o registro de informações foi realizada através das entrevistas gravadas e registros fotográficos, além da observação dos fatos relevantes. Apesar do registro audiovisual das rodas de conversa, optou-se por registrar neste escrito a narrativa das mais velhas, uma vez que a análise fica por conta da questão da Transição.

Para além das entrevistas e conversas gravadas, o exercício de escutas livres foram componentes importantes da metodologia, foi adquirido um celular destinado a gravar, fotografar e guardar na memória o registro destas ações. Uma máquina profissional também foi adquirida para a realização do curso de fotografia, que se destinou a mobilizar o grupo numa ação coletiva, de reconhecimento de si, do outro e que proporcionasse um outro olhar sobre o território. Além de contemplar a perspectiva de interatividade intergeracional, na medida em que esta buscou contemplar todas as faixas etárias.

Como afirmo no início deste texto, trata-se de uma *pesquisa implicada*. Sendo assim, na condição de articuladora quilombola na equipe que esteve à frente dos trabalhos do Registro de Patrimônio Imaterial, fui responsável pela organização das rodas de conversa, seleção e fornecimento de material de pesquisa, indicação e escolha dos entrevistados, escolha e agendamento para que fossem feitas as gravações audiovisuais e condutora das ações ocorridas dentro do território. Os trabalhos seguem na participação da pós produção, e o material bruto oriundo desta intensa atividade - que teve como produtos um dossiê e um documentário - foram publicizados para a comunidade e armazenados em HD externo que se encontra sobre os meus cuidados. Tais âmbitos de atuação não são distintos do meu próprio contexto de pesquisa,

portanto, assumimos esta como uma particularidade estruturante neste trabalho, o que se reflete na sua escrita, nos procedimentos metodológicos, nos produtos vislumbrados, nas concepções epistemológicas e narrativas que assumimos.

A realização da festa de Sant'Ana de 2017 e 2018 se constituiu também como estratégia importante de fomento da pesquisa. A tradicional comemoração religiosa, havia sido restabelecida no ano de 2000 após ter sido suspensa desde o falecimento da matriarca Maria Luiza Moreira ocorrido na década de 1970, entretanto, a prática esteve paralisada desde 2014. Por se tratar de um momento importante para o restabelecimento de laços comunitários dos Luízes, empreendi esforços para que nestes dois últimos anos a festividade fosse retomada, participando inclusive de licitação em chamada pública para acessar recursos financeiros destinados a atender esta demanda. Como vislumbrava, estes foram momentos muito importantes para que a comunidade fosse motivada a repensar os sentidos de nossos vínculos identitários e traços diacríticos que nos constituem como Pretos das Piteiras.

Atendendo a uma demanda da pesquisa crítica, a construção deste trabalho busca utilizar do próprio modo de ser e fazer dos Luízes para que se desse a sua concretização. Apesar de cumprir com o rito acadêmico, mesmo porque existe a ligação real com a academia, a dinâmica da pesquisa foi sendo moldada dentro de uma lógica autônoma, instrumentalizada pelo enredo do coletivo. Destaco ainda que uma ampla pesquisa documental foi possibilitada graças a algumas ações mobilizadas pelo Conselho criado pela comunidade, bem como pela disponibilidade de órgãos como: Arquivo da Cidade, Arquivo Público Mineiro, Ministério Público e Defensoria Pública da União, instituições que disponibilizaram o seu acervo para que fosse realizada a pesquisa. Por motivos que optamos por não adentrar, a densa pesquisa documental não foi aqui exaustivamente registrada, mas, trata-se de um rico arcabouço que aborda detalhes importantes sobre o histórico de resistência da comunidade.

A dissertação se estrutura por meio de capítulos que problematizam a história e as memórias compostas por travessias e re-existências entre os Pretos das Piteiras. O primeiro capítulo, intitulado “História (do Brasil, da cidade, dos quilombos e das Piteiras)” problematiza a história de formação do Brasil, contrapondo o olhar do colonizador ao do colonizado, abordando ainda o histórico de formação da cidade de Belo Horizonte e do quilombo dos Luízes. Buscando contrapor a noção da existência de “quilombos urbanos”, como se os quilombos em suas especificidades territoriais e de base ancestral pudessem ser uma criação urbana, buscamos defender a existência de

“quilombos em contexto urbano”. Após tecer breves comentários sobre o conceito de quilombo, problematizamos o uso inadequado deste conceito, enfatizando a existência de formas diversas de aquilombar-se. O capítulo apresenta ainda referências de alguns trabalhos de pesquisa realizados sobre o quilombo e a explicação sobre as formas de racismo.

No segundo capítulo, “Os Luízes: identidade em uma história de travessia”, problematizamos as concepções de identidade que são norteadoras deste trabalho, além de fazermos o relato das vivências que fomentaram o processo de escrita. Neste capítulo, tem-se também a descrição de uma série de fatos, situações, formações e outros ocorridos durante a realização da pesquisa, que muito revelam acerca das transformações ocorridas ao longo do processo, que passaram a estabelecer uma outra forma de atuar na militância em prol do engajamento na luta. Lidas como Confluências, estas experiências foram subdivididas em: Os Kalungas; Os moradores do entorno; N’Golo, educação e patrimônio; Carnaval de 2018; Festa de Sant’Anna e Festa da Resistência; Religião de Matriz Africana; Gabinetona: mandato popular compartilhado; Feminismo; Saberes Tradicionais UFMG e Reconhecimento Luízes Patrimônio Imaterial.

Já no terceiro e último capítulo “Escrevivências entre os Luízes: memórias como forma de re-existência” abordo sobre Minhas vivências ao longo do processo de pesquisa, sendo também apresentados relatos orais de mulheres matriarcas do Luízes, encerrando com uma análise sobre re-existir sendo Luízes.

Como Considerações Finais procuro relatar algumas constatações observadas ao longo deste processo de lutas dos Povos Tradicionais e em especial de sua ramificação quilombola; destaco as especificidades e o protagonismo Luízes e a proposta contracolonizadora defendida através desta escrita. Nas Referências Bibliográficas composta basicamente por autoras e autores pretos, privilegamos a intelectualidade daqueles que como nós, partilham de um diferenciado legado ancestral que repercute em sua produção literária, poética, autoral enfim.

## **CAPÍTULO 1. EM BUSCA DE OUTRAS HISTÓRIAS E NARRATIVAS... DA NAÇÃO, DA CIDADE, DOS QUILOMBOS E DAS PITEIRAS**

*À medida que falamos do nosso lugar numa maneira própria, estamos dizendo coisas que muita gente não quer ouvir, ou tem medo de ouvir. E nesse exato instante estamos rompendo a máscara da invisibilidade colocada em nós por aqueles que nos querem negar ou nos ver à sua maneira, maneira esta que basicamente consiste em nos retratar no servilismo que não tem outro objetivo senão o de se curvar à vida alheia, que de preferência deve ser a vida de algum branco.*

*Miriam Alves em Quilombos Hoje, 1985*

O presente estudo analisa a história da comunidade de Remanescentes Quilombolas Luízes, considerando-a como referencial de memória e identidade na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais desde os anos finais do século XIX, no momento em que ocorre a construção desta capital, primeira cidade planejada do Brasil. Iniciaremos esta análise, portanto, com uma contextualização que trata da formação do Brasil até sua configuração atual, bem como as alterações estruturais que modificam a dinâmica do grupo. Neste sentido, serão abordadas questões concernentes aos aspectos da colonização portuguesa, seus desdobramentos e reflexos; a formação do quilombo e a continuidade da luta desta comunidade, tendo como base a questão da identidade. Compreender as características deste coletivo, e reconhecê-lo como uma ramificação dos Povos e Comunidades Tradicionais, presente em contexto urbano, é fundamental para as reflexões acerca daquilo que somos enquanto nação.

Temos na história tida como “oficial” - ou que se tornou hegemônica – uma narrativa que em linhas gerais nos ensina que: Um continente povoado por nações indígenas diversas passa a ser ocupado por colonizadores europeus nos anos finais do século XV, mais precisamente no ano de 1492 quando Américo Vespúcio chega ao território que levará o seu nome: América. Em 1500 chega à porção sul da América uma tripulação portuguesa comandada por Pedro Álvares Cabral, e nos escritos sobre o tema, consta o termo “descobrimento” ao falar desta chegada. Contudo a historiografia crítica passa a reconhecer e difundir a ideia de que o que ocorreu foi à intrusão europeia que alterou significativamente aspectos sociais, culturais, geográficos e ambientais do continente, afetando povos que há muito aqui habitavam. Ainda assim, no imaginário popular permanece uma compreensão que legitima a atuação dos colonizadores europeus, conduz a um entendimento de que, competia às nações a missão de civilizar.

Tal leitura estabelece um marco histórico que desconsidera os povos nativos da América, situando-os num momento prévio à história propriamente dita.

Em relação à colonização portuguesa no continente americano, contam-nos que em um primeiro momento deram a esta região o nome de Monte Pascoal, em seguida passaram a nomeá-la como Ilha de Vera Cruz e antes de se tornar Brasil, teve ainda o nome de Terra de Santa Cruz. Tais nomeações revelam a forma com que os lusitanos utilizaram a referência cristã em suas investidas sobre esta porção do continente, cuja extensão foi sendo desvendada gradualmente. Esta fração continental passa a ter suas riquezas naturais expropriadas pelo colonizador, que promove ainda a escravização e o genocídio dos nativos objetivando dar livre curso ao projeto colonizador civilizatório. O desestabilizado cenário econômico no continente europeu pressionava ainda mais a situação de exploração de riquezas do além mar. Sob a alegação da catequização dos indígenas, os portugueses impuseram sua religiosidade a estes povos desconsiderando suas formas originais de professar suas próprias religiosidades, que se dava em sintonia com a natureza. Nos contam também que a “não adaptação” dos nativos da terra ao trabalho forçado imposto pelo explorador dos bens naturais levou os lusitanos a traficar povos africanos. Assim, através de uma intensa movimentação diaspórica, um sem fim de seres humanos passa a ser escravizados em solo brasileiro desde o século XVI<sup>4</sup>.

### **1.1. A quem importa (ou não) uma narrativa preta? Linha do tempo da negação e conquistas de nossos direitos**

De boçal a ladino<sup>5</sup>, os africanos desembarcados nos portos brasileiros, para servir de mão de obra escravizada, tornam-se pretos crioulos aqueles nascidos no Brasil. E a estes, nenhuma espécie de direito foi assegurado, muito ao contrário, o que estudos

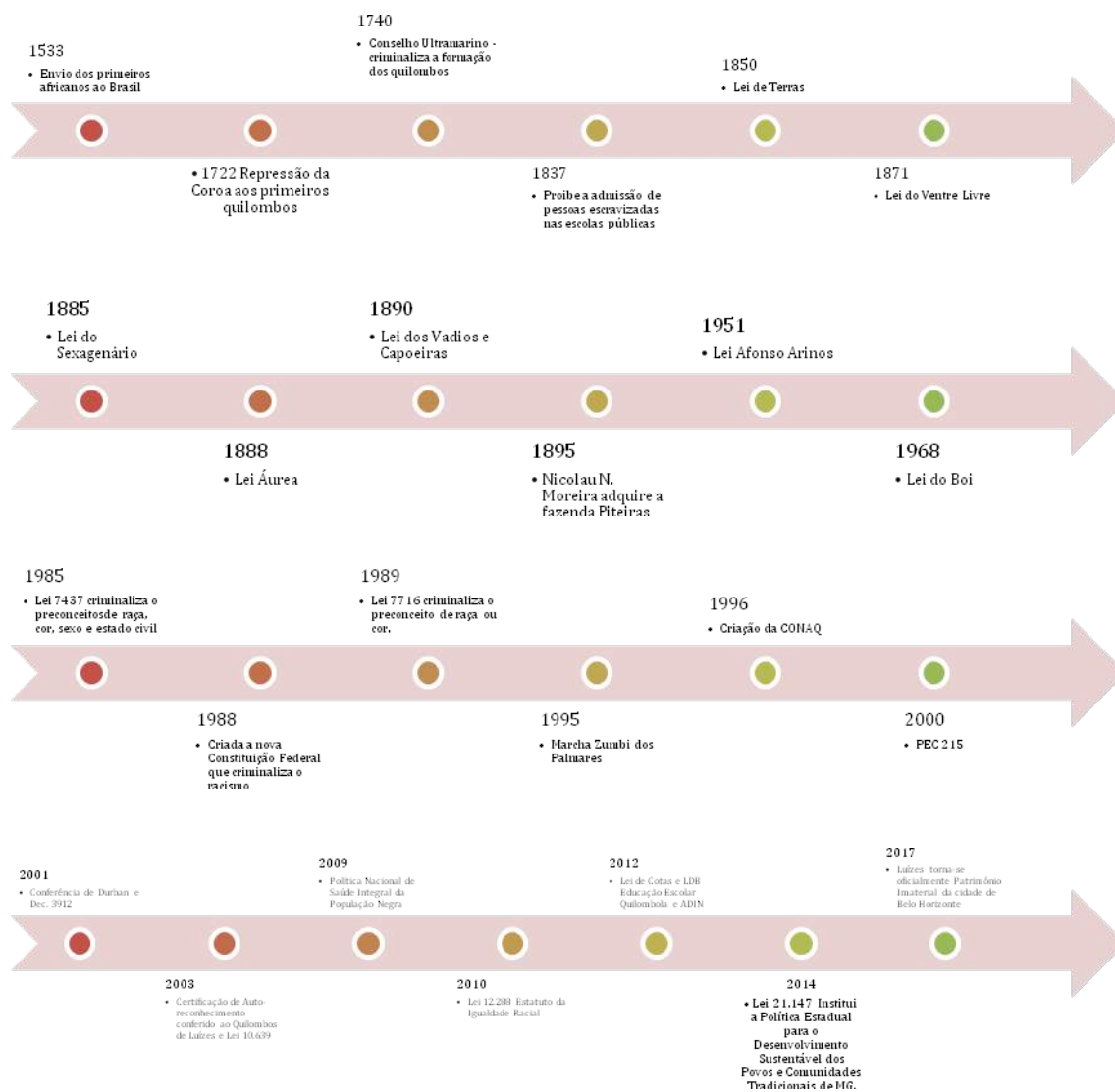
---

<sup>4</sup> Estudos revelam que o registro mais antigo referente ao envio de africanos data de 1533, quando o capitão-mor da costa brasileira Pero de Góes reivindica ao rei português Dom João III – o Piedoso, o envio de 17 africanos para a sua capitânia de São Tomé. Esta região é onde se localiza o estado do Rio de Janeiro e a substituição de mão-de-obra indígena é iniciada com pessoas oriundas da Guiné. Em artigo veiculado pela Assembleia Legislativa de São Paulo, por ocasião da comemoração pelo dia da Consciência Negra, no tocante à vinda dos primeiros escravizados, tem-se a afirmação de que: “Por alvará de 29 de Março de 1559, dona Catarina de Áustria, regente do reino de Portugal e avó de Dom Sebastião 1º, o monarca que na ocasião contava com apenas cinco anos de idade, autorizou cada senhor de engenho de açúcar do Brasil, mediante certidão passada pelo governador-geral, a importar até 120 escravos. Só no Rio de Janeiro, estima-se que 5,5 milhões de escravos lá chegaram entre os séculos 16 e 19, o que representou 40% do total dos negros trazidos da África. Outros portos de desembarque de escravos no Brasil foram Salvador, Recife e São Luís”. (<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=368608>)

<sup>5</sup> Boçal: denominação do negro escravo recém chegado da África.

Ladino: denominação do negro escravo, já aculturado, que entendia o português e possuía algum tipo de especialização. (Fonte: Dicionário Histórico Brasil – Colônia e Império)

e documentos revelam, é que contra estes indivíduos se processava todas as formas de violação de direitos. Por meio de uma linha do tempo podemos destacar como foi à construção das bases de negação e conquista de direitos da população preta.



Estudos revelam que o registro mais antigo referente ao envio de africanos data de 1533, quando o capitão-mor da costa brasileira Pero de Góes reivindica ao rei português Dom João III – o Piedoso, o envio de 17 africanos para a sua capitânia de São Tomé. Esta região é onde se localiza o estado do Rio de Janeiro e a substituição de mão-

de-obra indígena é iniciada com pessoas oriundas da Guiné. Em artigo veiculado pela Assembleia Legislativa de São Paulo, por ocasião da comemoração pelo dia da Consciência Negra, no tocante à vinda dos primeiros escravizados, tem-se a afirmação de que:

Por alvará de 29 de Março de 1559, dona Catarina de Áustria, regente do reino de Portugal e avó de Dom Sebastião 1º, o monarca que na ocasião contava com apenas cinco anos de idade, autorizou cada senhor de engenho de açúcar do Brasil, mediante certidão passada pelo governador-geral, a importar até 120 escravos. Só no Rio de Janeiro, estima-se que 5,5 milhões de escravos lá chegaram entre os séculos 16 e 19, o que representou 40% do total dos negros trazidos da África. Outros portos de desembarque de escravos no Brasil foram Salvador, Recife e São Luís. (<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=368608>)

O enunciado evidencia o caráter exploratório do colonizador e a naturalização através da qual a questão da escravização de seres humanos era administrada pelos portugueses, sendo que 120 vidas foram introduzidas no Brasil para cada senhor de engenho, de acordo com os seus interesses exclusivistas. Destaca-se ainda o fato desta empreitada contar com o apoio da igreja, sob a justificativa de que pessoas de pele escura não eram considerados humanos, sendo assim, até mesmo os representantes desta instituição concediam tratamento desumano aos escravizados africanos. Em dissertação que aborda a questão quilombola, a antropóloga Bárbara Oliveira Souza traça um panorama acerca do contexto colonial nestes primeiros séculos de exploração e cerceamento de ações dos escravizados que, já naquele período, buscaram se opor ao sistema escravocrata. Em seus escritos ela pontua que:

As referências primeiras aos quilombos foram pronunciadas pela Coroa Portuguesa e seus representantes que administravam o Brasil colônia. Essas referências situam-se no contexto de repressão da Coroa aos negros aquilombados. O seu marco inicial foi possivelmente o que consta no Regimento dos Capitães-do-Mato, de Dom Lourenço de Almeida, em 1722. (SOUZA, 2008, p. 23)

Neste documento foi anunciado que 20 oitavas de ouro seriam concedidas a quem delatasse a localização de quilombos, descritos como sendo os lugares afastados da povoação que tivesse acima de quatro escravizados fugidos, havendo ainda pilões e ranchos neles. Pode-se considerar que o genocídio da população preta em curso nos tempos atuais tem início nesta fase da colonização e não foi interrompido nestes 500

anos de história. A resistência à opressão e a busca pela reconquista da liberdade, continuaram a configurar pautas de lutas pelos sujeitos da diáspora, logo, em 1740 mais uma ação que visava coibir a formação dos quilombos foi implementada, pois, em correspondência entre o Rei de Portugal e o Conselho Ultramarino, a formação de quilombos ou mocambos passou a ser criminalizada e foram definidos como: "*toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem achem pilões neles*". Considerando que o corpo preto escravizado era um objeto de produção de valor elevado, e o quanto as fugas impactavam em prejuízo financeiro, é possível constatar o quanto os quilombos foram perseguidos, para que se desse o seu desmantelamento. Estudos mais específicos sobre o tema, revelam ainda que muitos quilombolas produziam alimentos que abasteciam os estabelecimentos próximos às suas localizações, driblando o monopólio de circulação de produtos e mercadorias exercido pela Coroa, havendo assim mais um atenuante para que se desse sua criminalização.

A legislação possibilita-nos uma leitura acerca das movimentações que levaram a sua formação. A criação de uma lei que proíbe a admissão de pessoas escravizadas nas escolas públicas (1837) leva-nos a uma interpretação de que tal fato ocorria. O mesmo se refere a criação da lei de terras (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850), que em parte demonstra que a população preta já dispunha desta condição, bem como tratava-se de uma resposta à pressão exercida pela Inglaterra, no tocante a abolição. Com o principal propósito de organizar a propriedade privada no Brasil, tal legislação se destinava também a inviabilizar o acesso a propriedade das terras aos imigrantes, para coibir a concorrência junto aos latifundiários. Somente o estado poderia doar, vender ou comprar terras, de modo a privilegiar os antigos fazendeiros. Em sua reformulação ocorrida junto aos militares em 1964, buscou-se através do Estatuto de Terras regular as reivindicações populares e pressões sociais que aumentavam, desviando o foco do problema. Logo, não havia uma real pretensão de elaborar um programa de redistribuição fundiária, a meta era conter uma possível revolução camponesa, além de apaziguar os ânimos junto aos grandes proprietários de terras. A lei do Ventre Livre e a do Sexagenário<sup>6</sup> também configuram paliativos da colônia portuguesa, na manutenção

---

<sup>6</sup> Lei de 28 de setembro de 1885 também conhecida como Saraiva-Cotegipe, beneficiou a poucos, posto que os trabalhos forçados e os castigos não possibilitavam que os escravizados vivessem por muitos anos. "No que se refere à mortalidade geral de escravos, com base na média de idade de falecimento obtida por meio dos registros de óbitos, concluímos que a expectativa de vida de um escravo, na Freguesia de



de seus interesses econômicos e exclusivistas. Mas, estes também encontraram oposição no interior da colônia, pois:

Em contraponto, todo esse aparato repressivo existente no Brasil colônia e império marca o peso da resistência negra. Ao longo da história brasileira, negras e negros resistiram e lutaram contra a opressão e a discriminação por meio de uma multiplicidade de formas de resistência. Pensada em sentido amplo, a resistência abarca as várias estratégias empreendidas pelos povos negros para se manterem vivos e perpetuarem sua memória, valores, história e cultura. (SOUZA, 2008, p. 24)

A preservação daquilo que diz dos antepassados pretos, segue sendo perseguida até os dias atuais, uma vez que a nação, persiste na implementação de práticas que busquem o seu apagamento. Apesar das mudanças ocorridas ao longo destes últimos séculos de história, das mudanças promovidas nos modos de governar (colônia, império e república), surgimento do capitalismo e da globalização, no Brasil persiste a prática retrógrada da negação da população preta e de suas contribuições na formação cultural do país. A busca pelo embranquecimento da nação ainda é uma prática recorrente, que implica em distorções e equívocos a povoar o imaginário de parte considerável dos brasileiros. Segundo Lélia Gonzáles (1982) esta ideologia consiste no fato de que os aparelhos ideológicos veiculam valores que apontam para uma superioridade racial e cultural branca. Nilma Lino Gomes, por sua vez, destaca que,

A ideologia do branqueamento refere-se a uma estratégia adotada no Brasil, após a abolição, que pretendia a reformulação étnica da população, associada ao pensamento de garantia do progresso e desenvolvimento da nação. Nessa política, encontra-se a ideia de que a miscigenação levaria o Brasil do futuro a assistir ao surgimento de um novo tipo racial que, logicamente, não estaria próximo ao negro, mas um tipo híbrido, mais aproximado do europeu. (GOMES, 1995, p. 82)

O Brasil que se quer branco, sempre contou com as ações do colonizador que buscou ao longo da história, reafirmar a subjugação do africano e de seus descendentes, dando sequência ao seu projeto de coisificá-lo através da manipulação de leis, teorias e especialmente da recorrente prática do racismo. Após a abolição (1888) é criada a lei dos Vadios, para punir os pretos que estivessem a sem ocupação, posto que os empregos foram dados aos imigrantes europeus. Esta é mais uma estratégia de exploração da

---

Lamim, era de 25 anos, um pouco maior que a encontrada por Schwartz, que girava em torno de 19 anos.” Fonte: [www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/antiores/edicao51/materia01/](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/antiores/edicao51/materia01/)

população preta, pois, muitos aceitavam trabalhar a troco de alimentação - o que configura retorno à condição de escravizado, para não correrem o risco de ir para a prisão. Evidenciamos na linha do tempo o ano de 1895 em que o ex-escravizado Nicolau Nunes Moreira adquire uma fração da fazenda Calafate, que foi desapropriada para que se desse a construção da nova capital do estado de Minas Gerais, sua propriedade passa a ser denominada fazenda Piteiras sendo esta a fase incipiente do quilombo dos Luízes.



**Maria Luiza, filhos e netos. Arquivo pessoal, sem data.**

Na sequência, algumas leis (1951<sup>7</sup>, 1985 e 1989) demonstram que a pressão dos intelectuais negros, entidades e organizações que atuavam na conquista de direitos dos pretos da nação, exigia que fossem classificados como contravenção penal, os crimes de preconceito raça/cor. Os estudos de Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento detalham estes processos. Ainda assim, a elite pressiona para que seus exclusivismos sejam mantidos, e a lei do Boi é uma demonstração disto, uma vez que ela assegura privilégios a quem já os detinha. Esta lei (nº 5.465 de 3 de julho de 1968) dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. Salientamos que neste contexto, a população preta e pobre não tinha acesso às terras, dada a subalternização de

---

<sup>7</sup> Lei sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas em julho de 1951. Fonte: <http://www.palmares.gov.br/?p=21349>. Lei 7.437 / 85 (Lei Caó) –Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, dando nova redação à Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951 – Lei Afonso Arinos. A legislação que classifica o racismo como crime inafiançável com pena de até cinco anos de prisão e multa.

trabalho a que foram submetidos, logo, este direito foi assegurado às classes mais abastadas da nação.

Ainda em relação à lei supra citada, esta é interpretada pelo senso comum como sendo a primeira lei de cotas, contra esta não houve contestação, posto que a mesma contempla os filhos das elites agrárias. As demais leis e marcos presentes na linha do tempo, formuladas após a Constituição Federal (1988), constituem caráter democrático, sendo notável a alteração de sua natureza, após tantos anos de exclusão e discriminação contra o povo preto, do campo e da cidade. Gonzalez (1982) associa o deslocamento para a periferia dos grandes centros urbanos, a uma agressiva entrada do capital estrangeiros no país, que incha os centros urbanos, na medida em que promove a inversão da relação populacional entre o campo e a cidade. Cresce a oferta de mão-de-obra barata, que desloca a comunidade preta para uma situação que ela classifica como sendo a ‘mão-de-obra de reserva’, a ser utilizada de acordo com as necessidades do sistema.

Novas formas de organização surgem nestas últimas décadas, e as pautas de reivindicação com vistas para a promoção da igualdade racial persistem, e destacaremos aqui a luta do povo quilombola. “Buscando assegurar participação nos espaços de controle social das políticas públicas, os membros da CONAQ atuam nos conselhos, conferências, comissões e comitês. Alguns destes são: Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial; Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Agricultura Familiar (CONDRAF); Conselho Nacional de Promoção de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR); Comissão de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais; Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA)”.

Norteados por esta diretiva, os moradores da antiga fazenda Piteiras protocolam junto a Fundação Cultural Palmares, o dossiê de auto-reconhecimento de Remanescente dos antigos quilombos, cuja efetivação se deu no ano de 2004. Salientamos ainda na linha do tempo, outra conquista importante para os Luízes contemporâneos, que foi o reconhecimento na categoria de Patrimônio Imaterial do município de Belo Horizonte. Município este que sempre alegou desconhecer a existência desta comunidade e ao longo da história empreendeu mecanismos diversos de apagamento das vivências, feitos, memórias, relatos, corpos, territórios e contribuições da população preta.

No âmbito estadual foi instituída em 2014 a Lei 21.147<sup>8</sup> que institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, que em seu artigo 6º, determina que: *O Estado identificará os povos e as comunidades tradicionais e discriminará, para fins de regularização fundiária, os territórios por eles ocupados, localizados em áreas públicas e privadas.* Em 2017 o governo assinou um Decreto que permite a inserção dos povos e das comunidades tradicionais mineiras em programas desenvolvidos pelo governo do Estado. No entanto, o diálogo entre comunidades e estado continua restrito, de modo que a questão quilombola no contexto mineiro apresenta poucos avanços.



Sra. Luzia apresentando o auto-reconhecimento emitido pela FCP. Arquivo pessoal, sem data.

<sup>8</sup> <http://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-21147-2014-minas-gerais-institui-a-politica-estadual-para-o-desenvolvimento-sustentavel-dos-povos-e-comunidades-tradicionais-de-minas-gerais>

A linha do tempo e sua análise nos possibilita averiguar quão distantes e limitadas, foram formuladas às leis que garantem direitos aos povos pretos desta nação, bem como expõem o teor daquelas que os desumanizavam. Demonstra ainda o estágio em que nos encontramos, e a distância daquilo que seria o ideal, para a população com o maior contingente de afrodescendentes fora do continente africano. A desigualdade que marca socialmente a situação brasileira advém da subalternização na qual o país insiste em manter os descendentes dos escravizados, de modo que falta muito para alcançarmos em termos de conquista e consolidação de direitos a equidade social.

No tocante a abolição – tardia, da escravatura no Brasil destacam-se os movimentos de resistências diversos, protagonizados pelos sujeitos vitimados pela escravidão, os movimentos abolicionistas surgidos após o período iluminista e a pressão inglesa operacionalizada desde 1815, pela marinha de guerra do governo britânico. O governo português, contudo, criou rotas alternativas para manter o tráfico negreiro, o que levou ao aumento do valor dos escravizados no país, intensificando também, a pressão dos ingleses. Internamente, nem mesmo a independência política do Brasil, ocorrida em 1822 que passa a contar com a adoção dos ideais liberais por parte das classes dominantes, abalou o tráfico de escravizados e a escravidão. As oligarquias buscavam meios de se desvencilhar do domínio português que os impedia de expandir livremente seus negócios, pois era interessante para eles preservar as estruturas políticas, sociais e econômicas – em certa medida, vigentes.

Em 7 de novembro de 1831 foi promulgada a proibição do tráfico de pessoas escravizadas e todo aquele que desembarcasse nos portos brasileiros, seria considerado livre. Ainda sobre o movimento abolicionista, nomes importantes fazem parte desta empreitada, tais como: José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Eusébio de Queiroz, José Maria da Silva Paranhos, José Mariano, Luiz Gama, Rui Barbosa e o grande mártir da abolição Joaquim Firmino - assassinado três meses antes da lei Áurea ser assinada, por fazendeiros paulistas, sob a alegação de que ele prestava auxílio à escravizados fugidos. No período pós-abolição a pauta de reivindicações e garantia de direitos, passa a ser ajuizada por ações e organizações tais como: a Imprensa Negra, a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro. Já na década de 1970 é o Movimento Negro Unificado, que buscará dar sequência ao projeto de inserção da população preta na centralidade da educação, visando à emancipação desta camada historicamente excluída da sociedade. Santos (2014) chama a atenção para o ativismo de Abdias do

Nascimento, que na condição de deputado federal apresenta sob a forma de projeto de lei proposta de ações afirmativas para a população preta na área educacional.

Na continuidade da luta por direitos, tem-se na transição dos séculos XX para o XXI a atuação dos segmentos sociais na busca de implementação de políticas de ações afirmativas, formalizadas na agenda do governo Fernando Henrique Cardoso. Tais agendas foram consolidadas durante o período de vigência governamental do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Cabe destacar alguns pontos, no tocante a formulação da proposta de emenda constitucional brasileira conhecida como PEC 215, que delega exclusivamente ao Congresso Nacional o dever de demarcar territórios indígenas e quilombolas. No entanto, a bancada ruralista é majoritária e defende os interesses dos grandes proprietários de terras que visam o agronegócio.

O Decreto nº 3.912 de 10 de setembro de 2001, que regulamentava *as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras ocupadas*, que estariam a cargo da Fundação Cultural Palmares e foi revogado pelo Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003. Este mesmo decreto foi submetido a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, acionado pelo partido Democratas em 2012 e que por maioria de votos, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou sua validação em 2018.

É possível ainda, sequenciar a temática, através da análise dos avanços obtidos na educação, uma vez que a pauta de combate ao racismo, e de inserção de pessoas pretas nos diversos espaços, inclusive de poder, tenha sido viabilizada pelo sistema de cotas. Tais práticas propiciaram o surgimento de novos agentes na luta antirracismo, que possibilitaram a incorporação deste tipo de debate em diversos setores da sociedade<sup>9</sup>.

Nestes movimentos de resistência, destaca-se a formação dos quilombos, e a este respeito dialogamos com Antônio Bispo dos Santos, o Nego Bispo, mestre de ofício e quilombola. Em seus escritos “Colonização, Quilombos”, é apresentada uma narrativa que remonta ao período colonial, sobre a perspectiva dos povos originários. Ao falar sobre o modelo de exploração imposto aos índios<sup>10</sup> e pretos, Nego Bispo, destaca as

---

<sup>9</sup> Fonte: SANTOS, Sales Augusto. Educação: um pensamento negro contemporâneo. Jundiá, Paco Editorial, 2014.

<sup>10</sup> Para Negô Bispo “[...] os colonizadores, ao substituírem as diversas autodenominações desses povos, impodo-os uma denominação generalizada, estavam tentando quebrar as suas identidades com o intuito de coisificar/desumanizar”(2015, p.27)

insurreições, revoltas, lutas anti-racistas estabelecidas contra as classes e ideologias dominantes. Lançando luz sobre as ações dos povos tradicionais na busca por estabelecer outras bases civilizatórias, o autor relata as experiências exitosas de comunidades autônomas. Já na apresentação de sua obra, fica destacado que: “Os povos originários, ou nações sem Estado, entre os quais os quilombos, devem agora projetar sua voz para recontar, segundo sua perspectiva de clamor por justiça e resistência, a dor a que estiveram (e que ainda estão) submetidos.” (SANTOS, 2015, p.15)

## **1.2. Colonização na visão de um mestre quilombola**

Acerca da colonização, Nego Bispo classifica os sujeitos que disputam o território Pindorâmico<sup>11</sup> como colonizadores e contra colonizadores<sup>12</sup>, sendo estes últimos os que lutam por liberdade, e aqueles primeiros os que cobiçam sua riqueza através da exploração. Ele classifica colonização como sendo todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra.” (Santos, 2015, p. 48)

Naquilo que se refere à visão dos povos originários sobre o território, Nego Bispo traz uma interpretação reveladora das intencionalidades do colonizador. Para que possamos nos aproximar de sua linha argumentativa, peço licença ao leitor para reproduzir um trecho um pouco extenso:

Existem incontáveis versões sobre a vinda dos colonizadores para o Brasil. Uma bastante exótica que aprendi no meu tempo de escola é a de que os portugueses chegaram ao Brasil por que se perderam no caminho das Índias, por onde pretendiam restabelecer o comércio de especiarias. Essa versão tenta ganhar consistência na denominação que foi dada aos povos originários por eles aqui encontrados. Esses povos até hoje são chamados de ‘índios’, exatamente porque os portugueses pensavam ter chegado às Índias.

O estranho é que mesmo pensando ter chegado às Índias, logo denominaram essa terra de Monte Pascoal. Ao perceber que não era um monte, chamaram-na Terra [Ilha] de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz e, por último, Brasil. Mais estranho ainda é que os povos aqui encontrados como, por exemplo, os povos de língua tupi que

---

<sup>11</sup> Pindorama (Terra das Palmeiras) é uma expressão tupi-guarani para designar todas as regiões e territórios da hoje chamada América do Sul. Nota de rodapé p. 20

<sup>12</sup> Contra colonização e colonização é como pretendo conceituar os processos de enfrentamento entre povos, raças e etnias em confronto direto no mesmo espaço físico geográfico. Nota de rodapé p. 20.

chamavam essa terra de Pindorama (Terra das Palmeiras), continuam sendo chamado de índios.

Como sabemos, esses povos possuem várias autodenominações. Os colonizadores, ao os generalizarem apenas como ‘índios’, estavam desenvolvendo uma técnica muito usada pelos adestradores, pois sempre que se quer adestrar um animal a primeira coisa que se muda é o seu nome. Ou seja, os colonizadores, ao substituírem as diversas autodenominações desses povos, impondo-os uma denominação generalizada, estavam tentando quebrar as suas identidades com o intuito de os coisificar/desumanizar. Mesmo compreendendo isso, vou utilizar também de forma generalizada o termo *povos pindorâmicos* com a intenção principal de contestar a denominação forjada pelos colonizadores. (SANTOS, 2015, p. 26 e 27)

O colonizador utiliza assim da estratégia da massificação dos povos visando sua dominação, desconsiderando ainda suas formas autônomas de gerenciamento geográfico, espacial e cultural. Sua narrativa segue esta mesma abordagem no concernente aos africanos que foram introduzidos no continente, aos quais o autor passa a denominar como afro-pindorâmicos<sup>13</sup>. Ele reafirma as pretensões colonizadoras que consistem em domesticar, animalizar e/ou coisificar estes sujeitos ao desconsiderar suas autodenominações igualando-os aos pardais:

Com relação aos africanos, também aprendi na escola várias versões. Uma delas é a de que pelo fato dos índios terem se rebelado contra o trabalho escravo os portugueses resolveram trazer o povo da África, porque esses seriam mais ‘dóceis’, portanto, mais facilmente ‘domesticáveis’. No entanto, os povos africanos, assim como os povos pindorâmicos, também se rebelaram contra o trabalho escravo e possuem as suas diversas autodenominações. Os colonizadores, ao chamá-los apenas de ‘negros’, estavam utilizando a mesma estratégia usada contra os povos pindorâmicos de quebra de identidade por meio da técnica da domesticação. (SANTOS, 2015, p.27 e 28)

Nego Bispo procura lançar luz sobre a resistência, que sempre ocorreu no território Pindorâmico e ele ainda completa sua interpretação acerca da atuação colonizadora, destacando como utilizavam a manipulação religiosa como mecanismo de dominação. Suas conclusões apontam os efeitos deste controle no contexto atual, que prima pela manutenção do capitalismo e dos privilégios, pois, o viés eurocristão “monoteísta trabalha o coletivo de forma segmentada”, enquanto que as “manifestações afro-pindorâmicas politeístas trabalham o indivíduo na forma integrada”, uma vez que:

---

<sup>13</sup> O autor afirma que utilizará alternativamente colonização afro-pindorâmica para denominar a colonização nas Américas, enquanto um exercício de descolonização da linguagem e do pensamento. Nota de rodapé p.20



Tendo a religiosidade se apresentado como fator preponderante no processo de colonização e também por acreditar que a religião é uma dimensão privilegiada para o entendimento das diversas maneiras de viver, sentir e pensar a vida entre os diferentes povos e sociedades, busquei compreender as diferenças e a interlocução entre a cosmovisão monoteísta dos colonizadores e a cosmovisão politeísta dos contra colonizadores, refletindo sobre os seus efeitos e consequências nos processos de colonização e de contra colonização. (SANTOS, 2015, p.20)

O problema brasileiro é que há uma negação em assumir características oriundas de suas tradições religiosas e culturais dos povos *pindorâmica* e *afro-pindorâmica*, sendo a mais nociva delas estruturada na desvalorização destes sujeitos. O agravamento da questão consiste no fato, de que tais mazelas são reafirmadas e repassadas, sendo assim mantidas e perpetuadas de geração para geração. Tais efeitos causam ações nefastas na construção de referências identitárias individuais e coletivas, e os estudos de Franz Fanon – apesar de anteriores, corroboram com a análise do mestre quilombola, ao afirmar que:

Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será. (FANON, 2008, p. 34)

O processo de apagamento das memórias, que desvincula o ser humano de suas raízes, promove alienação que afeta sua identidade. Em relação a esta questão da identidade, a mesma será abordada no capítulo a seguir, mas, cabe salientar que os esclarecimentos elaborados pelo mestre Nego Bispo encontram respaldo nos estudos contemplados pela filosofia africana. O modelo hegemônico há muito demonstra sua ineficiência, na medida em que reafirma a hierarquização humana, privilegia uns em detrimento de outros, na contramão da afirmação de que “todos são iguais perante a lei”, conforme prevê a Constituição Federal Brasileira de 1988. Os tempos atuais exigem da sociedade a adoção de novas epistemologias. Para tanto, além dos saberes tradicionais, o presente estudo propõe ainda interlocução com estudos elaborados por pesquisadores e profissionais pretos, com destaque para a filosofia africana. Diante da urgência de avançar sobre tais compreensões e da constatação de que é impossível

romper de forma imediata com o pensamento hegemônico vigente, o filósofo Wanderson Flor, sugere que:

[...] nosso grande desafio para o futuro é conseguir estabelecer um diálogo não hierarquizado ou anulador dos diversos pensamentos que compõe o tecido mundial. Que possamos fazer com que os saberes filosóficos do ocidente, indígenas, africanos e orientais possam participar de uma interlocução não pautada por uma superioridade de princípio de qualquer destes modos de expressão do pensamento. Quem sabe as filosofias africanas tenham um bom caminho para a constituição desta interlocução, uma vez que sua proposta é, desde sempre, a interação, de reconhecimento respeitoso de tudo o que existe, embora não se afirme como primazia sobre outras formas de pensar. (NASCIMENTO, 2016, p. 243)

Diferente da imposição hegemônica imposta pelos europeus, torna-se necessário que sejam consideradas outras formas de promover o diálogo na disseminação dos saberes cultivados por outros povos, segundo os apontamentos do filósofo. O presente estudo visa contemplar os saberes tradicionais mantenedores das bases que estruturaram a formação do povo brasileiro contrariando os intensos processos de apagamentos ao longo do tempo. Revelar suas verdades, através da narrativa de seus próprios sujeitos, aliando tal prática aos escritos elaborados pela produção das/os intelectuais pretas/os que abordam tais questões com destaque para a produção do âmbito da filosofia africana, com vistas para a elaboração de uma outra abordagem histórica.

Para adentrarmos na especificidade quilombola Luízes antiga Fazenda Piteiras<sup>14</sup>, passamos a traçar um panorama que possa nortear aspectos de sua formação. Para tanto, é imprescindível relatar como se deu a formação da cidade de Belo Horizonte.

### **1.3. A formação da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais - MG**

No ano de 1896 Nicolau Nunes Moreira (?-1918) registra no cartório de Sabará, um documento que formaliza a aquisição de uma fração da antiga Fazenda Calafate<sup>15</sup> adquirida no ano anterior. Tal acontecimento decorre num período em que a construção da cidade de Belo Horizonte estava sendo planejada. O lugarejo denominado Curral Del Rei cederia lugar a construção de uma nova capital para o estado de Minas Gerais,

---

<sup>14</sup> De acordo com escritura lavrada no cartório de Sabará no ano de 1895, Nicolau Nunes Moreira adquire uma sorte de terras da antiga Fazenda Calafate, a qual ele nomeará como Fazenda Piteiras.


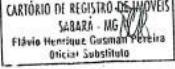

<sup>15</sup> Terra do Arraial que foi desapropriada para a construção da nova capital. Fonte: PEREIRA, Josemeire Alves. Os Herdeiros da “fazenda Bom Sucesso” e a população negra na História de Belo Horizonte (MG). História, histórias, Brasília, vol.4, n.8, 2016

atendendo aos anseios metropolitanos vigentes à época. Os moradores do antigo vilarejo foram desapropriados, e a elaboração do planejamento se deu sobre a seguinte estrutura:

327

**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
COMARCA DE SABARÁ  
MINAS GERAIS  
LIVRO 3-E TRANSCRIÇÃO DOS IMMOVEIS  
FOLHAS - 174**

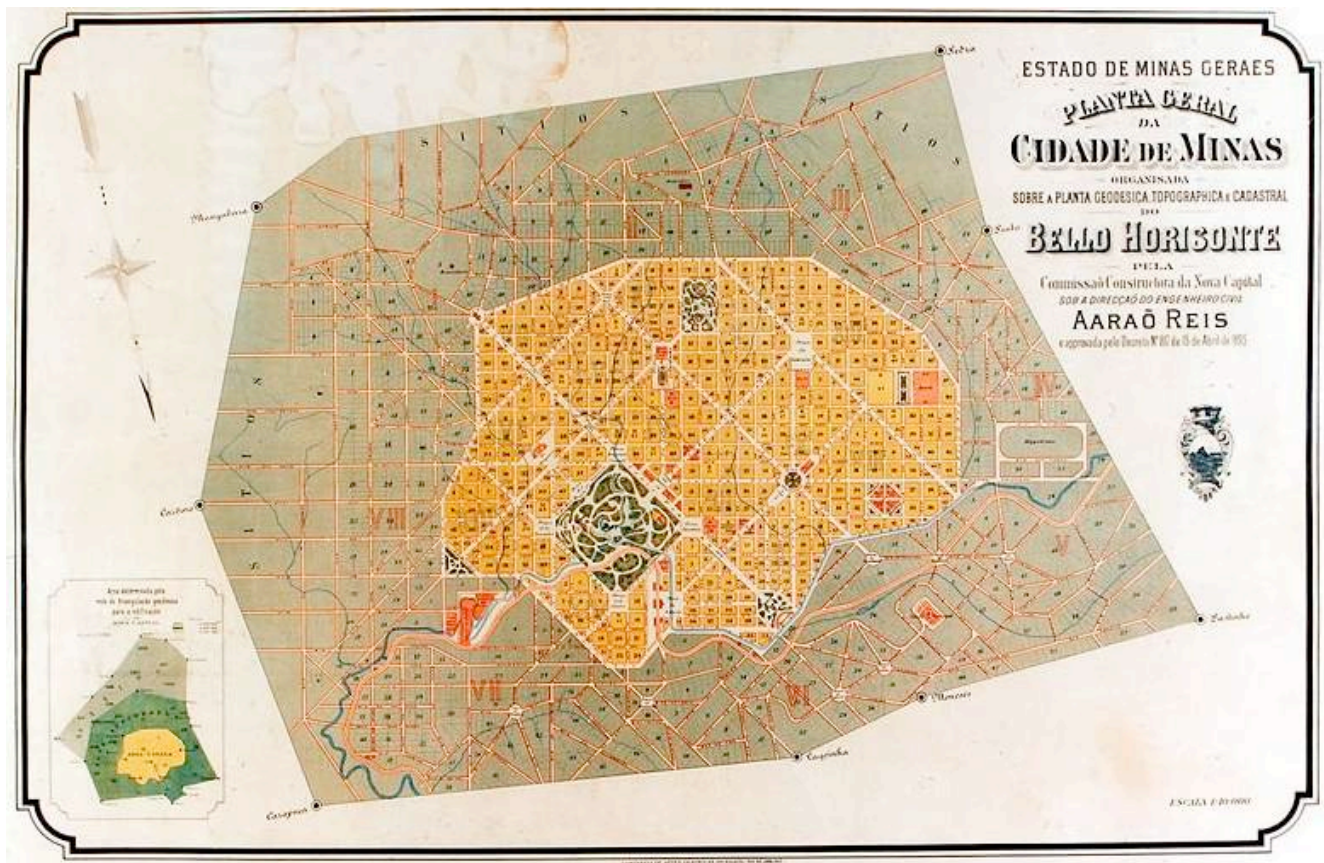
NÚMERO DE ORDEM: 427. Registro Anterior: Não consta.  
 DATA: 06 de setembro de 1930.  
 FREGUEZIA DO IMÓVEL: Nova Lima.  
 DENOMINAÇÃO OU RUA E NÚMERO DO IMÓVEL: Fazenda do Rabello.  
 CONFRONTAÇÕES E CARACTERÍSTICOS DO IMÓVEL: Um terreno com a área de 13 (treze) alqueires de planta, mais ou menos, situado na Fazenda do Rabello, dentro das seguintes divisas e confrontações: começa na encruzilhada da estrada de Bom Sucesso para Nova Lima, com a estrada de Tapera, nas cabeceiras de uma barroca, pela qual desce acompanhando a grota da barroca e o córrego de Pedra de Amolar, em divisa com Manoel Rodrigues Moreira até a barra com o Córrego do Brejo, pelo qual sobe em divisa com o Dr. Antônio Mourão Guimarães até o cruzamento do valo onde existe um marco de ferro da Segunda outorgante; voltando na direção do dito valo e cerca feita pelo mesmo Dr. Guimarães, até uma distância, mais ou menos, de 600,00m ao canto da mesma cerca, nas cabeceiras de um córrego seco que vem da serra e faz barra com o Córrego Pedra de Amolar; sobe em linha reta do Córrego Seco até a estrada nova de automóveis de Belo Horizonte para Macacos, pela qual desce até a encruzilhada de Tapera e barroca, onde começou a divisa, dividindo com o restante de terreno pertencente a Segunda permutante, Cia do Morro Velho.  
 NOME E DOMICÍLIO DO ADQUIRENTE: ANA APOLINÁRIA LOPES; JOSÉ LUIZ e s/m, ANNA BENEDICTA; FRANCISCO LOPES e s/m, PETRINA LUIZ; AMÉLIA EUGÊNIA FERREIRA e s/m, JOAQUIM LUIZ MARCELLINO; VITALINO NUNES MOREIRA e s/m, MARIA LUIZ; LEODORICO NUNES; ANTÔNIO LUIZ MARIA e s/m, MARIA FERREIRA DA SILVA; SILVÉRIO LUIZ e s/m, VIRGÍNIA LOPES; ASCENDINO LUIZ e s/m, CORINA MARIA FERREIRA; FRANCISCO CÂNDIDO DE JESUS e s/m, AURORA LUIZ; EULÁLIA LUIZ e LUCIANO LUIZ.  
 NOME E DOMICÍLIO DO TRANSMITENTE: Saint John Del Rey Mining Company (Cia do Morro Velho).  
 TÍTULO: Permuta.  
 FORMULA DO TÍTULO, TABELLIÃO QUE O FEZ: Escritura pública de 04 de agosto de 1930, nas notas do tabellião do 4º Ofício de Belo Horizonte.  
 VALOR DO CONTRACTO: R\$ 1:300\$000.  
 CONDIÇÕES DO CONTRACTO: Não têm.  
 AVERBAÇÕES: Não constam.  
 Era o que se continha em o dito livro e folhas, do qual extraí esta certidão em tudo igual ao original de que dou fé. Sabará, 06 de maio de 2008.  
 A OFICIAL: *Nicolau Nunes Moreira*

REGISTRO DE IMÓVEIS SABARÁ - MG	
SIMOL.	FECC
0,96	0,54
TR. PISC.	TOTAL
0,36	12,86

**Figura 1 - Extrato anual do Certificado de Registro de Imóveis da propriedade de Nicolau Nunes Moreira**

Um quadrilátero delimitado pela avenida do contorno divisa o centro do poder e as moradias destinadas à elite, composta por senhores e políticos que migraram da cidade de Ouro Preto, este espaçamento foi identificado como perímetro urbano. Externo a este, tem-se o perímetro suburbano da cidade, no qual passou a residir à população de renda inferior, composta por ex-moradores do antigo lugarejo e pessoas que migraram para a cidade para trabalhar na construção da capital.



**Figura 2 - Mapa do projeto original do engenheiro Aarão Reis para a construção da cidade de Belo Horizonte da capital mineira**

A divisão segue compreendendo ainda o perímetro rural, nos quais dar-se-iam as produções agrícolas para abastecer de suprimentos alimentícios a cidade elaborada nos moldes europeus. Nestes espaços se encontram bairros que no contexto contemporâneo, estão em relação direta com a dinâmica da cidade, uma vez que, a ampliação da malha urbana facilitou o acesso, diminuindo distâncias.

Todo o processo de elaboração e construção da cidade planejada, contou com a participação de sujeitos remanescentes do período escravocrata, uma vez que muitos residiam no lugarejo sobre o qual ergue-se a nova sede da capital. Somando-se a estes, outros tantos sujeitos pretos migraram de regiões diversas em busca de oportunidade de trabalho, fato é, contudo, que a presença e os feitos destes sujeitos foi omitida e apagada na medida em que não foram contempladas nas narrativas construídas pelos órgãos oficiais. O que prevalece na historiografia que aborda a temática relacionada à formação da cidade, faz menção aos imigrantes europeus, sendo esta a referência que prevalece ainda hoje no imaginário social coletivo. A historiadora Josemeire Alves Pereira que

atua na linha de pesquisa sobre a invisibilidade da população preta em Belo Horizonte<sup>16</sup>, assim descreve este período:

Belo Horizonte foi inaugurada em 1897, como parte de um projeto de modernização econômica para o Estado de Minas Gerais, amplamente discutido desde as últimas décadas do século XIX, mediante as mudanças econômicas decorrentes da extinção do regime escravista no Brasil e à relativa estagnação econômica da antiga região mineradora, antes os novos centros econômicos do país, à época – São Paulo e Rio de Janeiro. A nova cidade substituiria a antiga Ouro Preto, como sede administrativa do Governo do Estado de Minas Gerais, além de constituir-se como pólo agregador para a economia local, evitando o risco de perda de importantes regiões de produção agrícola, situadas próximas às fronteiras com São Paulo e Rio de Janeiro. Planejada sob o signo da modernidade, do progresso e da própria República recém-inaugurada no país, a “Cidade de Minas” foi construída no território do Arraial do Curral del Rei, cuja povoação remontava ao início do século XVIII. *Defina-se, pois, à nova Capital, também a missão de suplantar, no campo das representações, o passado colonial e escravista.* (PEREIRA, 2017, p. 1 – grifos meus)

O processo de invisibilização da população preta, foi idealizado na projeção da cidade, sendo tratado como higienismo. Transformações significativas promovem impactos importantes na região, expulsando os antigos moradores, alterando a geografia, promovendo expropriações, desterritorializando famílias, instaurando a “política de gentrificação, que expurga as pessoas pobres do centro das cidades, das áreas nobres de interesse da especulação imobiliária para periferias, cada vez mais distantes” (SILVA, 2016). Afinal, a cidade elaborada compreende projetos modernistas que privilegiavam as classes mais abastadas, salientando que tais práticas perpetuam até a atualidade.

Em seu planejamento original, não foi previsto que a cidade se expandiria da forma como ocorreu, sendo que sua principal estruturação foi pensada apenas para o perímetro interno da avenida do contorno. Devido ao inchaço ocorrido na cidade, por causa do fenômeno da migração campo-cidade, o projeto original foi drasticamente alterado ao longo das últimas décadas. O projeto elaborado pelo viés eugenista<sup>17</sup>,

---

<sup>16</sup> Ao ser inaugurada, a nova capital levou o nome de Cidade de Minas fundada em 12 de dezembro de 1897, e em 1906 passou a se chamar Belo Horizonte, “Primeira cidade planejada do Brasil, Belo Horizonte tornou-se uma metrópole com amplas avenidas, ruas arborizadas e traços arquitetônicos incomuns – destaque para os conjuntos da Praça da Liberdade e da Pampulha”. Fonte: [www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br)

<sup>17</sup> Seleção racial que privilegia pessoas de pele clara. Para saber mais acesse: <https://www.geledes.org.br/o-que-foi-o-movimento-de-eugenia-no-brasil-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/>

pautado pela política de embranquecimento<sup>18</sup> alicerçava a estrutura desta nova composição, visando a não inserção dos sujeitos e coletivos pretos, que também eram denominados como mulatos, pardos e mestiços. Sobre este processo de invisibilidade histórica, Josemeire Pereira pondera que:

[...], em meio aos aparentes silêncios das fontes, que justificariam a invisibilidade dos não brancos nas narrativas que dão a conhecer a produção do espaço, as sociabilidades e a vida política da cidade de Belo Horizonte em sua historicidade, algumas fontes têm se revelado potencialmente relevantes, no esforço de conhecimento sobre a presença dos “silenciados” na história da cidade. É o caso de registros hospitalares, documentação policial, registros orais, iconografia, dentre outros, que atestam – inclusive estatisticamente, a despeito dos limites das fontes policiais e hospitalares, onde é possível encontrar este tipo de informação -, uma presença constante, crescente e percentualmente superior de “pretos” e “mestiços” na população da Capital, durante a primeira metade do século XX. É que para lá, desde o advento de sua construção, passou a afluir grande contingente de trabalhadores, dentre os quais provavelmente muitos descendentes de pessoas egressas da escravidão. (PEREIRA, 2016, p.176)

A discriminação que atingia os não brancos é percebida nestas falhas burocráticas, na medida em que se intensificam sobre estes sujeitos as práticas de silenciamento e apagamentos. Logo, a estrutura que compunha o perímetro suburbano da cidade era bem diferente de sua porção planejada, na medida em que sua ocupação se dava pelos excluídos da nova ordem estabelecida pelo modelo republicano. A descrição da porção oeste, na qual localiza se a fazenda Calafate segundo relatos e registros, possuía vegetação densa, geografia irregular e solo extremamente arenoso, em virtude do grande número de nascentes ali existentes. Antigos moradores e a literatura produzida à época para descrever a região, dizem do reduzido número de moradores, dadas as dificuldades de acesso e ao reduzido número de ocupantes da região como um todo, em fins do século XIX, período no qual se dá a desapropriação da fazenda Calafate<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> Política que visa a substituição da mão-de-obra dos remanescentes de escravizados, pelo imigrante europeu. Para saber mais acesse: <https://racismo-cientifico.weebly.com/branqueamento-no-brasil.html>

<sup>19</sup> Núcleo suburbano do Calafate, local formado por chácaras e uma pequena capela. Fonte: RTID Luízes, 2008, p. 29



Figura 3 - Curral del Rei, 1896. Fonte: <https://sumidoiro.wordpress.com/page/13/>



Figura 4 - Maquete de trecho do Curral del Rei. Fonte: <https://sumidoiro.wordpress.com/page/13/>



**Figura 5 - Cafua sobre a qual foi construído o Palácio da Liberdade. Fonte: <https://sumidoiro.wordpress.com/page/13/>**

Estas imagens que descrevem como era o Curral Del Rei evidenciam quão abruptas foram às alterações estruturais ocorridas para a construção da nova capital, desencadeado em um curto espaço de tempo. Nada se sobrepôs aos ideais republicanos na aplicabilidade de esforços pela materialização deste projeto com vistas para a modernidade e um futuro idealizado. Este é o cenário no qual se origina a trajetória dos ocupantes da fazenda Piteiras, que mais tarde tornar-se-á o quilombo dos Luízes tema a ser abordado na sequência.

#### **1.4. Da Fazenda ao Quilombo**

Conforme foi mencionado, a desapropriação da Fazenda Calafate deu origem a vários outros perímetros; bairros, lugares e loteamentos diversos surgiram desta divisão, como foi o caso da Fazenda Piteiras. De acordo com certidão registrada no Cartório de Sabará (secretaria de 4º volume dos autos de Divisão da Fazenda Calafate), “consta o pagamento de quinhão de Nicolau Nunes Moreira.” No dia 14 de outubro de 1896 cuja demarcação foi julgada por sentença do MM. Juiz de Direito da referida Comarca (fig.1) Especula-se que a aquisição desta propriedade ocorrida no pós abolição, seja “compensação” ou “direito adquirido” ao referido supra citado. No documento consta ainda que Nicolau adquiriu uma parcela de “terras de 2ª sorte”, totalizando 6.050 m². Ao ser indagada a este respeito, Maria de Lourdes Aprigio Pereira 69 anos, viúva de Walter Nunes Pereira bisneto de Nicolau, afirma que o seu falecido esposo dizia sempre



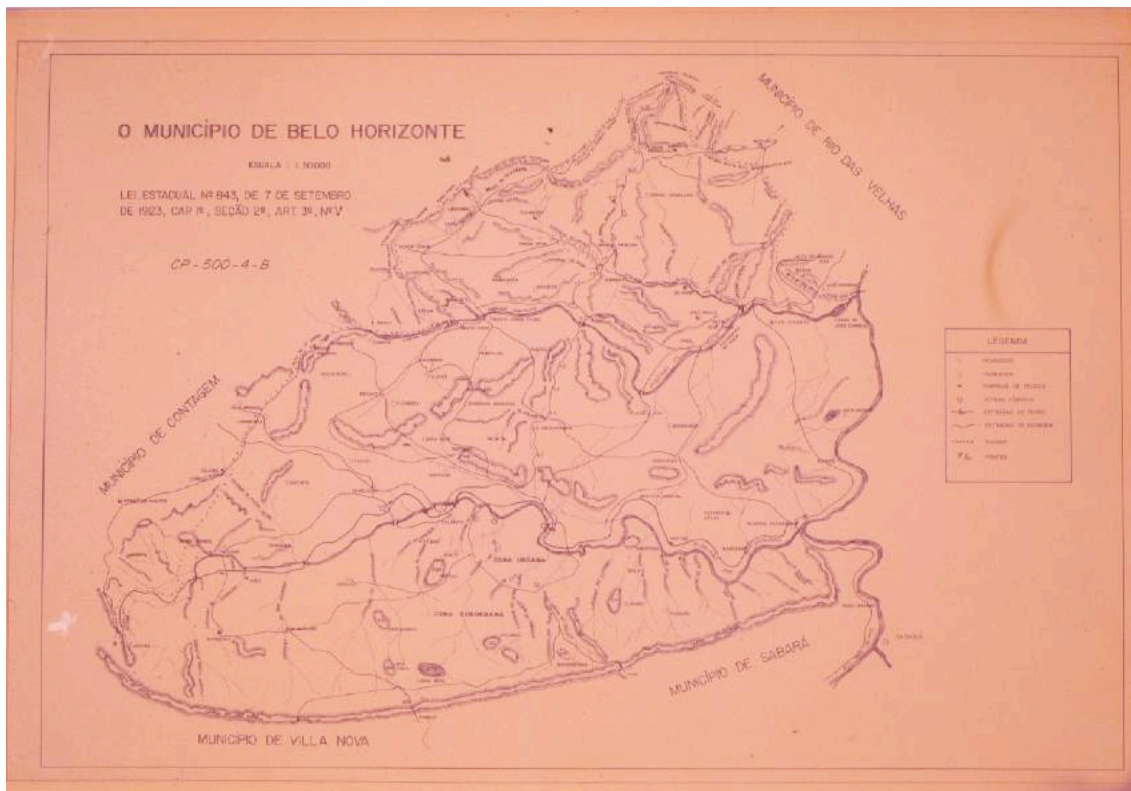
que: “[...] estas terras foram dadas ao meu bisavô para compensar o tempo que ele foi escravo na fazenda.”



**Trecho da fazenda Piteiras com membros da terceira e quarta geração, 1940 aprox. Fonte: Arquivo pessoal**

Outros relatam que a terra foi adquirida com recursos próprios, uma vez que o trabalho na mineração assegurou ganhos financeiros a muitos ex-escravizados. De acordo com dados do Relatório Antropológico Luízes, as informações que atestam a transmissão da gleba, possibilitam a seguinte conclusão:

Seja qual for a origem real dessas terras, esses relatos associam claramente a transmissão da gleba, que o documento certifica em 1895, à trajetória de escravidão da família e ao fim do regime escravocrata, o que permite dar crédito à versão que afirma que Nicolau teria trabalhado como escravo na Fazenda Calafate, na região antigamente conhecida como Piteiras, às margens do córrego de mesmo nome. (RTID, 2008, p.13)



**Figura 6 - Mapa do Município de Belo Horizonte, 1923. Fonte: Museu Abílio Barreto**

Informações contidas no RTID detalham a existência de pelo menos três escrituras registradas em nome de Nicolau, todas com datas e registro entre os anos de 1895 e 1896, totalizando em 18.000 metros de área correspondente a fazenda Piteiras. Contudo, de acordo com a descrição do local aqui já demonstrada, e dado o exclusivismo concedido ao perímetro urbano nesta fase incipiente da capital, os interesses capitalistas não tinham como foco a propriedade Piteiras. A senhora Maria Luzia Sidônio 78 anos, ex inventariante do espólio da família e ex-vice presidente da Associação Maria Luiza Moreira, órgão representativo da comunidade, antes desta ser reconhecida como quilombo, relata que a dimensão real da propriedade era muito extensa. A este respeito, foi possível constatar nas pesquisas documentais realizadas durante a elaboração do Relatório Antropológico, que:

Além disso, há uma segunda certidão de registro em nome de Nicolau Nunes Moreira, que atesta a transmissão de uma terra de cultura comum de “meia quarta de milho”, na mesma Fazenda Calafate, transmitida por Antônio Simões da Silva e sua mulher, Emerenciana Ferreira Luz. Transação realizada em 16 de maio de 1896, o registro de compra e venda se referia a uma outra propriedade que teria sido adquirida, no mesmo local da Fazenda Calafate, adicionando à propriedade anterior uma “terra de cultura comum”. Assim, Nicolau teria somado essa nova terra à primeira transmissão, totalizando mais

de 12.000 m<sup>2</sup> (o equivalente a uma quarta parte de um alqueire em MG). Há ainda registros de uma terceira propriedade, também adquirida na época, [...]. O certo é que o grupo apresenta documentos e defende a existência de terras adquiridas, na época, pelos fundadores do quilombo, num tamanho muito superior ao ocupado hoje. [...]

Ademais, a existência de mais de um registro entrecruza-se com as histórias narradas sobre uma ampla área de propriedade dos Luízes, e de uma vasta rede de parentes que se espalhavam pela região denominada Piteiras.” (RTID, 2008, p.14-16)

A região hoje é muito valorizada, ocupada por imóveis e estabelecimentos diversos, tais como: multinacionais, redes franquizadas e universidades, faz com que dúvidas parem sobre os relatos no concernente ao tamanho original da fazenda. A pesquisa documental, contudo, lança luz sobre a verdade presente na narrativa, o que poucos compreendem ao fazerem seus julgamentos, é que noutros tempos, a propriedade, dadas suas complexas condicionantes geográficas, não possuía valor de mercado. Sua localização pouco privilegiada – a dinâmica da cidade projetada ocorria no perímetro urbano, onde se localizava o centro do poder político e administrativo, as localidades pertencentes ao perímetro suburbano não despertavam interesses. Nestas, viviam os trabalhadores empregados na construção da cidade. Deste modo, os ocupantes das Piteiras viveram por décadas isolados, mas, sem correr risco de usurpação de seu imóvel.



Quilombo dos Luízes 2018. Fonte: Arquivo pessoal

Os herdeiros de Nicolau ocupam a propriedade reproduzindo suas práticas desde fins do século XIX, contudo, o desenvolvimento de relações de interação com os demais ocupantes da cidade constam dos relatos que dizem da comercialização dos excedentes cultivados na fazenda; aquisição de produtos com um único comerciante de artigos de uso doméstico que havia na região; participação de festividades religiosas do bairro – vizinho - Calafate e em outros municípios do entorno. Suas ações dizem ainda de uma participação ativa na configuração inicial da malha urbana e de uma vivência coletiva repleta de resquícios das vivências africanas, especialmente no trato da saúde e nos hábitos alimentares.



**Abertura do córrego Piteiras, início do século XX. Fonte: Arquivo Pessoal**

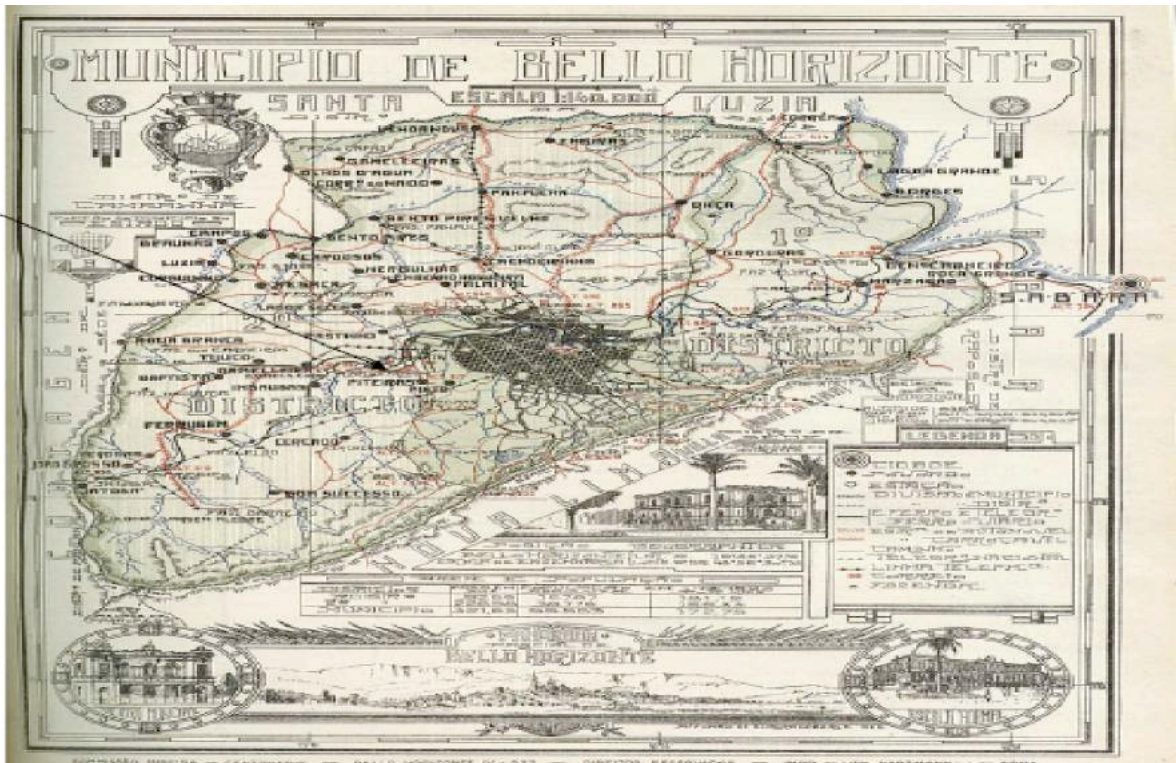
A vida segue o seu curso em consonância com as práticas típicas dos povos tradicionais, relação comunitária, reciprocidade com o meio ambiente, fortalecimento dos laços comunitários e exercício pleno do sentimento de pertença. Das memórias o que é relatado de antemão, são as reuniões festivas envolvendo comensalidades, danças e interatividade entre os membros do coletivo. A religiosidade também é um traço marcante do coletivo ancestral, sendo Sant'Ana a padroeira dos ocupantes da fazenda desde os mais antigos ancestrais.

A principal referencia do matriarcado Luízes é Maria Luiza Moreira, nora de Nicolau e figura essencial presente na memória afetiva de todos. Os cultivos agrícolas que ocupavam grande extensão da fazenda, o córrego Piteiras responsável pela irrigação da lavoura e as lendas cuja narrativa se apresenta com riqueza de detalhes, revela tempos muito diferentes destes atuais.

Nicolau Nunes Moreira (? - 1918) casou-se com Felicíssima Angélica de Jesus e teve 3 filhos, a saber: Vitalino Nunes Moreira (1874 - 1947), Quirino Cândido de Jesus (? - 1928) e Francisco Cândido de Jesus - (1877 - 1965). Estes casaram-se com as 3 filhas de Manoel Luiz Maria e Anna Apolinária Lopes (1867 - 1945), trata-se respectivamente de Maria Luiz ou Maria Luiza Moreira<sup>20</sup>(1886 - 1971), Eulália Marcelina Luiz (1883 - 1967) e Aurora Luiz (1879 - 1954), que migram da fazenda Bom Sucesso para a fazenda Piteiras. A mudança do nome da propriedade após o reconhecimento quilombola de Piteiras para Luízes se dá em homenagem a estes antepassados. Mas, vale ressaltar que, o território Luízes localiza-se na fronteira da cidade de Belo Horizonte com o município de Nova Lima, de modo que a propriedade ocupada não é território dos Luízes ancestrais. Fato interessante neste caso, parte da constatação de que, a Fazenda Bom Sucesso confirmadamente é adquirida por Manoel Luiz, sua esposa e outros remanescentes da escravidão, por compensação de serviço prestado durante a vigência desta no pós abolição.

---

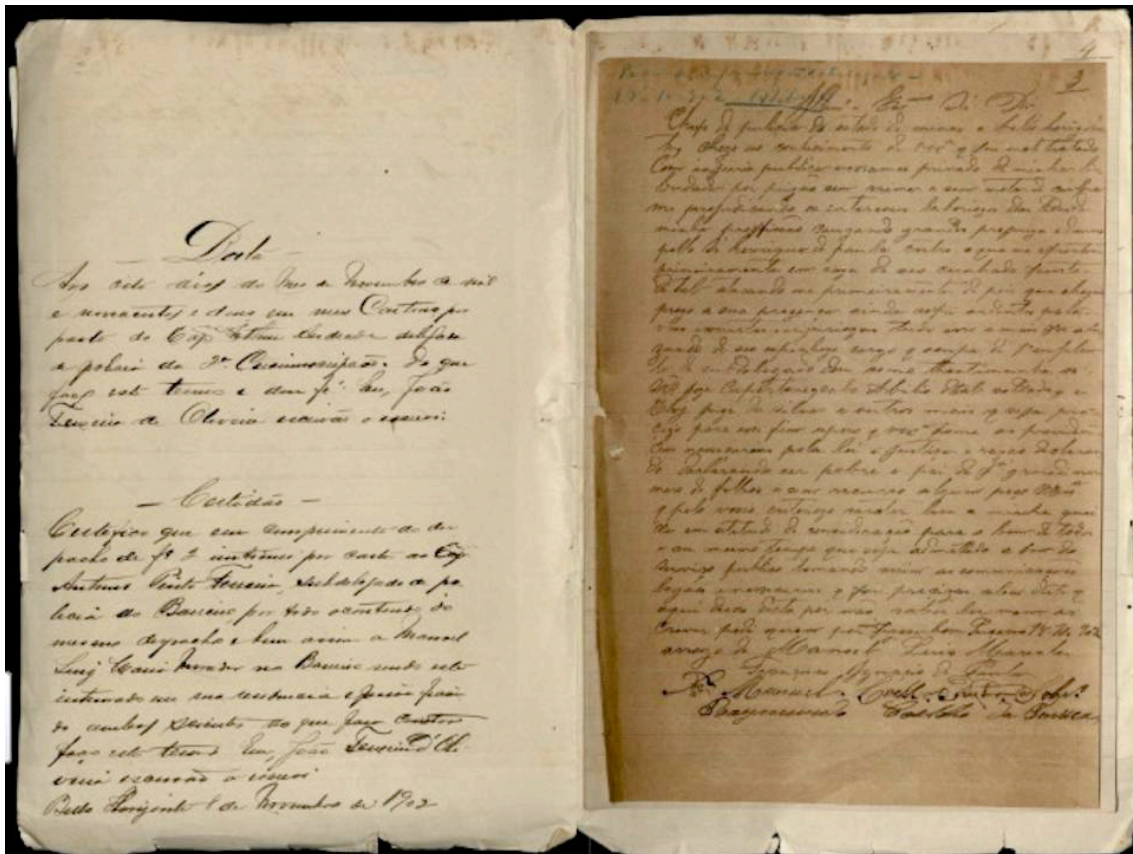
<sup>20</sup> Maria Luiz e Maria Luiza ambas as formas são descritas nas documentações diversas encontradas.



**Figura 7 - Belo Horizonte, 1922. Fonte: RTID, Luízes, 2008. A seta aponta para a localização da fazenda Piteiras.**

Em relação à Fazenda Bom Sucesso os fatos foram revelados através da pesquisa da historiadora Josemeire Alves Pereira que utilizou fontes documentais encontradas nos arquivos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A mesma procurou os membros da comunidade no ano de 2017, para entregar cópias da documentação encontrada, dando-nos ainda detalhes acerca da localização dos originais nos referidos arquivos, bem como nos entregou cópias de seus artigos produzidos com base nesta documentação. Trata-se de um valioso achado, pois, até então a comunidade era carente de detalhes de sua história vinda de lá. Para melhor compreensão, será relatado fragmentos destes escritos, descritos nos artigos supra citados.

André Nogueira Villa Nova e Gertrudes Antônia da Fonseca donos da Fazenda Bom Sucesso, legaram parte desta propriedade – cerca de 17.244 hectares, ao usufruto de 43 famílias pretas, num total de 79 pessoas reconhecidas como trabalhadores deste casal. Uma gleba destas terras foi deixada como herança e compensação por serviços prestados a este coletivo, sendo tal ato registrado em testamento da cômjuge datado de 7 de janeiro de 1831. Em 1856 André Nogueira vendeu parte da fazenda a particulares e nomeou como herdeiros da outra parte, os remanescentes de escravizados que ali viviam.



Autos do processo de Manoel Luiz, 1902. Fonte: Arquivo Pessoal

A fonte – autos de processo criminal – é rica em detalhes e descreve minuciosamente o desenrolar de uma ação oriunda de um homicídio ocorrido pela disputa da propriedade, pois, o adquirente da compra efetuada junto ao proprietário da fazenda, usou de manipulação para criminalizar os herdeiros remanescentes. Seu intento era se apropriar totalmente da propriedade. Alguns detalhes do processo chamam a atenção, e para que seja melhor detalhado, prosseguiremos com a reprodução do ocorrido:

De acordo com o que podemos observar do relato de testemunhas que depuseram por ocasião da investigação policial que resultou no inquérito enviado à Procuradoria de Justiça de Belo Horizonte, pelo delegado Waldemar Loureiro, bem como das que o fizeram durante o processo de julgamento dos réus, assim como da documentação anexada ao Processo Criminal referente ao caso, em junho de 1914, um dos herdeiros da Bom Sucesso, descendente de uma das famílias beneficiárias no testamento de Gertrudes Fonseca, Manoel Luiz Maria, juntamente com sua mulher, propuseram contra H.G.R. e outras pessoas de sua família – e também contra The St. John d’El Rey Mining Companhia Limited -, uma ação possessória, junto ao Tribunal da Relação do Estado de Minas Gerais, para reivindicar uma parte dos terrenos que estariam sendo indevidamente ocupados pelos

G.R. Cópias de autos cíveis que integram o Processo Criminal produzido por ocasião do julgamento dos acusados informam-nos de que a sentença, bem como a resposta aos recursos embargados pelos apelantes, foram desfavoráveis a Manoel Luiz e sua esposa, Ana Apolinária. Indicam mais, que os G.R. também acionaram Manoel e sua esposa, por meio do mesmo Tribunal da Relação.” (PEREIRA, 2016, p. 179)

A disputa em questão se desdobra em ocorrências diversas que vão desde alteração dos limites da propriedade, ofensas e brigas, culminando com ação truculenta da polícia – sem causa aparente, ocorrida em 1902, até o homicídio de um letrado que representava os interesses dos pretos datada de 1916. As fontes primárias e os artigos detalham o andamento deste processo, que revela as faces da injustiça sofrida pelos remanescentes, dada a ganância do opressor capitalista. A corrupção se faz presente entre os envolvidos no processo, a saber, delegado, advogados e promotores, que declaradamente atuam em favor daqueles que disputam a parte deixada em herança pela proprietária da Fazenda.

Nenhuma responsabilidade recaiu sobre a mineradora inglesa, que sem apresentar provas, simplesmente afirma ter atuado em conformidade com a lei. Não foram encontrados documentos que relatassem os desdobramentos desta ação, mas, ao final do processo no caso do homicídio, os assassinos foram absolvidos, sob a alegação de que tal ato ocorreu em defesa da honra e da propriedade. Ora, mas a propriedade pertencia aos herdeiros pretos que juntamente com as testemunhas tiveram suas declarações desqualificadas. Curiosamente, décadas mais tarde, os Luízes contemporâneos serão submetidos ao mesmo tipo de tratamento, demonstrando claramente as práticas de manutenção do racismo institucional vigente. Contudo, Manoel Luiz é descrito nos autos, como sendo um homem “pobre, muito trabalhador” e muito respeitado pela vizinhança e amigos, a autora descreve ainda que:

A despeito, pois, do esforço do advogado de F.G.R. e dos demais acusados pelo assassinato, em criar uma estratégia de defesa fundamentada na desqualificação dos herdeiros como “pretos” incapazes e manipulados, evidências contidas nos depoimentos dos herdeiros e das próprias testemunhas da defesa, atestam o contrário: que Manoel Luiz e os seus tinham plena convicção de que aquelas terras lhes eram de direito e que era justa a defesa que faziam dela. (PEREIRA, 2016, p. 12)

A oralidade revela poucos detalhes referentes aos familiares herdeiros da Fazenda Bom Sucesso, restringindo-se a menção da existência de uma guarda de



Congado, que inclusive de lá se deslocava para participar das festividades de Sant'Ana ocorridas na Fazenda Piteiras. Nas festividades ocorridas na Fazenda Bom Sucesso, havia também a participação dos ocupantes das Piteiras, porém, muito pouco é relatado acerca desta convivência. O que talvez possa explicar a pouca interatividade, seja a dificuldade em se deslocar de uma região para outra, posto que quase todo o trajeto era tomado por mata fechada, e segundo os relatos das anciãs, tratava-se de uma verdadeira aventura chegar e retornar com vida. Muitos eram os animais selvagens e as dificuldades impostas pela mata fechada nesta travessia.

Lembrando ainda, que os irmãos do casal Vitalino e Maria Luiza, viveram também na Fazenda Piteiras – com destaque para Maria Angélica e Flausina. O Rio Piteiras, bem como a casa de Maria Luiza são referências de destaque para os antigos moradores e para alguns dos contemporâneos Luízes que cultivam vivas estas memórias. O rio encontra-se canalizado sob a avenida que naquele momento se tornaria referência da região, cujo nome é Silva Lobo. Em tempos de chuva intensa, o córrego canalizado nos anos de 1960-1970 dá sinais de sua presença, pois o seu transbordamento causa grandes transtornos ao longo da extensão desta malha viária. As minas e nascentes, existentes em abundância no passado, também podem ser vistas, durante os períodos chuvosos, mesmo com a destruição da natureza, para que se desse a construção desenfreada de edifícios, percebe-se entre uma viga de cimento e outra, o líquido vital a transbordar. Uma narrativa detalhada a descrever tais características, foi registrada no RTID:

O nome Piteiras, nome do córrego e da região próxima, antecede à instalação do quilombo. Entendemos *região* aqui no sentido mais histórico do que extensional, como uma “matriz de movimento”, espaço-registro de múltiplas trajetórias de vida familiar feitas pelo vale do córrego, ao longo das gerações, de modo que a percepção e a apropriação desenvolvida sobre o local e a região é compreendida como fruto das jornadas vividas ao longo do tempo.

[...] Os usos diversos do topônimo *Piteiras* justificam os múltiplos sentidos do termo, ora designando o espaço próprio do núcleo residencial, ora estendido a uma área mais ampla e indefinida, com fronteiras flexíveis, onde os Luízes se deslocavam, obtinham alimentos para subsistência, extraíam recursos e praticavam suas celebrações. [...]

A própria estratégia das primeiras instalações serem nas margens do córrego e ao lado de uma mina d'água, deriva do uso intencional de explorar os recursos disponíveis. Ocuparam logo as terras baixas do vale, aproveitaram o solo fértil das margens do rio para todo tipo de plantações de uso doméstico. [...]

O complexo ecológico do córrego, contudo, ultrapassa seu valor econômico. Espécie de fronteira da comunidade, o córrego foi espaço de intenso uso ao longa das gerações. Lugar de muitas vivências, reflete a relação vital que mantinham com ele. Traço característico da paisagem regional deixou sua marca na memória dos Luízes. (RTID, 2008, p.59-60)

Importante a reprodução deste trecho do texto presente no Relatório Antropológico, pois, curiosamente o rio, mesmo para os membros das gerações atuais que não chegaram a conhecê-lo, representa presença marcante na vida da comunidade. Mas, o cultivo de plantas e criação de animais, ainda são práticas desenvolvidas por grande parte dos moradores. A Biroasca<sup>21</sup>, árvore símbolo da comunidade, presente no território há quase cem anos, se mantém como um símbolo de ancestralidade e centralidade das atividades de grupo.



**Foto 1 - Guapuruvu - Biroasca símbolo ancestral dos Luízes. Sem data**

---

<sup>21</sup> Quem reproduz esta narrativa é a matriarca Maria Lúcia Ferreira da Silva, afirmando ser ela a criança portadora da semente da árvore em questão.

Diante da dificuldade de expressar os nossos sentimentos em relação ao nosso grande símbolo da resistência, que esteve conosco até o ano de 2014, reproduzirei a descrição para que possamos analisar a importância desta simbologia, à luz da abordagem antropológica:

[...] os acessos conduzem ao meio (meioca) do espaço da vila dominado por uma grande árvore, e à cuja sombra se recorta o espaço comunitário mais significativo, lugar da maioria dos encontros e reuniões do grupo, sem outros recursos que o de uma grande mesa e dois bancos rústicos. O espaço é virtualmente delimitado pela sombra projetada de uma imensa e frondosa árvore (Guapuruvu<sup>22</sup>), apelidada pelos Luízes de “Birosca”.

Epítome da vida dos Luízes e centro da vida social, pode se dizer que ela é o *axis mundi* comunitário, pois tudo o que é acontecimento de importância se desenrola ao pé e à sombra dessa imponente e lendária árvore, sobre a qual se contam muitas histórias acerca de sua origem, dos fatos fantásticos e sobrenaturais que ali aconteceriam. Como pilar do universo comunitário, o amplo espaço que demarca a projeção da sua sombra no terreno é considerado espaço comum. Indícios do caráter simbólico da árvore são as construções já iniciadas para abrigar à sua sombra futura capela dos Luízes. Não seria exagerado dizer que o lugar assim delimitado se apresenta como a materialização espacial e simbólica dos próprios laços sociais da comunidade. reforçam ainda sua significação os relatos lendários que circulam sobre sua origem extraordinária, atribuída a uma semente que teria germinado curiosa ou inexplicavelmente com a saliva de uma criança, pendurada pelo seu pai no seu pescoço com proteção (um patuá), para assegurar o bom nascimento dos seus dentes, poder atribuído à semente, provavelmente sugerido pela beleza da sua perfeita forma oval e de sua superfície polida. (RTID, 2008, p. 64-65)

Estruturados nesta base comum – a saber a Biroasca, os laços comunais do coletivo Luízes, se reafirmam através desta representatividade, bem ao modo africano, povos reverenciadores de árvores. As narrativas impregnadas desta presença remetem a um símbolo cuja presença, remete a ideia de um sujeito, que integra a dinâmica social da comunidade. Após sua morte e poda de seus galhos, o tronco foi mantido no mesmo local, e sua total retirada ocorreu em virtude do risco que sua queda provocava. Partes do mesmo ainda estão no lugar, ornamentados com flores, mantendo viva a sua memória.

---

<sup>22</sup> Guapuruvu é uma espécie de reflorestamento rápido, que vive por algumas décadas, que no caso do exemplar Luízes, resistiu por mais de 80 anos.



oto 2 - Birosca já com seus galhos secos e tronco remanescente. 2011 e 2018

Retornando ao contexto da Fazenda Piteiras<sup>23</sup>, uma intensa intrusão passa a ocorrer no território a partir da década de 1960, uma vez que tem início o processo de abertura de ruas para a construção de malhas viárias. Ocorre ainda a ação corrupta<sup>24</sup> de advogados que atuavam frente às demandas judiciais/jurídicas da família, que cedem a terceiros partes da propriedade. Diante das ocupações irregulares diversas - cuja prática vai se tornando crescente, os comunitários deliberam pela busca de uma alternativa visando assegurar a permanência no território. O pleito passará a ser, pelo reconhecimento quilombola. Posto que, os quilombos compõem uma categoria mais ampla, que são os Povos e Comunidades Tradicionais, será abordada tal temática primeiramente e está se desdobrando na questão conceitual quilombola.

### 1.5. Povos e Comunidades Tradicionais

*Povos e Comunidades Tradicionais* é uma categoria relativamente nova no cenário nacional, apesar de grande parte das práticas desenvolvidas pelos grupos que englobam este coletivo, constituírem práticas desenvolvidas pelos povos originários. Portanto, a questão aqui será analisada a partir da literatura desenvolvida no bojo dos debates políticos acerca do tema, demanda esta oriunda dos próprios sujeitos dos segmentos tradicionais. Tendo como base o tratamento dado pela Secretaria de Políticas

<sup>23</sup> A Fazenda passa a ser considerada Vila Maria Luiza Moreira, dada a redução de práticas agrícolas.

<sup>24</sup> Trata-se de membros da segunda e terceira geração de Luízes ainda analfabetos ou semi-analfabetos.

de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR<sup>25</sup>, órgão criado especialmente para planejar, formular, promover, coordenar, acompanhar e avaliar, políticas, diretrizes e programas que visem atender as demandas de caráter étnico-racial. Atualmente está vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos, após as reformulações político-administrativas ocorridas a partir do ano de 2017, na reorganização ministerial advinda do processo de *impeachment*. No entanto, seu referencial básico, é o estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288 de 2010), que tem como premissa a promoção da igualdade e o combate à discriminação racial ou étnica. De acordo com o decreto 6.040/2007, os povos e comunidades tradicionais são definidos como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição. (<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/o-que-sao-comunidades-tradicionais>)

Compõe esta categoria grupos diversos, e em sua variedade englobam aqueles inseridos - também em contexto urbano, tais como os quilombolas, indígenas, religiosos de matriz africana e ciganos. Na pauta de articulação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial tais comunidades constituem aproximadamente 5 milhões de brasileiros e ocupam 25% do território nacional<sup>26</sup>. A disputa territorial no Brasil implica em prejuízo sobre os povos tradicionais, e a este respeito Nego Bispo afirma que:

Do que todas essas comunidades são acusadas? De serem povos atrasados, improdutivos e sem cultura, portanto, um empecilho ao avanço e ao desenvolvimento da integridade moral, social e econômica e cultural dos colonizadores.

O que podemos perceber é que essas comunidades continuam sendo atacadas pelos colonizadores que se utilizam de armas com poder de destruição ainda mais sofisticado, numa correlação de forças perversamente desigual. Só que hoje, os colonizadores, [...]

---

<sup>25</sup> Criada pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei nº 10.678, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial nasce do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro brasileiro. A data é emblemática, pois em todo o mundo celebra-se o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), em memória do Massacre de Shaperville. Em 21 de março de 1960, 20.000 negros protestavam contra a lei do passe, que os obrigava a portar cartões de identificação, especificando os locais por onde eles podiam circular. Isso aconteceu na cidade de Joanesburgo, na África do Sul. Mesmo sendo uma manifestação pacífica, o exército atirou sobre a multidão e o saldo da violência foram 69 mortos e 186 feridos. Fonte: <http://www.seppir.gov.br/sobre-a-seppir/a-secretaria>

<sup>26</sup> Dados do PNUD – Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. Fonte <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/o-que-sao-comunidades-tradicionais>

denominam a sua organização de Estado Democrático de Direito e não apenas queimam, mas também inundam, implodem, trituram, soterram, reviram com suas máquinas de terraplanagem tudo aquilo que é fundamental para a existência das nossas comunidades, ou seja, os nossos territórios e todos os símbolos e significações dos nossos modos de vida.

No caso brasileiro, estando as comunidades no seu campo de resistência, munidas dos seus modos, expressões e significações, agregam ainda a essa resistência o elemento do direito institucional garantido pela sua luta/enfrentamento na Constituição de 1988. [...]

Por outro lado, as comunidades contra colonizadoras, além das suas tradicionais armas de defesa, aos poucos, vêm se apropriando das armas de ataque dos colonizadores. Apesar disso, infelizmente, na maior parte das vezes as armas tecnológicas são apresentadas com um poder de destruição muitas vezes maior que o poder de defesa e de construção da vida das armas dos direitos legais, as quais muitas vezes as comunidades se apegam e seguem resistindo.

Por tudo isso, os atuais ataques/enfrentamentos podem trazer efeitos muito mais drásticos, tanto para um lado quanto para o outro.” (SANTOS, 2015, p. 76-77)

Ele ainda argumenta sobre as estratégias burocráticas dos gestores cujo, objetivo é pulverizar o enfrentamento. E a questão é ainda mais complexa, quando analisada pela via da representatividade, pois, o parlamento brasileiro conta, inacreditavelmente, com uma maioria de políticos da bancada ruralista. Estes são apoiadores do agronegócio, e desconsideram os direitos dos Povos Tradicionais. Tal coletividade segue resistindo sobre pressão e risco iminente, e não contam com apoio estatal e/ou oficial na defesa de seus direitos. Mas, sua regulamentação se dá tendo em vista a existência do Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Este segmento da sociedade é amparado por Legislação Internacional, através da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1989 em vigor no Brasil desde 2003:

Aplica-se aos povos indígenas e “aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial”. Considera que a consciência da identidade indígena ou tribal é o critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplica a Convenção.

Art. 2º Os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade.

[...]

Art. 8º Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente.

[...]

Art. 14º Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. [...]. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse.

Além das características comuns aos Povos Tradicionais aqui descritas, salienta-se a relação divergente das relações capitalistas, contrária à lógica de mercado que prima pelo individualismo e pela exploração desmedida. Neste contexto, a reivindicação, a luta e as conquistas são coletivas, e sua essência é a relação de reciprocidade com os recursos naturais. E é o mestre Nego Bispo quem nos ilustra esta intrincada dicotomia pelo prisma de sua própria filosofia:

Extraímos os frutos das árvores, expropriam as árvores dos frutos;  
Extraímos os animais da mata, expropriam a mata dos animais;  
Extraímos os peixes dos rios, expropriam os rios dos peixes;  
Extraímos a brisa do vento, expropriam o vento da brisa;  
Extraímos o fogo do calor, expropriam o calor do fogo;  
Extraímos a vida da terra, expropriam a terra da vida;  
Politeístas! Pluristas! Circulares!  
Monoteístas! Monistas! Lineares!

(SANTOS, 2015, p.17)

Fazer parte de um segmento tradicional, é ter consciência desta necessidade de estabelecer esta relação diferenciada com o todo que nos cerca, que consiste em estabelecer uma relação de reciprocidade com este todo. Portadores de um legado ancestral estruturado sobre os pilares de uma história secular e única, os Luízes preservam características de sua tradição, assegurando-lhes o status de Comunidade Tradicional. O enfrentamento das adversidades, que desafiam sua re-existência na pós-modernidade, visam assegurar o legado para as gerações futuras, através do fortalecimento de sua identidade. Através da legislação que versa sobre os direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais e das especificidades quilombolas, os Luízes

endossam sua pauta de reivindicações na luta pela efetivação de seus direitos tema a ser abordado logo a seguir.

## **1.6. Os Luízes e a Legislação Quilombola**

Os herdeiros de Nicolau ocupantes da antiga Fazenda Piteiras – que passa a se denominar Vila Maria Luiza Moreira, no ano de 2003 se organizam e optam por recorrer à política quilombola, na busca pelo reconhecimento definitivo da propriedade. Suas características históricas, sociais e culturais, assegura-lhes tal direito através da Constituição Federal de 1988, em seu art. 68 - Atos das Disposições Constitucionais Transitórias: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Art.215 – O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

(...)

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (...)

Alguns estados se encontram mais adiantados nesta pauta, e já dispõem de algumas cláusulas que garantem o direito à terra para as comunidades quilombolas em suas Constituições, sendo estes os estados do: Maranhão (Art.229); Bahia (Art.51 - ADCT); Goiás (Art. 33 ADCT); Pará (Art. 322); Mato Grosso (Art. 16 ADCT). Alguns outros dispõem de instrumentos legais que versam diretamente sobre a regularização fundiária dos territórios quilombolas, são eles: Amapá, Espírito Santo, Mato Grosso do



Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo<sup>27</sup>.

No município de Belo Horizonte/MG foi elaborado o Projeto de Lei 593/2018<sup>28</sup> que propõe a regularização fundiária dos territórios dos Povos e Comunidades Tradicionais existentes na cidade, que foi elaborado através de um Laboratório Popular de Leis. Até o momento, o projeto intitulado d. Fininha foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Câmara Municipal e aguarda aprovação em Plenário. Na condição de ativista quilombola, fui convidada a participar desta elaboração, tendo a oportunidade de prestar colaboração em todas as reuniões, além de ter participado do protocolo deste documento. Este momento carregado de significados, representou um grande avanço na luta, por se tratar de uma proposta voltada ao atendimento de interesses de coletivos que sempre foram invisibilizados. Outro ponto importante, é que além dos quilombos, o texto abrange os coletivos indígenas, povos de terreiro, congadeiros, reinados, ciganos e outros.

Retornando ao texto da legislação no âmbito federal, o Artigo 68 é regulamentado pelo Decreto Presidencial nº 4887<sup>29</sup> de 2003. É este quem atribui competência para realização dos procedimentos ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que em 2004, regulamentado pela Instrução Normativa nº 20, de setembro de 2005, deu início ao procedimento de “regulamentação, identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos” do território Luízes. A IN nº 20 define em seu artigo 3º, que: “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-definição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.”

No caso em questão a opressão histórica se intensifica ao ponto dos moradores das Piteiras sofrerem ameaças de terem de desocupar suas residências. Muitos trazem relatos das humilhações<sup>30</sup> sofridas, chegando ao ponto de membros da família, terem recorrido ao procedimento de usucapião, buscando assim se manter nas terras cujas

---

<sup>27</sup> Fonte: O Brasil também é quilombola, CONAQ.

<sup>28</sup> <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/593/2018>

<sup>29</sup> Uma ação foi instaurada pelo partido Democratas – antigo Partido da Frente Liberal (PFL) em 2012 no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a constitucionalidade deste decreto. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, foi votada em fevereiro de 2018 com maioria de votos a validar o decreto. Fonte: [www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br) em 08/002/2018. Segue em anexo o resumo da votação.

<sup>30</sup> Humilhação é o termo ao qual a maioria dos moradores se referem quando o tema em questão são os dissabores enfrentados junto aos usurpadores da propriedade.

quais sempre ocuparam. Nas fotos a seguir, torna-se possível averiguar, quão intensas e profundas foram às alterações ocorridas no território diante do advento da urbanização, inaugurada na década de 1970. Conforme o jargão da matriarca Luzia: “não é o quilombo que chega até a cidade, é a cidade que chega e invade o quilombo”



**Foto 3 - Trecho em obras da Avenida Silva Lobo, aproximadamente ano de 1970. Fonte: SUDECAP**



**Foto 4 - Vista da Av. Silva Lobo e do Hospital Maria de Lourdes Drummond, situado exatamente em frente à comunidade dos Luízes. Acervo: SUDECAP. Aproximadamente ano de 1970**



Foto 5- Vista aérea da região ainda com a Biroasca, representada pelo marcador. Google Earth: imagem capturada em 21/09/2008

A progressão das imagens revela a intensificação ocorrida na ocupação do território, a área vista de cima (representada na foto de número 5) dão conta da ocupação ocorrida no território, posto que nas fotos 3 e 4, há uma total inexistência de construções e edificações. É perceptível ainda, que a intrusão do território se acentua após a abertura das ruas, e até que a comunidade recorre à legislação quilombola, significativa perda territorial ocorreu, dadas as falhas e negligências ocorridas no pleito dentro da legislação convencional. Foi através do auto-reconhecimento na categoria Quilombola, que se instaura uma nova era no cenário de lutas e enfrentamentos pela manutenção do território ancestral.

### 1.6.1. Quilombo em contexto urbano

A Comunidade Quilombo dos Luízes, reconhecida como tal no ano de 2004, foi a primeira a ser certificada pela Fundação Cultural Palmares em contexto urbano. Uma vez que se trata de um território cujo proprietário foi um ex-escravizado, e especialmente de acordo com as características do local à época da instalação de seus adquirintes – Nicolau Nunes Moreira e Felicíssima Cândida de Jesus em 1895 cabem aqui alguns esclarecimentos. De acordo com o Relatório Antropológico de Luízes (2008):

“[...] registros posteriores a abolição da escravatura, sugerem ‘compensação’ ou ‘direito adquirido’ por trabalho sobre uma fração das terras da fazenda. Um desses registros certifica a transferência para Nicolau Nunes Moreira de uma gleba, delimitada por marcos e confrontações específicos como ‘folha de pagamento de quinhão’ por ocasião da Divisão da Fazenda Calafate, requerida pelo Estado de Minas Gerais, em virtude da desapropriação efetuada pela Comissão Construtora da Nova Capital. Constituindo uma ampla área, a fazenda foi desmembrada dando lugar a áreas menores dentro da zona urbana, suburbana e rural – segundo as seções determinadas pela Comissão para dividir as áreas do município de Belo Horizonte. Datado de 14 de outubro de 1896, o documento registra a transferência conforme o ‘auto da Divisão da Fazenda Calafate’, requerida pelo Estado de Minas Gerais, em 1895. Nicolau recebeu ou adquiriu dessa divisão uma parcela de ‘terras de 2ª sorte’, no total de 6.050 m<sup>2</sup>. Os relatos imprecisos sobre a origem dessa aquisição, sugerem o caráter de ‘compensação’ desse ganho, por trabalho escravo na fazenda Calafate. Uma outra versão indica que teria sido ‘aquisição’ com recursos provindos do braço familiar de Nova Lima, resultado de terras lá recebidas por compensação de trabalho escravo que, negociadas com uma mineradora estrangeira, teriam gerado os recursos necessários para a compra.” (RTID, 2008, p. 13)

Ora, transcrevo este extenso registro do documento em questão, para análise das séries de elementos que dão conta do contexto fundador do Quilombo. Com base na transcrição, torna-se óbvia a condição rural sobre a qual se estrutura a comunidade dos Luízes, uma vez que sua própria gênese confirma tal informação. Trata-se da fração de uma fazenda – a do Calafate, que passa para o domínio de Nicolau na condição de fazenda – a das Piteiras, cujo córrego de mesmo nome era responsável pela irrigação dos cultivos da família.

Estes apontamentos ainda certificam a condição de ex-escravizado do adquirente, e não há menção ao fato de que Nicolau Nunes Moreira não seja originário destas terras. Relembrando que o Curral Del Rei era um lugarejo sobre o qual se estabeleciam atividades de base agrícola, somando-se ao fato de que os relatos apontam

para a prática dos cultivos agrícolas ao longo do século XX. Um outro destaque do texto, diz das seções em que se dividiu as regiões da nova capital, que são perímetro Urbano – delimitado pela avenida do Contorno; Suburbano – regiões destinadas aos antigos moradores do Curral Del Rei e funcionários que trabalharam na construção da cidade; e perímetro Rural, mais distantes do perímetro urbano, destinados as plantações e cultivos que seriam comercializados na metrópole.

Outros elementos corroboram com o caráter rural dos ocupantes das Piteiras de outrora, mas, com base nos elementos aqui relacionadas, fica evidenciada a condição de trabalhadores rurais de seus moradores. As entrevistas não apontam para outras possibilidades, posto, que as matriarcas dos Luízes trazem em seus relatos, menções ao carregamento de feixes de madeira para uso do fogão a lenha; localização dos canteiros e seus respectivos cultivos; criação de animais como parte de suas atividades de infância. Outro aspecto deste tipo de convivência são os costumes dos quilombolas, demarcados por traços e costumes tradicionais. São mantidos o uso de ervas medicinais para combater doenças, processam-se rezas e benzimentos para a cura de males diversos, reunindo-se em torno das comensalidades, das danças e cantorias para celebração da vida. Preservam, na medida do possível, do que ainda resta, a relação de reciprocidade com a natureza e dos laços comunais cultivados nas bases das lides cotidianas. Durante o mês de julho, todos se reúnem no centro da comunidade as 19:00 horas, para rezar o terço durante os nove dias que antecedem o dia da padroeira do lugar Sant'Ana, e no dia festivo, ainda que não se tenha a festa propriamente dita, ocorre o hasteamento do mastro em homenagem a santa.



**Imagem de Sant'Ana, possivelmente do séc. XIX. Arquivo pessoal**

Todos estes elementos, que revelam fatos importantes acerca das origens do grupo, bem como buscam reafirmar a tradição do estilo de vida comunal, revelam dados de outros tempos, que em nada condiz com a vida urbana. É possível assim, afirmar que Quilombos Urbanos não são senão, Quilombos em Contexto Urbano, uma vez que os mesmos 'não são produtos do meio', revelam-se contudo como sendo 'produtos apesar do meio' e 'para além do meio'. Outro ponto a destacar é o fato de que conceder ao meio urbano, o status de formulador deste *locus* que através de práticas higienistas, o mesmo visa expurgar, é um discurso incoerente. Os quilombos ancestrais representam a resistência ao sistema opressor, o processo de apagamento da presença da população preta, foi elaborado em fins do século XIX e permanece em curso na atualidade, logo, o movimento subverte a ordem imposta.

Outro motivo que deve conduzir a uma reflexão acerca da necessidade de não criar este tipo de distinção, diz da relação com os Quilombos Rurais. Temática de domínio público, as disputas por terras de Povos e Comunidades Tradicionais, é pauta

já há muito debatida, como assunto a se despontar nos noticiários que abordam os embates na disputa por terras. Prova disto é a pauta que desde de 2012 tramitou no Supremo Tribunal Federal (STF) com o intuito de julgar o decreto que regulamenta as terras quilombolas<sup>31</sup>. Proposto pelo partido dos Democratas, a ação que questiona as regras de demarcação de terras quilombolas, tem como principais interessados os representantes da bancada ruralista, que também pressionam contra a demarcação de território indígena.

Ora, a classe dos detentores do poder capitalista consegue eleger os seus representantes no parlamento nacional, e em outros setores da sociedade, de modo que as injustiças sociais estabelecidas, para prevalência de seus direitos, seguem livre curso. A história acerca das práticas coronelista, com vistas ao fato de que tal situação se perpetua, dentre outras práticas que privilegiam os interesses das elites agrárias, é de fácil dedução acerca das condições, sobre as quais sobrevivem os quilombolas rurais. A justiça nas cidades do interior - comumente segue as regras da manipulação, no jogo do poder instituído, de modo a prevalecer os interesses das elites e das oligarquias. Na visão de muitos quilombolas rurais, as comunidades inseridas em contexto urbano, são dotadas de privilégios, quando na verdade o que minimamente assegura direitos – em alguns casos, é o fácil acesso aos órgãos de proteção dos mesmos<sup>32</sup>. Isto não implica em solução de problemas, a morosidade do órgão, prevalece sobre o interesse de todos os seus assistidos, indistintamente.

Outro ponto a se destacar, é que em contexto urbano, torna-se mais presente e atuante o controle da mídia, de modo que se alguma espécie de arbitrariedade na tentativa de lesar direitos ocorre, mobilizações diversas tornam tudo evidente, expondo os proponentes. Uma estratégia dos movimentos sociais consiste em apoiar causas distintas, visando à formação de redes e o fortalecimento coletivo, logo, a mídia e as redes sociais exercem papel preponderante neste tipo de mobilização, na medida em que difunde ampla e rapidamente a informação.

Estes são alguns dos aspectos diferenciais na luta, mediante a variação de contextos. Alimentar o discurso da diferença, no entanto, implica em fragmentação de forças e interesses comuns, frente a uma luta desigual, que se quer fortalecida. O encorajamento vem da união, neste sentido não cabe distinção. Quilombos são

---

<sup>31</sup> Fonte: site Combate Racismo Ambiental - Destaque Racismo Ambiental.com data de acesso em 07/02/2018

<sup>32</sup> Ministério Público, Defensorias, Secretaria de Direitos Humanos, dentre outros.

quilombos, havendo apenas variação de contextos nos quais se deram suas formações, e sua base é a luta ancestral por vida, dignidade e liberdade, bem como ao direito pelo território subtraído da majoritária população brasileira - a saber preta, quando da criação da lei de Terras de 1850. A base da luta é única, não cabendo nesta pauta qualquer tentativa de hierarquização.

### **1.6.2. Aquilombamentos: A Resistência sobre outros formatos**

Alguns coletivos da cidade utilizam como referencial de luta a Resistência Quilombola, e passam a se autodeclararem quilombos. Vimos a partir da conceituação do termo, que se mostra complexa a utilização do mesmo, a se processar de forma aleatória. Ao solicitar vistas dos processos em andamento a favor da Comunidade dos Luízes, salta aos olhos a forma duvidosa e depreciativa com que a defesa dos opositores de nossa causa, se referem à temática. Colocam em dúvida por vezes seguida, as informações contidas no minucioso estudo realizado por profissionais da Antropologia, a saber o Relatório Antropológico encomendado e aprovado pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). Destacando ainda o fato, de que este documento constitui peça principal dentro das normatizações das etapas que devem ser cumpridas para consolidação da titulação.

Fato é que apesar de se tratar de uma representação clara da Resistência no período Colonial do Brasil, foi construído no imaginário do povo brasileiro, uma concepção equivocada, manipulada e distorcida pelos detentores do poder acerca dos quilombos. Para grande parte da população, prevalece o que versa o Conselho Ultramarino, de 1740 ao afirmar que quilombo se define como sendo: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados, e nem se achem pilões nele” (Conselho Ultramarino, 1740). As generalizações se processam na proporção em que se dá a desqualificação das ações, independente do contexto. A legislação que se adequava ao período passa a ser perpetuada, atendendo aos interesses de proliferação do racismo, visando à discriminação, deslegitimando a luta dos afrodescendentes oriundos da diáspora. Para o colonizador a luta pela liberdade, representava uma contranarrativa das leis, haja vista ao fato apontado pela historiografia, que os escravizados na visão daqueles que exploravam sua força de trabalho, não passavam de mero objeto.



O conceito do termo quilombo vem sendo ressignificado buscando especialmente dar conta das especificidades de cada grupo, conforme já explicado, carecendo de uma melhor assimilação da sociedade. Polarizar o uso do termo inviabiliza, ou pelo menos dificulta a assimilação daquilo que de fato os quilombos representam. Decerto que tal questão demanda tempo, especialmente em virtude dos interesses contrários, dado o valor da terra para o universo capitalista, especialmente do agronegócio.

Pesa ainda sobre esta questão as implicações da luta pelo território, reconhecimento do significado de ancestralidade e dos significados presentes nas dinâmicas de tais agrupamentos, que configuram lutas históricas travadas pelos guardiães deste tipo de legado. A tradição, a cultura e os costumes destes povos, reúnem relações complexas e amplas, que são de cunho extremamente diferenciado de outros segmentos. Não há aqui a defesa de uma concepção de uma ideologia que determine que os quilombos se sobreponham a qualquer outro segmento, não se trata de nivelar outros grupos aquém ou além do que efetivamente o quilombo representa. Trata-se de uma necessidade de aguardar o tempo de assimilação real, por parte da sociedade brasileira, do que de fato uma comunidade remanescente de quilombo simboliza, e o que ela é, a saber, referência histórica, cultural e identitária que marca a ancestralidade da nação brasileira.

Contudo, estudos diversos, dados estatísticos, arcabouço norteador de políticas públicas e ações afirmativas que buscam apartar minimamente os efeitos do racismo, evidenciam as mazelas ocasionadas pela discriminação racial. Advinda especialmente da construção do falso mito da democracia racial, o preconceito que atinge direta e de forma contingencial a população de cor de pele preta no país, demonstra que as táticas de resistência a escravidão, são mantidas na atualidade. Atualizado para o contexto contemporâneo, o embate contra a opressão que antes se dava em defesa da liberdade, agora se faz necessário na luta pelo direito de se ter direito, e pelo direito à vida. A Resistência mesmo que ampliada, ressignificada, preserva características que podem ser lidas como sendo Aquilombamentos. De acordo com registros encontrados no Relatório Antropológico de Luízes, tem-se que:

Aquilombamentos eram, muitas vezes, constituídos por negros dentro da própria fazenda onde trabalhavam e, em movimento inverso, mesmo após a abolição negros libertos continuaram dentro das

fazendas dada a relação estável que possuíam com os seus senhores. (RTID LUÍZES, 2008, p.12)

Logo, o ato de aquilombar configura uma mobilização, uma ação coletiva. É um mecanismo que possibilita o fomento a uma ideologia, conjunto de ações que norteiam objetivos comuns aos sujeitos de determinados grupos. Característico das sociedades hierarquizadas, a divergência de interesses, oportuniza sempre a formação de pólos divergentes e/ou opostos, que leva a estas divisões. No caso dos aquilombamentos, estas polaridades, de um lado oprimem e de outro agrupa os oprimidos, que se identificam com a resistência preta, em grande parte das vezes. Os quilombos na condição de resistência histórica, naturalmente tornam-se esta referência. Mas, é tempo de fortalecer o argumento que implica em assegurar os direitos territoriais e ancestrais destes coletivos.

Há ainda o termo Quilombismo idealizado por Abdias do Nascimento, que se encaixa nestes novos formatos de coletivos diversos de resistência ao sistema opressor. Desvinculados da questão territorial – de ocupação ancestral, e de viés altamente político – na grande maioria das vezes, tais segmentos podem se fazer valer dos desdobramentos do uso do termo Quilombo, propriamente dito. Para Nascimento (1980), o quilombismo é um movimento político dos negros brasileiros, sendo este o mote para as mobilizações promovidas pelos intelectuais pretos dos anos 1970, o Movimento Negro Unificado (MNU). Tais desdobramentos do termo original prestar-se-ão a transmitir a ideia de resistência, sem interferir nas demandas reais dos quilombos territoriais, históricos, ancestrais, tradicionais, enfim.

Logo, o termo preserva a relação reivindicatória dos pretos escravizados, tratando-se portanto, de um termo a ser interpretado como herança cultural dos modos de resistência escravocrata. A definição de quilombo se mantém assim ligada à tradição ancestral e à noção de território, enquanto que seus desdobramentos manifestados nos segmentos sociais norteados por pautas de lutas étnicas devem ser compreendidos como Aquilombamentos ou Quilombismo.

### **1.6.3. Ocupantes atuais do território: Comunidade de Sangue e Comunidade de Residência em um quilombo em contexto urbano**

Analisando a árvore genealógica<sup>33</sup> dos Luízes ancestrais, percebe-se uma restrição no que tange ao número de ocupantes, bem como ao fato de que apenas herdeiros de Vitalino Nunes Moreira residem no lugar. Para melhor compreender esta questão, serão aqui reproduzidas partes do Relatório Antropológico, que traçam um panorama acerca de certas características da relação de parentesco e da ocupação do território. A este respeito, o mesmo destaca que:

“O grupo dos Luízes é constituído, em primeiro lugar, por uma extensa *comunidade de sangue*, i.e., um amplo grupo de parentes consangüíneos e afins que traçam a descendência bilateral ou cognática a partir de dois casais fundadores, antepassados da linhagem familiar e moradores originários do local que uma parte da parentela ocupa. Os casais ancestrais são, de um lado, *Nicolau Nunes Moreira* e *Felicíssima Angélica de Jesus*, e, de outro, o casal formado por seu filho *Vitalino Nunes Moreira* com *Maria Luiza Moreira*. Esta última é, sempre, evocada para traçar uma linhagem que os vincula fortemente, por consangüinidade, a *Anna Apolinária Lopes*, mãe de *Maria Luiza*, figura lendária que é citada como o vértice da linhagem matrilateral que, para alguns, representa a verdadeira “ossatura” da família extensa.” (Relatório Antropológico, 2008, p.81)

Ainda referente à ocupação do território, é possível concluir que:

“Dos diversos relatos obtidos sobre a origem da comunidade, o elo histórico pode ser estabelecido: o grupo se origina das relações de parentesco e de herança que se estabelecem com as uniões de três filhas de *Anna Apolinária Lopes* com três filhos de *Nicolau Nunes Moreira* e *Felicíssima Angélica de Jesus*, por outro. Dessas uniões, o grupo traça a descendência bilateral a partir da união de um desses casais: *Vitalino Nunes Moreira* e *Maria Luiza Moreira*.” (Relatório Antropológico, 2008, p.82)

Prosseguindo com a análise, na sequência tem-se a descrição da comunidade entendida como sendo uma Comunidade de Residência, que pelo viés antropológico – e especificamente na contextualização Luízes é entendida da seguinte forma:

---

<sup>33</sup> Nicolau Nunes Moreira e sua esposa, Felicíssima Angélica de Jesus, tiveram nove filhos, sendo seis mulheres e três homens: Quirino Cândido de Jesus, Maria Angélica de Jesus, Flausina Angélica de Jesus, Ana Angélica de Jesus, Altina Angélica de Jesus, Vitalino Nunes Moreira, Plicena Angélica de Jesus, Francisco Cândido de Jesus e Rosa Angélica de Jesus.

Os três filhos homens de Nicolau e Felicíssima se casaram com três irmãs, filhas de Manoel Luiz Moura e Anna Apolinária Lopes, oriundos da comarca de Nova Lima. Os casamentos foram entre: Quirino Cândido de Jesus e Eulália Marcelina Luiz, Vitalino Nunes Moreira e Maria Luiz Moreira, Francisco Cândido de Jesus e Aurora Luiz. Os três casais foram morar, após o casamento, na área da antiga Fazenda Calafate, hoje bairro Grajaú, em Belo Horizonte, nas proximidades das terras de Nicolau.

Os outros filhos de Manoel Luiz Moura e Ana Apolinária Lopes foram: José Luiz, Petrina Luiz, Joaquim Luiz Marcelino, Leodorico Luiz, Antônio Luiz Maria, Silvino Luiz, Ascendino Luiz e Luciano Luiz.

“Uma importante parcela dessa família extensa, vinculada por estreitos laços de consangüinidade e afinidade, convive num mesmo espaço territorial, no bairro Grajaú, na zona oeste de Belo Horizonte. A *comunidade de residência* é constituída por 76 pessoas, distribuídas em 23 unidades residenciais (e 22 grupos domésticos). O grupo ocupa uma extensa área de terreno em aclive, de limites imprecisos: na parte baixa, a sudoeste, pela Av. Silva Lobo, e na parte mais alta, a nordeste, pelas construções da rua Henrique Burnier; a noroeste pela rua Alves Pinto, e a sudeste pelo cruzamento das ruas Arivaldo Martins Ferreira e rua “C” (sem saída), ficando um espaço vazio, sem clara delimitação, deste ponto até atingir novamente a Av. Silva Lobo; divide parcialmente a comunidade uma extensão de rua sem saída, aberta pela prefeitura: a rua Artur Ferrari.” (Relatório Antropológico, 2008, p.82)



**Figura 8 - Vista aérea do território pleiteado junto ao INCRA. Fonte: Gogle Earth, 2008.**

Todos estes elementos reafirmam a condição de comunidade Remanescente de Quilombo conferida a Luízes, cuja conceituação analisaremos a seguir. Através do Conselho Ultramarino no ano de 1740 quilombo passou a ser definido como sendo: “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele.” Tal conceituação permeia o imaginário coletivo, tornando-se uma referência clássica do termo, que leva a um entendimento de concepção cristalizada no tempo, remetendo ao contexto da escravidão e de vaga crença da existência dos mesmos no contexto atual.

A questão no entanto, é contemplada pelas bandeiras de luta dos “intelectuais negros” dos anos 1970, em que Abdias do Nascimento (1980) conceitua: “*Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial*”(p.263).

Foi através do diálogo com os setores políticos promovidos por estes atores, que a questão quilombola foi contemplada pela Constituição Federal de 1988. Não se trata, contudo, de pessoas oriundas do próprio segmento, a escolha do formato do nome sobre o qual, os territórios ocupados historicamente pela população preta, viesse a se definir, já que não houve participação direta destes sujeitos no âmbito dos debates e negociações. Por este motivo, existem grandes probabilidades de muitos grupos que se enquadram nesta definição, não se aceitarem como tal, dada a visão estereotipada que permeia o conceito partindo de sua definição “clássica”- a saber, “lugar de negro fugido”. Enfim, o termo quilombo está atrelado à vivência da territorialidade, no tocante a sua especificidade, mas, não deixa de ser um termo cunhado na legislação e imposto aos coletivos, pela imposição do estado. Por causa do problema histórico, muitos membros de agrupamentos étnicos não se sentem contemplados, por ser uma imposição vinda de cima para baixo, rever esta postura, pode auxiliar a identificação de um número ainda maior destes coletivos.

No âmbito da formulação de políticas públicas, a burocratização traduz sensação semelhante, uma vez que, nem sempre os envolvidos são convocados a participar das tomadas de decisões, e quando ocorre, nem sempre há efetividade da ação. Sobre tal questão, Nego Bispo apresenta experiências desastrosas em que as autoridades lucraram, mas as comunidades ficaram com o ônus, e suas observações a respeito, nos levam a conclusão de que:

[...] até porque esses estudos são descritos em linguagens bem diferentes das nossas, com o propósito deliberado de nos excluir dos processos de discussão e de tomada das decisões, quando não buscam nos iludir com falsas promessas de melhorias de vida.(Nego BISPO, 2015, p. 72)

Dada a especificidade e variedade quilombola, autores diversos elaboraram estudos formulando múltiplas conceituações. Contudo, por ser o objetivo deste, destinado a subsidiar um entendimento mais direto acerca da questão, serão aqui abordadas apenas aquelas que consideramos como sendo as principais definições do termo. Logo, será com a definição proposta pela Associação Brasileira de Antropologia

(ABA), elaborada através de seu Grupo de Trabalho quando da produção do documento que tem como título “Terra de Quilombo”, que concluiremos esta linha de análise:

[...] o termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo ‘ressemantizado’ para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil. [...] Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. [...]. No que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando o seu uso comum. [...] caracterizando diferentes formas de uso e ocupação dos elementos essenciais ao ecossistema, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade. (GT ABA, 1994)

No tocante a territorialidade destaca-se a sabedoria ancestral, acarretada pela memória e entendimentos dos mestres e mestras dos saberes tradicionais, trazem rica contribuição. Dona Tereza Guarani Kaiowá em aula ministrada no curso de Saberes Tradicionais na Universidade Federal de Minas Gerais, destaca a este respeito, que: “Para nós os Awás não existem fronteiras, de onde vêm as cercas, o chão é o mesmo, a terra é a mesma, não justifica as divisões.” Certamente parte deste esclarecimento, a explicação de que os povos indígenas se reconhecem todos como parentes, e tal realidade não diverge entre os quilombolas. Retomando a questão da especificidade, o agrupamento Luízes, obteve a seguinte definição quando da elaboração de seu Relatório Antropológico:

[...] Com efeito, neste relatório, desde a perspectiva antropológica, e para fins de aplicação dos direitos constitucionais, assumimos a conceituação e identificação do grupo em estudo entendendo-o como remanescente de quilombo em contexto urbano, levando em conta não apenas sua identidade histórica, mas, principalmente, a sua situação atual, considerando-o como grupo étnico que persistiu ao longo do tempo, segundo formas organizacionais próprias, envolvido historicamente e no presente em processos de contrastes e/ou contradições com outros segmentos sociais. Estas relações contrastivas, marcadas pela opressão e pelo conflito, têm sido responsáveis pela emergência de fronteiras grupais étnico-raciais, do

tipo “nós/outros”, que expressam critérios de pertencimento étnico, baseados no parentesco e no território ocupado, e manifestos sob variadas formas de exclusão e inclusão. (RTID, 2008, p. 6)

É possível avaliar que tal definição abrange na medida exata as particularidades do grupo, pois, de fato, estamos em contexto urbano – diferente de sermos um quilombo urbano, na medida mesma em que não fomos forjados pela urbanidade, conforme detalharemos mais adiante. Diferentemente de outros sujeitos oriundos da escravidão, resistimos na cidade, em região de franca disputa, cujos sujeitos envolvidos, ocupam os extremos das escalas sociais, em disputa desproporcional em termos de condições financeiras. Os contrastes ou contradições estão expostos a olhos nus, e o enfrentamento se processa no cotidiano sobre forma de preconceito. E na relação parental e através da ligação ancestral que tem como cenário o território tradicional, sobre o qual a história se recria, e as memórias se reavivam, que a trajetória coletiva cultiva o legado deixado pelos antepassados. Os Luízes contemporâneos, históricos pretos das Piteiras, têm sua identidade alicerçada na relação parental e na ocupação do território.

O município mantém sua postura de ignorar a presença da população preta em sua delimitação, tal qual ocorre em qualquer cidade do país, este segmento da sociedade é marginalizado inclusive geograficamente. São, via de regra, lançados aos espaços marginalizados, sem infraestrutura e dotados de precariedades diversas, mas, no caso belorizontino, trata-se de um projeto de governo, conforme aqui já foi relatado, e Luízes é parte deste projeto. Além da concessão de alvarás de construção, apesar das arbitrariedades presentes nas documentações dos invasores, a prefeitura não lançava cobrança a estes, sobre impostos – que eles em tese deveriam pagar. Sobre a alegação de desconhecimento do pleito quilombola, várias construções foram autorizadas pelos órgãos responsáveis – mas, quando somos nós a realizar alguma solicitação, temos sempre a negativa.

No ano de 2008 a comunidade foi acometida por um duro golpe do INCRA, que excluiu 10 propriedades, da já reduzida região pleiteada. A redução foi feita, para que o processo de titulação pudesse ser acelerado. Conforme já foi mencionado, é a comunidade quem define a delimitação, mas o superintendente do órgão à época - Carlos Calazans, em total contradição com o que está estabelecido pela lei, excluiu tais propriedades, sob a alegação de que os valores indenizatórios seriam muito elevados. Na realidade o que o superintendente buscou, foi manipular a situação, ampliando o tempo de publicação do Relatório Antropológico, para que se desse mais uma invasão

do território. Trata-se da construtora Patrimar, que no ano de 2008 desconsiderando o embate jurídico, ocupou 8 loteamentos da propriedade Luízes, tendo os mesmos um alto valor dada a localização privilegiada, para edificar um condomínio que dispõe de 48 unidades residenciais de luxo, e 12 unidades comerciais. A documentação e as notícias veiculadas na mídia são extensas, no concernente a esta construção, fato é no entanto, que a obra foi concluída, e os quilombolas terminaram ficando sem a terra e sem qualquer espécie de indenização.



HISTÓRICO

## Prédio construído no Grajaú é alvo de disputa de quilombola

Defensoria diz que vai entrar na Justiça para garantir posse a comunidade Quilombola dos Luízes

Salvar no Facebook | Recomendar 0 | Compartilhar | Tweet | G+



Localizado na rua Xapuri com Silva Iobo, o Greenwich tem 48 apartamentos, avaliados em cerca de R\$ 560 mil, e 12 lojas  
PUBLICADO EM 31/07/13 - 03h00

QUEILA ARIADNE

Uma disputa histórica por terras no bairro Grajaú, região Oeste de BH, pode causar transtornos aos compradores dos 48 apartamentos no edifício Greenwich Village. A construtora Novolar, braço da Patrimar, garante que tem todos os registros em dia e afirma que não há motivos para preocupação. Mas representantes da comunidade Quilombola dos Luízes alegam que o terreno é deles e a Defensoria Pública Federal vai propor uma ação para assegurar essa posse.

“O próprio Inbra, por meio de um estudo antropológico, reconhece a propriedade dos quilombolas. Mas a inércia da fiscalização fez com que construtoras conseguissem tocar os empreendimentos. Nós chegamos a conseguir uma liminar em 2011 para paralisar as obras, mas, logo depois, o Tribunal Regional Federal (TRF) derrubou a liminar, mas nós vamos tentar restabelecê-la agora”, explica o defensor público federal, Estêvão Ferreira Couto.

O advogado da Patrimar, Argemiro Borges Cardoso, informa que a liminar foi derrubada porque a empresa provou na Justiça a legitimidade da posse. “Nós estamos resguardados pelo artigo 68 da Constituição Federal, que diz que a posse é garantida aos quilombolas quando eles são remanescentes no terreno, o que não foi o caso. A Patrimar comprou o terreno em 2009 de uma marmoraria, o que prova que os quilombolas já não ocupavam a área. E, para registrar, fez um levantamento de antigos proprietários desde 1905”, disse o advogado. Segundo ele, nenhum deles era quilombola.

A historiadora e integrante da comunidade quilombola, Miriam Aprigio Pereira, afirma que ainda existem cerca de 30 famílias na região, que tiveram suas terras invadidas exatamente pelo que a construtora chama de proprietário anterior. “Era uma madeireira que invadiu nossa terra. Nós temos registros comprovados no relatório técnico do Inbra que comprova que um ancestral nosso comprou a terra em 1895”.

Caso fique provada a posse, os quilombolas poderão ter direito à indenização pela União, assim como a construtora. Já os compradores de imóveis teriam que ser indenizados pela Patrimar, que é a vendedora. Entretanto, Miriam afirma que o interesse não é indenização. “Para nós, o que vale é a terra”. Outra construtora com obra aprovada no terreno é a Unenco. Mas, segundo a empresa, a obra está em andamento.



Foto 6 - publicação sobre a invasão de construtora após a elaboração do Relatório Antropológico

A Defensoria Pública da União e o Ministério Público desta vez, forçou a prefeitura a tomar uma decisão inédita que passou a assegurar direitos aos Luízes. Reproduzo aqui a matéria na íntegra:

**Prefeitura de BH está proibida de expedir alvarás no território quilombola dos Luízes**

Decisão atende pedido feito pelo MPF em ação cautelar para resguardar direitos da comunidade, que vive em área de intensa especulação imobiliária, no bairro Grajaú

12/06/2015

**Belo Horizonte.** O Ministério Público Federal (MPF) obteve liminar que impede o Município de Belo Horizonte/MG de conceder licenças de construção em terrenos situados no território quilombola dos Luízes, região Oeste da capital. A prefeitura também está impedida de emitir alvarás de construção, sejam obras iniciais ou obras de modificação, como também revalidar alvarás ou licenças previamente concedidas.

O território da Comunidade dos Luízes, já certificada pela Fundação Palmares como remanescente de quilombo, está situado em área urbana, no bairro Grajaú, região densamente ocupada por imóveis de médio e alto valor comercial e atualmente alvo de intensa especulação imobiliária.

Há cerca de sete anos, em 2008, o Núcleo de Estudos de Populações Tradicionais e Quilombolas da Universidade Federal de Minas Gerais (NUQ/UFMG) finalizou o relatório antropológico que identificou a área do território que deveria ser delimitado e regularizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Ressalte-se que o NUQ/UFMG foi contratado pelo próprio Incra para realizar os estudos, que fazem parte do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTDI) da comunidade. Segundo o relatório antropológico, os casais fundadores da comunidade dos Luízes instalaram-se às margens do córrego Piteiras, em 1895, em glebas de terras doadas ou adquiridas, correspondentes hoje a um território de 2,87 hectares. No entanto, de forma inusitada, ou como disse o magistrado na decisão judicial, "à míngua de vícios técnicos ou jurídicos no procedimento", o Incra reduziu o território, excluindo do perímetro 10 imóveis. A justificativa para a exclusão foi tão somente a de que as desapropriações desses imóveis seriam de alto valor. Contra essa decisão do Incra, foi ajuizada ação civil pública pelo MPF e Defensoria Pública da União (DPU). A ação continua em andamento, assim como outras ações civis públicas propostas pela DPU em favor da comunidade quilombola, especialmente a de nº 26644-75.2011.4.01.3800, por meio da qual requereu-se a declaração do dever do Município de proteger, preservar e recuperar o patrimônio histórico-cultural da comunidade, além de condenar as construtoras que invadiram a área a restituir a posse dos terrenos ilegalmente ocupados por elas. Certo é que, ao longo dos anos em que a questão vem sendo discutida, a indefinição resultou no acirramento dos conflitos fundiários, especialmente porque a prefeitura de Belo Horizonte continua

liberando alvarás, ignorando por completo a determinação constitucional de respeito à integridade do território quilombola. "A demora natural no julgamento das ações, pois tratam de questões complexas, aliada à indiferença da Prefeitura Municipal para com os direitos da Comunidade dos Luízes, pode levar a uma situação irreversível. Se forem concedidas novos alvarás de construção de edifícios ou mesmo de reforma e ampliação dos atuais, caso a ação de reconhecimento da comunidade venha a ser julgada procedente, de nada adiantará, pois já existirá uma situação consolidada", afirma o procurador da República Helder Magno da Silva. Por isso é que o MPF ingressou com nova ação, desta vez de natureza cautelar, pedindo que a Justiça Federal impedisse a prefeitura de continuar liberando alvarás para construções na área originalmente delimitada pelo relatório do NUC/UFGM como território quilombola.

**Consumidor sujeito a riscos** - Ao conceder a liminar, o juiz da 8ª Vara Federal lembrou que se os Luízes já foram reconhecidos pelo Estado como comunidade tradicional, ainda que o RTID do Inera tenha excluído parte da área que pleiteiam, o que deve prevalecer é a determinação constante do art. 68 da ADCT, que reconheceu o direito fundamental às comunidades remanescentes de quilombo à propriedade definitiva do território que ocupam. "O dispositivo constitucional obriga o Estado, portanto, a promover a regularização fundiária dos territórios remanescentes de quilombos, na forma do Decreto n. 4887/2003 e IN 57/2009", afirma a sentença. O magistrado também destacou que, além da regularização fundiária do território reivindicado pelos quilombolas, deve-se proteger também o consumidor em geral, sujeito ao risco de adquirir um imóvel situado em área que está sendo objeto de discussão judicial. De outro lado e não menos importante, "há que se resguardar o interesse público sobre o orçamento da União, que poderá ser comprometido com o pagamento de eventuais indenizações" decorrentes de futuras desapropriações. (<http://www.prmg.mpf.mp.br/imprensa/noticias/indios-e-comunidades-tradicionais/prefeitura-de-bh-esta-proibida-de-expedir-alvaras-no-territorio-quilombola-dos-luizes>)

Foi necessária a intervenção judicial na criação de uma liminar que assegure os direitos dos quilombolas, posto que de forma recorrente a prefeitura de Belo Horizonte, concede licença para a construção no território Luízes, sob a alegação de desconhecimento do pleito destes comunitários. O tema ainda foi assunto de audiência na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e na Câmara dos Deputados, além de repercutir em vários espaços de debate na cidade e no estado:

### **Quilombolas lutam para barrar construção de prédio bem no meio do quilombo, no bairro Grajaú, em BH**

Quilombolas lutam para barrar construção de prédio bem no meio do quilombo, no bairro Grajaú, em BH

A requerimento do deputado Durval Ângelo (PT), a comunidade Quilombola dos Luízes, situada no bairro Grajaú, na Zona Oeste de Belo Horizonte, volta a motivar audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia. A audiência será na próxima

quarta-feira (19/10), às 9h, no auditório da Instituição. Desta vez, os quilombolas lutam para barrar a construção de um edifício por uma grande construtora – a Patrimar – bem no meio do terreno remanescente de quilombo. A obra, segundo lideranças da comunidade, levou à paralisação do processo de regularização fundiária do terreno, que estava em andamento no Incra. Esta não é a primeira vez que a comunidade dos Luízes recorre à Assembleia na luta pela regularização da área. Em 8/10/2007, em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, representantes da comunidade já denunciavam que os quilombos urbanos não eram reconhecidos e, por isso, seus líderes eram assassinados impunemente. Em 30/11/2007, a Comissão realizou um debate público para discutir a regularização da posse da terra pertencente a comunidades remanescentes dos quilombos em Minas. Segundo lideranças dos Luízes, o quilombo remonta ao ano de 1895, em área negociada com os donos da Mina de Morro Velho. Foram convidados para a audiência pública: a defensora pública Ciêdra Cristina Pinto Moreira; o superintendente regional do Incra, Carlos Calazans; a secretária municipal adjunta de Regulação Urbana de Belo Horizonte, Branca Antunes de Macaúbas; a representante do Quilombo dos Luízes, Míriam Aprígio; e a gerente-administrativa da Patrimar Engenharia, Parícia Maria Bernardino. Fonte: Assessoria de Comunicação do deputado Durval Ângelo ([http://www.ptmg.org.br/quilombolas-lutam-para-barrar-construcao-de-predio-bem-no-meio-do-quilombo-no-bairro-grajau-em-bh/#.W98ubh\\_J21s](http://www.ptmg.org.br/quilombolas-lutam-para-barrar-construcao-de-predio-bem-no-meio-do-quilombo-no-bairro-grajau-em-bh/#.W98ubh_J21s))

Selecionamos este acontecimento, para relatar o tratamento desigual destinado aos menos favorecidos financeiramente, pois, fato é que a construtora concluiu a obra, mesmo sendo confrontada pela justiça. A liminar que paralisou a obra por cerca de 30 dias, foi anulada pelo juiz substituto na ação, e os usurpadores da propriedade até o momento, não foram submetidos a qualquer tipo de sanção. Muitas são as injustiças que nos acometem, para reafirmar o que ocorre com a maioria dos Povos e Comunidades Tradicionais, que nos escritos da quilombola Maria Luiza pode-se confirmar que: [...] a lei dos Quilombos só estava no papel assim como foi à carta de Alforria. (MARCELINO, 2015, p.63). Debates, refletimos, buscamos respostas junto aos nossos, e em parceria com outros segmentos acometidos pelos mesmos descasos e injustiças que partem da administração pública, e as indagações seguem sem resposta. Podemos contudo concluir, que este problema, pode se traduzir nos seguintes dizeres da aguerrida companheira:

“Infelizmente, não há essa boa vontade política porque sabem que regularizar os territórios quilombolas é dar autonomia para os negros e negras que ali moram. Isso não é bom para os governantes, porque o negro com autonomia é negro com poder, e negro com poder não

garante mais o poder do cidadão e cidadã.” (Maria Rosalina dos Santos, 2016, p. 20)

A autonomia e o pleno exercício de cidadania dos quilombolas fica assim comprometido, na medida em que as leis que lhes são asseguradas dependem da ação política na promoção de sua efetivação. A reivindicação por direitos dos Luízes e de tantos outros coletivos deste segmento, se caracteriza pela morosidade e desinteresse das autoridades, uma vez que, para além de debates, audiências dentre outras ações de ordem administrativa, poucos avanços podem ser identificados.

Em 2017 após a criação do Conselho na comunidade, que em decisão inédita, foi composto apenas por pessoas da quinta geração de Luízes – até então eu era a única desta geração a atuar frente às demandas na pauta de lutas, decisão muito bem recebida pelos órgãos que atuam em favor de nossos direitos: DPU e MP. Tal medida levou o juiz federal da 8ª vara a revogar a ação promovida pelo INCRA, fazendo com que as 10 propriedades, fossem reinseridas ao processo de titulação dos Luízes. Esta ação foi recebida por nós com surpresa, pois, até aqui acumulamos mais derrotas que vitórias, apesar destas se mostrarem enquanto resultado da dura batalha empreendida até o momento. O documento que faz menção a esta decisão segue em anexo.

Esta exposição de fatos ocorridos na história do tempo presente nos dá uma clara noção do que foi o embate pela defesa do território, enfrentado pelos antigos pretos das Piteiras. Pessoas analfabetas ou semi-alfabetizadas, sem apoio dos órgãos de defesa, isentos de visibilidade e apoio da sociedade, justifica em grande medida a quase total tomada das terras. Após a abolição o corpo preto deixa de ser mercadoria, e é a terra quem passa a desempenhar este papel, mas é sobre a população preta que o ônus da causa continuará a se fazer sentir:

“No entanto, a vida dos quilombos, a partir de 1888, não se tornou tão fácil quanto nossa imaginação e vontade poderiam sugerir. Havia a questão da terra. Se a pessoa não era mais mercadoria, a terra passou a ser. A lei de abolição não se referiu aos quilombos, mas a lei de terras, nas entrelinhas, os proibia. A terra pertencia ao Rei, e o Rei a transformaria em mercadoria, não em bem comunitário em aliança com a natureza. Os quilombolas continuaram ilegais, continuaram ‘marrons’, porque ocuparam uma terra que não lhes era destinada e, assim como os índios, tinham que continuar lutando por ela.”(Introdução do livro OS DIREITOS TERRITORIAIS QUILOMBOLAS, p. 8)

A proibição do acesso a terra se processa na atualidade, através da atuação de ruralistas, empresários do ramo do agronegócio, donos de construtora, dentre outros do segmento capitalista. A terra, que configura oportunidade de emancipação de vários segmentos e famílias de produtores, é monopolizada por uma minoria, ainda que a obtenção da mesma confere identidade a uma parcela significativa dos ocupantes desta nação.

Tais práticas refletem o racismo que predomina na sociedade, a despeito da assinatura da Lei Áurea que ao abolir a escravidão, coloca todos os cidadãos em condições de igualdade, restando a esta acatar tal decisão. A professora Nilma Lino Gomes, define o termo da seguinte forma:

O Racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira. (GOMES, 2005, p.52)

Sendo o segmento quilombola a representação coletiva a se encaixar neste tipo de descrição no tocante a realidade brasileira, a destinação dos mesmos não seria outra, que não seja a condição de vítima deste processo, que se encontra em curso desde a formulação do conceito de Raça, no século XVIII. Dentre suas variações, os segmentos quilombolas são alvos do Racismo Institucional<sup>34</sup> que é a forma como este se processa nas instituições e estruturas de organização da sociedade.

No Brasil, o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) implementado no Brasil em 2005<sup>34</sup>, definiu o racismo institucional como “o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e

---

<sup>34</sup> O conceito de Racismo Institucional foi definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, [...], “trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica”. Fonte: <https://racismoinstitucional.geledes.org.br/o-que-e-racismo-institucional/>

O Racismo ocorre ainda – e mais frequentemente, no formato individual, que de acordo com Gomes (2005) “manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos”. Vivendo em contexto urbano e elitizado, como é o caso dos Luízes, seus membros são suscetíveis a este tipo de prática, nas mais variadas situações cotidianas, tanto no seu entorno, quanto nos espaços outros da cidade. Visto por esta ótica, os quilombolas são duplamente vitimados pelo racismo, tanto em seu próprio *lócus*, a quem muitos associam como lugar de exclusão<sup>35</sup>, quanto nos demais espaços da cidade por onde circulam, em virtude da discriminação aplicada de acordo com a cor da pele.

O Racismo se apresenta ainda em seu formato Estrutural, pois, de acordo com o professor Silvio Almeida (2018) “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo normal com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares.” Ele ainda afirma que as instituições são racistas porque a sociedade é racista. As instituições são utilizadas pelas pessoas racistas, para reproduzir o racismo, que no caso dos Luízes tal afirmação é nitidamente retratada no documentário *Remanescentes*<sup>36</sup>, em que fica explícita a sobreposição do direito de fala – e de tomada de decisão, do estado sobre os quilombolas. Em sua conceituação, o professor afirma ainda, que nesta modalidade o Racismo é absorvido como algo normal no cotidiano das pessoas, logo, não se trata de uma anomalia social, ele é visto como algo natural e se processa nas diversas instâncias da sociedade – economia, política e subjetividade. Aqui os indivíduos são constrangidos, estando já às práticas incorporadas nas relações que se processam consciente e inconscientemente. O Racismo torna-se assim como algo que é estrutural e estruturante das relações.

Citando como exemplo, temos o genocídio da juventude preta, de indígenas e quilombolas, que não desperta na sociedade, qualquer espécie de indignação que provoquem uma ação de defesa destes sujeitos. No caso Luízes, o quilombo comportar pessoas pretas, não representa problema, representa problema o quilombo se localizar numa região privilegiada. O Racismo é estruturante na medida mesma em que no órgão responsável pela titulação destas terras, só tenha pessoas insensíveis à questão

---

<sup>35</sup> Partindo da abordagem nós/outros.

<sup>36</sup> Documentário realizado no Quilombo dos Luízes no ano de 2012.

trabalhando, tendo em vista o descaso destes com algo que não lhes desperta a empatia. O Racismo estrutural funciona como um balizador das relações no país das desigualdades sociais e raciais.

Há ainda o racismo epistêmico, que nada mais é que o descaso por parte da educação, com os saberes oriundos dos povos originários. Tal se dá a revelia do que versa a Lei Federal 10.639 de 2003, do artigo 26-A da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que delibera sobre o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, para que tais conteúdos sejam ministrados no currículo do ensino fundamental e médio. Neste sentido as escolas que atendem estudantes quilombolas, deveriam estabelecer critérios que contemplem sua história e sua cultura, além de promover estes ensinamentos aos demais estudantes, posto que a formação da nação tem caráter pluriétnico. Nos dizeres do filósofo Wanderson Flores, o racismo epistêmico se caracteriza por:

[...] uma articulação social dos saberes que considera os conhecimentos não ocidentais como inferiores aos ocidentais e estabelecendo um critério de relevância para que apenas parte do que seja produzido no ocidente seja avaliado como sendo merecedor de pertencer às linhas modelares do cânone ocidental de conhecimentos que devem ser disseminados. (NASCIMENTO, 2016, p.231-232)

#### **1.6.4. Referências outras: “Eles falam por nós”**

Na condição de protagonistas de uma história singular, a peculiaridade do histórico de ocupação e resistência Luízes, é tema a instigar a curiosidade, especialmente dos acadêmicos e de diversos segmentos midiáticos. Por isto, desde longa data, estudantes, jornalistas, antropólogos e populares buscam os moradores da comunidade para obterem maiores informações acerca de seu legado histórico e de resistência a opressão sofrida. Nem sempre a relação se baseava ética recíproca, uma vez que muitos tiram proveito da situação em benefício próprio, e neste sentido, o coletivo não é favorável à ideia de que outros falem por nós. A realidade advinda do processo de invisibilização da população preta é caracterizada também pelos silenciamentos, e por este motivo, ao longo do tempo e por diversas ocasiões, o nosso direito de fala nos foi negado, sendo esta uma das facetas utilizadas pelo estado como mecanismo de negação de nossos direitos.



No concernente a realização de atividades que atuam de forma respeitosa com a causa quilombola e com o histórico da comunidade, mediante negociações acerca da devolutiva a ser apresentada ao coletivo, alguns trabalhos contam com a disponibilidade e apoio da comunidade para que se concretizem suas realizações. Destacaremos aqui alguns destes trabalhos, além de produções elaboradas por moradoras da comunidade. Segue a relação de alguns informes e atividades que abordam a temática Luízes:

#### **1.6.4.1. Trabalhos Acadêmicos**

- Projeto de Pós-doutorado CNPQ: Acesso à Justiça e Política Pública para a Titulação dos Territórios Quilombolas. Lilian Cristina Bernardo Gomes/2012
- Tese de doutorado Os limites e as possibilidades do multiculturalismo no Brasil: Quilombos e grupos indígenas urbanos e o colonialismo atualizado. Desirée Poets: Aberystwyth University - Reino Unido/2017
- Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica Lágrimas de Liberdade: relatos de resistência de uma comunidade quilombola urbana. O quilombo dos Luízes. Juliano Bernardes do Amaral. Belo Horizonte/2014
- Graduação em Antropologia UFMG: Um Quilombo na Cidade ou a Cidade no Quilombo? Uma reflexão antropológica sobre os atores sociais envolvidos no processo de regularização fundiária da comunidade quilombola de Luízes. João Paulo Araújo Silva. Belo Horizonte/2015
- Graduação em Ciências Sociais PUC Minas - Os Luízes: a terra como elemento de construção da identidade quilombola

#### **1.6.4.2. Documentários**

- Remanescentes: a luta pelo território – Direção Raphael Grisey - 2015<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup> Circulação não negociada, e não autorizada pela comunidade.

- Vozes da Resistência – os quilombos urbanos de Belo Horizonte (Produção da DPU - 2015)

- Tem Quilombo na cidade: um dos produtos que compõem o processo de Registro de Patrimônio Imaterial realizado pela Fundação Municipal de Cultura - 2017

*Artigos Acadêmicos:*

- Os Luízes: História e Memória: Miriam Aprigio Pereira (3º Prêmio Territórios Quilombolas)

- Taking part in Festivities one hundred years ago: Miriam Aprigio Pereira (Der Standpunkt der Aufnahme – Pointe of View)

*Artigos midiáticos:*

- Jornais de ampla divulgação e periódicos diversos

*Literatura:*

- Os Luízes de Maria Luzia Sidônio

- Coleção História de Bairros - Regional Oeste: Arquivo Público da Cidade (Org. Raphael Rajão Ribeiro)

- Comunidade Quilombola Luízes – Coleção Terras de Quilombos

#### **1.6.4.3. Instrumento Jurídico**

Um momento importante a se destacar, no qual outros – neste caso o Ministério Público, falaram por nós – porém juntamente conosco, sendo que desta vez em décadas a justiça prevaleceu, foi à ação de anulação de despejo contra a comunidade ocorrida em 2017. Na refutação do documento que segue em anexo\*, constam argumentos de defesa pautados nas ações dos próprios membros da comunidade. Além de endossar a defesa

do pleito quilombola, o documento destaca as injustiças históricas e sociais as quais os Luízes são submetidos, como no ponto em que o procurador destaca, que:

“Conforme sabido, o relatório técnico precipitado é claro no sentido em que o território está marcado por intensa competição espacial com outros segmentos sociais, agravada nas últimas décadas com perdas importantes de espaços vitais e tradicionais, obrigando o grupo a assumir defesas contínuas, de todo tipo de posse dos limites originais do espaço, muitas vezes em vão ou com pouco sucesso, dado o considerável poder político e econômico dos novos ocupantes.”(Ofício PRMG/PRDC/HMS nº8048, p.2, 2017)

Ainda neste documento, é feita menção a já reconhecida ocupação do território, bem como das questões possessórias, na medida em que é afirmado que:

“Nos trabalhos investigativos chegou ao Ministério Público Federal a notícia de que o processo de nº [cita o número], em trâmite perante este MM. Juízo Cível da comarca de Belo Horizonte, versa sobre questões possessórias que envolvem o território já reconhecidamente ocupado pela comunidade Quilombola dos Luízes, situado no bairro Grajaú, nesta capital” (Ofício PRMG/PRDC/HMS nº8048, p.4, 2017)

Relatar a existência do estudo feito sobre “questões possessórias que envolvem o território já reconhecidamente ocupado pela comunidade”, ditam o teor do nível de legitimidade contido no pleito dos Luízes. Demonstra ainda, a negligência do estado, revelada pela ação judicial que trata desta reincidência através de seus descritos e do uso desta transcrição enquanto mecanismo de defesa dos quilombolas. Tal prática diz de uma negação do Brasil ao próprio povo brasileiro e deve ser confrontada até que se estabeleça no país, a tão almejada justiça social.

Até o momento fizemos um apanhado sobre a trajetória Luízes passado e contemporaneidade, na sequência abordaremos questões concernentes a Identidade, Confluências e Travessia Luízes.

## CAPÍTULO 2. OS LUÍZES E SUAS CONFLUÊNCIAS: IDENTIDADE EM UMA HISTÓRIA DE TRAVESSIA

*“O presente atua como interlocutor do passado e, consecutivamente, como locutor do futuro.”*

Antônio Bispo Santos

De rural a urbana, a dinâmica dos moradores da fazenda Piteiras, passa por drásticas mudanças no período pós-abolição da escravatura no Brasil. Grandes transformações advindas da construção da nova capital mineira em fins do século XIX estimulam a transformação do cenário nos aspectos sociais e econômicos, estabelecendo novas sociabilidades em função de questões contingenciais, como a migração do campo para a cidade. Através da interação da comunidade com a sociedade do entorno são formuladas novas práticas no âmbito do trabalho e geração de renda, mas além disso tem início uma disputa territorial que incide diretamente sobre os modos de vida no território tradicionalmente ocupado pelos membros da comunidade Piteiras, atual Quilombo dos Luízes. A urbanização e suas decorrências promovem profundas alterações sociais e territoriais, o que explica em grande parte as alterações vivenciadas pelo grupo e que impactam na percepção identitária destes sujeitos.

Estas intervenções externas e as intrusões territoriais ocorridas no espaço ancestral dos ocupantes da antiga fazenda terminam por revelar certas complexidades, cujas quais passamos a confrontar cotidianamente, sem abrir mão de mantermos nossas tradições, mas compreendendo, contudo, a necessidade de nos adequarmos ao novo. Sobre esta tensão Kabengele Munanga considera que:

[...] é sempre um processo e nunca um produto acabado, não será construída no vazio, pois seus constitutivos são escolhidos entre os elementos comuns aos membros do grupo: língua, história, território, cultura, religião, situação social, etc. Estes elementos não precisam estar concomitantemente reunidos para deflagrar o processo, pois as culturas em diáspora têm de contar apenas com aqueles que resistiram, ou que elas conquistaram em seus novos territórios. (MUNANGA, 1999, p.12)

Este processo inacabado faz parte da travessia vivenciada na atual conjuntura e, como o ato de resistir configura característica dos sujeitos oriundos da diáspora, dentre os desafios postos a partir das obstruções advindas da urbanização, a luta por direitos passa a representar um novo traço de identidade e enfrentamento que sustenta a

comunidade dos Pretos das Piteiras. No âmbito das relações cotidianas, o território passa por modificações, fazendo com que o coletivo se destaque localmente por suas moradias simples e que contam com significativa área verde preservada, imagem que contrasta com a verticalização e todo o revestimento de concreto que passa a predominar na região. A realidade socioeconômica dos quilombolas, em contraste com a elite usurpadora do espaço, é um outro aspecto desta dissemelhança, fazendo com que a (re)construção da identidade deste agrupamento, se projete sobre a questão étnico-racial. A luz da antropologia tem-se a seguinte explicação sobre a temática da identidade:

A construção da identidade social dos Luízes, de conteúdo étnico-racial, é indistinguível das trajetórias espacial e social do grupo. [...] a construção da auto-imagem resulta da história das relações sociais mantidas com a sociedade envolvente, ao longo desse tempo, relações marcadas pela opressão, no contexto da sociedade escravocrata, e o conflito, o preconceito e a discriminação, que dominam após a abolição. A partir dessas relações de contradição, como uma maneira de representar simbolicamente essas diferenças, os Luízes se identificam sob um 'nós', em oposição aos 'outros' atores sociais, acionando critérios ideológicos e de representação fundados no parentesco, na ancestralidade comum e em uma ligação histórica e afetiva com o território. (RTID, 2008, p. 158 - 159)

A relação estabelecida a partir desta dicotomia, intensifica o sentido de pertencimento dos membros deste coletivo, ao mesmo tempo em que vai demarcando fronteiras espaciais e sociais. Sim, estamos na Travessia, encontramos-nos na transição daquilo que não mais somos, mas que muito revela de nós, a saber, o nosso passado. É nesta busca, dentro de uma perspectiva de re-existência que alguns membros do coletivo se revelam conscientes da importância da continuidade do legado, com destaque à luta pelo direito ao território. Tal qual determina Bidima em relação à formulação da filosofia africana, no caso do quilombo dos Luízes, é preciso “articular identidade, travessia, memória”, mas também re-existência para se pensar o novo, a saber, uma identidade ressignificada estruturada na base ancestral:

A idéia de Travessia conjuga, de uma só vez, as possibilidades históricas existentes no tecido social e as tendências e motivações subjetivas que empurram os atores históricos para um outro lugar. É no cruzamento da objetividade e da subjetividade que alguma coisa de diferente pode advir. A Travessia [...] diz de quais plurais uma determinada história é feita. (BIDIMA, 2002, p.5)

Portanto, podemos dizer que a história dos Pretos das Piteiras é uma narrativa de travessia. Traço marcante destes atravessamentos foi desde sempre o protagonismo feminino, seja porque as mulheres se destacavam na linha de frente da luta por direitos, seja porque regem as práticas cotidianas que reforçam nossos laços de parentesco e pertencimento. Nos tornamos referência por sermos protagonistas na luta pelo território, pela preservação do legado e pela própria sobrevivência individual e coletiva, tendo como marcador deste processo os nossos traços identitários: na condição de referência enquanto território Tradicional reconhecido na categoria de *quilombo urbano* somos também referência de luta quilombola no estado de MG, assunto que será detalhado adiante. Ao utilizar a categoria quilombo urbano me refiro a territórios pretos de ocupação ancestral presente em contexto urbano.

A transmissão dos saberes tradicionais ocorre através da oralidade, disseminado aos mais jovens, práticas de vivências advindas dos nossos ancestrais, que visam atender demandas comuns da vida cotidiana e de preservação do legado comunal. Por ter se estabelecido em contexto urbano, somos submetidos à educação escolar convencional, que não tem um olhar voltado para a relevância histórica do quilombo. Às crianças da comunidade não são destinadas atividades que façam menção às suas especificidades, ainda que seja de conhecimento das instituições educacionais da região a nossa existência como comunidade quilombola. Por não contarmos com escolas instaladas dentro do território, não tivemos a oportunidade de assegurar que fossem ministrados conteúdos programáticos aos nossos estudantes, que contemplassem os nossos saberes. A presença da escola na comunidade seria útil também aos mais velhos, uma vez que parte considerável dos mesmos dispõe de baixa escolaridade, dadas as dificuldades de acesso ao ensino em outros tempos.

As características desta história de atravessamentos nos posicionam num dinâmico processo de mudanças, posto que sobre a identidade do grupo se processe uma espécie de hibridização, em que um povo, com uma história e uma ancestralidade partilhadas, mantém elementos em comum (Hall, 2007) ao mesmo tempo em que são afetados pela pós-modernidade. Ainda para este autor, trata-se de uma ideia que não pode ser pensada de forma essencialista, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas (p. 104). Esse seria o momento auge daquilo que Hall (2007) chama de “negociação com nossas rotas”:

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”. Elas têm tanto a ver com a invenção da tradição quanto com a própria tradição, a qual elas nos obrigam a ler não como uma incessante reiteração mas como “o mesmo que se transforma” [...]: não o assim chamado “retorno às raízes”, mas uma negociação com nossas “rotas”. (HALL, 2007, p. 108-109).

Esta representação de nós mesmos representa um desafio para se pensar a continuidade do coletivo Luízes, bem como de outros grupos componentes dos segmentos tradicionais. Ao refletirmos sobre a definição do termo travessia e na trama que daí surge, qual seja, a objetividade em oposição à subjetividade, de e acordo com a explicação do autor, é possível manter o referencial identitário, ainda que em seu conceito não haja um caráter “essencialista, mas um conceito estratégico e posicional” (HALL, 2007), na medida em que destes tempos modernos, emergem outros tipos de sujeitos. Sobre estes novos agentes da história não recai a responsabilidade de que sejam retomadas práticas do passado, mas, deve-se pensar no desenvolvimento de outras ações que assegurem a perpetuidade do legado, visando à manutenção da identidade.

Em diálogo com os elementos da modernidade, a negociação com estas novas rotas, se alia à tradição presente nas práticas do coletivo Luízes, que adequadas aos tempos atuais são manifestadas através de seus ritos, celebrações, vivências, enfim, de suas dinâmicas sociais diversas. As confluências são elementos constitutivos desta negociação de rotas, por associar outros sujeitos, ampliando assim as possibilidades que contemplam uma convivência grupal mais abrangente. Tal questão e seus desdobramentos serão relatados na sequência, na abordagem sobre as confluências.

## **2.1. Confluindo identidade(s) em travessias**

Para além de todas estas questões identitárias, Luízes é referencial de luta da população preta pelo direito ao território, pois, na condição de quilombo reconhecido em contexto urbano, os demais quilombolas do estado se baseiam neste modelo presente

na capital. Neste ponto, é relevante destacar a importância do discurso, pois, foi através da ocupação de espaços políticos, bem como pela oportunidade de dar voz ao clamor na luta por igualdade, que o matriarcado Luízes vem fazendo história na pauta de reivindicações por direitos. Stuart Hall ao falar da questão da identidade, partindo da análise da importância do discurso, esclarece que:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma ‘identidade’ em seu significado tradicional [...] (HALL, 2007, p.109)

No caso do Luízes, esse lugar que a diferença ocupa é fundamental, afinal, operam alguns movimentos importantes nesse processo de (auto)reconhecimento: somos em um primeiro movimento, desde o fim do século XIX, uma identidade construída pelo contraste com os “forasteiros” que chegam ao nosso território, afinal, antes disso não éramos interpelados a categorizar “quem somos”. Entretanto, desde a luta política de comunidades negras que trouxe o reconhecimento da categoria quilombo a partir de 1988, somos também identidade nesse sentido de “unidade idêntica”, ao nos reconhecermos como parte de uma comunidade mais ampla e que politiza nossas identidades e históricos que se aproximam apesar das singularidades. Esses dois movimentos culminam em um terceiro, este, fundamentalmente operante do ponto de vista do discurso e de nossas práticas na contemporaneidade: a afirmação de uma identidade político-cultural como Quilombo Luízes alinhavada e fortalecida dentro da própria comunidade e da nossa rede de parentesco com os que vivem fora mas são de dentro do Luízes. Todos esses movimentos, entrecruzados, constituem a nossa existência como um processo de atravessamentos. Enfim, pensando nesta Travessia, refletindo sobre aspectos daquilo que não mais somos, dentro de uma perspectiva daquilo que nos tornamos, em termos de formação de identidade individual e coletiva, podemos considerar como Bidima que “a travessia se ocupa dos devires, das excrescências e das exuberâncias, ela diz de quais plurais uma determinada história é feita” (p.5)



Apesar de não haver demérito em não sermos mais aquilo que já fomos, que nossos ancestrais estruturaram, determinados aspectos da modernidade apresentam-se como ameaça a continuidade do grupo, em face da periculosidade da qual se reveste o momento histórico vivido. São tempos de incertezas, quebras de contratos, desvalorização da tradição, referências educacionais que atendem ao modelo capitalista e reforçam a hipervalorização deste sistema, dentre outros fatores que podem contribuir para a fragmentação de grupos. No entanto, é na centralidade dos sujeitos, os de ontem e os de hoje, que se projeta a necessidade da continuidade, que surge do novo advindo da Travessia, que se processa desde sempre através da oralidade, mas que pode se dar pelas novas linguagens que favorecem a transmissão de conhecimentos.

Tal reflexão se traduziu neste poema de Conceição Evaristo:

Do velho ao jovem  
Na face do velho  
as rugas são letras,  
palavras escritas a carne,  
abecedário do viver.

Na face do jovem  
o frescor da pele,  
e o brilho dos olhos,  
são dúvidas.

Nas mãos entrelaçadas  
de ambos, o velho tempo  
funde-se ao novo,  
e as falas silenciadas  
explodem.

O que os livros escondem,  
as palavras ditas libertam.  
E não há quem ponha  
um ponto final na história.

Infinitas são as personagens:  
[...]  
E também de Santana e de Belô  
e mais e mais, outras e outros...

Nos olhos do jovem  
também o brilho de muitas histórias.  
e não há quem ponha  
um ponto final no rap

é preciso eternizar as palavras  
da liberdade ainda e agora.  
(EVARISTO, 2017, p.88 - 89)

Confluir os saberes dos mais velhos, com as novas possibilidades motivadas pela juventude, é mobilizar recursos para que seja preservada a tradição dos Luízes, na medida em que são agregados elementos do passado, vivos na memória dos anciãos em consonância com as novas formas de se posicionar no mundo, formulada nas vivências dos mais jovens, que buscam se afirmar no cenário de segregação. A luta do povo preto, ainda é pela busca e estabelecimento da liberdade, dar vazão a afirmação de ser quem somos constitui desafio constante dentro de uma sociedade desigual e excludente. Kabengele Munanga afirma que precisamos unir as lutas sem abrir mão das especificidades, e neste sentido, se valer das experiências de outros grupos deste segmento quilombola, torna-se essencial para o fortalecimento da luta coletiva. Analisar aspectos do território quilombola Kalunga, ilustra esta situação, e será abordada a seguir.

### **Confluência 1. Os Kalunga**

Ainda no que se refere a esta noção de identidade, torna-se mais evidente sua compreensão, se compararmos ao histórico dos kalungas<sup>38</sup>, cujas características de sua formação ainda persistem no território. Através da narrativa de uma de suas moradoras, é possível realizar um paralelo que exemplifica como a trajetória é conduzida, variando de acordo com o contexto. É perceptível ainda, o fato de que através da manutenção de práticas ancestrais se dá a reafirmação da identidade do grupo, o que evidencia o caráter ameaçador das mudanças que nos são impostas:

Ali isolados, vivemos por centenas de anos, arraigados no seio da natureza de uma forma diferente, preservando o que ali se encontrava e que podíamos todos os dias usar para curar nossos males. São várias famílias dentro de um mesmo território coletivo e houve muito esforço dos Kalungas para preservarem e permanecerem lá. A plantação das roças no território Kalunga é feita numa lógica sustentável de pequena escala, sem recorrer a agrotóxicos ou a outros produtos industriais. [...] a maior parte das sementes foi passando de geração em geração, com a utilização de técnicas sustentáveis de origem indígena. Isso permitiu que vivêssemos em equilíbrio com a natureza, contribuindo, assim, para a preservação de nossas matas e de uma cultura fortemente ligada ao uso da terra e de plantas medicinais, além da criação de galinhas, porco, gado, e da pesca e caça. (Vercilene Francisco Dias, 2016, p. 28)

---

<sup>38</sup> “O povo Kalunga é uma comunidade de negros originalmente formada por descendentes de escravos que fugiram do cativo e organizaram um quilombo, [...] na Chapada dos Veadeiros, no norte de Goiás”. Uma história do povo Kalunga. in Secretaria de Educação Fundamental. MEC: SEF, 2001. Disponível em: quilombokalunga.org.br

É através do fortalecimento de sua identidade que se dá pela preservação de suas práticas que os Povos e Comunidades Tradicionais asseguram modos de resistir e persistir na manutenção de seu legado. Sem esta estruturação identitária sua cultura se fragiliza, e a luta pelo território torna-se enfraquecida. Esta é a urgência dos Luízes que, diluídos na urbanização e sofrendo com a pressão oriunda da especulação imobiliária que vem ao longo das últimas décadas invadindo o território, inviabilizando sua reprodução cultural, impondo valores outros advindos das efemeridades, levando o grupo a uma situação de dificuldades em termos de readequação identitária. A questão é muito ampla, pois envolve subjetividades, território, cultura e, cultivo da memória e neste sentido, é novamente sobre a explicação de uma quilombola kalunga, que se torna possível analisar a complexidade da questão:

Quando se fala em povos Kalungas, não estamos falando só de pessoas ou da população, mas de um conjunto, de território (população, terras, culturas, saberes, modo de vida etc.), e foi esse conjunto que nos manteve vivos até os dias atuais. Então, a luta pela proteção de nosso território não foi só por um pedaço de chão, mas pela sobrevivência, pois, para uma população que viveu e vive praticamente de uma agricultura de subsistência, a salvação era plantar tudo o que podia nascer e prosperar, sobreviver de uma cultura, que nos permitiu conservar nosso modo de vida tradicional, nossa identidade própria e nossas próprias normas, pois, para nós, a terra não possui apenas função social, mas também uma cultural. (Vercilene Francisco Dias, 2016, p. 27)

Através da reunião destes elementos que são estruturadas as bases coletivas – a saber: propriedade, costumes, saberes e fazeres, que se baseia o sentido da luta. Os agrupamentos étnicos e/ou tradicionais localizados em contexto urbano, são afetados pelas possibilidades que surgem no âmbito do mercado de trabalho; através da ocupação de outros espaços educacionais e de práticas sociais diversas, dentre outros fatores que destoam ou divergem de seu *modus vivendi* de base coletiva. No caso dos Kalungas, a narrativa em questão aponta para a junção de esforços na manutenção de um conjunto de práticas que asseguram a preservação do grupo e da defesa do território. Decerto tal fato se apresenta em virtude dos Kalungas empreenderem esforços no enfrentamento da intervenção espacial, especialmente no tocante ao avigoreamento de sua identidade coletiva. Mas, ainda que haja o mesmo emprego de esforços, alguns coletivos não desfrutam do êxito de assegurar sua extensão territorial, como ocorre com as

comunidades que vivenciam uma disputa mais direta e acirrada sobre o território, seja pela urbanização, como no caso Luízes, seja por fatores outros advindos da ação capitalista.

De qualquer modo, a mensagem principal a ser apreendida e transmitida, fica por conta do valor social e afetivo que a terra possui, pois muito além do valor financeiro, é o estabelecimento destas ações de valorização do ser que se encontra o real sentido da guarda e preservação do legado. Nestes espaços e sobre este território segue o constante ciclo da vida, entremeado por um movimento elíptico vital: nascimento, batizados, ritos de iniciação e passagem, casamentos, mortes. Cenário privilegiado das vivências humanas, o território tradicional constitui elo entre o passado, o presente e as nossas perspectivas de futuro. Esta circularidade promove uma espécie de enraizamento cultural, que lhes confere a marca de uma identidade individual e coletiva.

Tal qual ocorre com os Kalungas, a relação parental e o espaço delimitado pelos antigos Luízes, margeado pelo córrego Piteiras, assegurou a manutenção do espaço e das práticas comunais, preservando as alianças familiares e sociais, e garantindo assim que fossem resguardadas as fronteiras territoriais. Este *status quo*, salvaguardado por muitas décadas, passa a ser descaracterizado pela urbanização, fazendo com que o espaço ancestral Luízes se destaque nas representações sob um olhar de inferiorização do outro que o discrimina, especialmente pelo fato de desconhecer sua história. São os novos ocupantes do lugar que nos proporcionam este parecer, tema a ser abordado logo a seguir.

## **Confluência 2. Os moradores do entorno**

Noutros tempos o território remanescente da fazenda, era chamado pelos vizinhos de ‘sitiozinho’, especialmente pelos antigos moradores do entorno. Nos últimos anos, dado o aumento de circulação de pessoas, muitos classificam como “favelinha” o território adquirido por Nicolau, numa notória intenção de estigmatizar e discriminar, em virtude de sua ocupação se dar por corpos pretos e pobres. Muitos dos novos ocupantes afirmam que a área é muito nobre, e que o território preto destoava do todo que a cerca. Em uma narrativa que distorce os significados de nossa presença histórica na região, mesmo aqueles que conhecem o passado dos Luízes, desconsideram-no, reafirmando a segregação espacial numa demonstração de menosprezo e desqualificação do legado ancestral desta comunidade.

Em partes, esta é a explicação possível para os diversos casos de invasão do território, ocorrida ao longo de décadas, que tramitam nas várias instâncias judiciais e que são descritas nos processos, como pleito legítimo do invasor, ainda que não sejam apresentadas provas da ocupação anterior, ou de comercialização realizada por algum dos herdeiros de Nicolau. Muitos documentos foram perdidos, como por exemplo o inventário do próprio Nicolau (este, dentro do próprio Fórum de Belo Horizonte) e tantos outros desviados de cartórios, como marca da corrupção existente nestes processos de disputas territoriais. Apesar disso, é a vasta documentação que constitui o arquivo dos ocupantes das Piteiras/Luízes que possibilitou que o processo de titulação fosse instaurado no INCRA, facilitando enormemente o trabalho deste órgão para a apuração da veracidade dos fatos narrados pelos comunitários. Para a equipe técnica responsável pela elaboração do Relatório Antropológico, partindo da observação do grupo, dos vizinhos e das pessoas que circulam na região, uma análise sobre esta questão revela que:

Pode-se dizer que a relação do grupo com a sociedade circundante se apresenta como um confronto entre populações que se percebem diferentes, expressando os conflitos típicos de acomodamento e adaptação enfrentados pelos grupos étnicos em fricção. [...] Os conflitos são o resultado direto do crescimento da cidade em direção ao local da comunidade, e a consequente pressão desse avanço urbano sobre o espaço, seus costumes e seu estilo de vida. (RTID, 2008 p. 161)

Entretanto, há de ser reconhecida uma prática da alteridade por parte dos quilombolas pois, apesar de toda a opressão sofrida, os ocupantes do território ancestral buscam se adaptar aos mecanismos instituídos pela nova ordem estabelecida, através da promoção de um bom convívio social. Alguns episódios descritos neste escrito evidenciam estas tentativas de estabelecer uma relação respeitosa e em interação com a população que mora nos arredores. Para os quilombolas Luízes, a perspectiva é a mesma da também quilombola Maria Rosalina ao afirmar que: *“A nossa luta é justamente para que sejamos incluídos no mundo da igualdade e da oportunidade, sem mais exploração. Essa é a nossa luta, esse é nosso objetivo a nível nacional e acreditamos que vamos conseguir; aos poucos, estamos conseguindo”*. (SANTOS, 2016, p.24)

Os estudos elaborados a partir do Relatório Antropológico revelam de forma ampla e detalhada, o estranhamento e o desconforto causado pela presença do

quilombo, a ponto de ter quem considere que o pleito quilombola é uma ação oportunista. Um dos contra-argumentos mais significativos é a afirmação de que não se justifica o uso do termo, posto que este se refere ao passado, e que é uma discrepância haver um quilombo na metrópole. Muitas outras descrições e declarações deste teor estão contidas no relatório antropológico, sendo também descritas nas ocorrências que compõem os processos judiciais que tramitam na esfera da justiça movimentadas através do Ministério Público e Defensoria Pública de luta pelo reconhecimento do território. Tais afirmações, contudo, reforçam a necessidade de compartilhamento desta história, pois acreditamos que o desconhecimento fomenta a ignorância e o preconceito. O que os Luízes sentem diante de todas estas acusações, é o receio de se virem furtados de seu território, de sua história e de todo o seu legado. Tal sentimento é um temor vivenciado por grande parte dos quilombolas, pois o desinteresse dos órgãos responsáveis em promover a titulação definitiva das terras em favor de seus legítimos donos representa ameaça constante. Tal qual ocorre em solo mineiro, compartilha do mesmo sentimento a quilombola Kalunga:

É de fato muito perturbador conviver com os riscos de perder o lugar onde você nasceu, cresceu e vive, ou seja, sua casa, o único lugar em que se tem paz interior, o melhor lugar do mundo e o primeiro para onde você pensa em ir quando chegam as tão sonhadas férias, onde estão fincadas as raízes de um povo sábio, passando de geração em geração, onde você pode viver ao ar livre, ficar em frente à casa até muito tarde da noite, ouvindo histórias de nossos antepassados, contos e experiências vividas, dividindo o que foi e o que está bom e ruim, onde nos reunimos com os amigos e parentes para cumprirmos com nossa devoção por meio da fé, que se renova todos os anos nas nossas festas tradicionais. Muitos não sabem como é, mas podem até imaginar. Não há como saber se nunca lutou, sentiu, viveu ou passou pelo que passamos. (Vercilene Francisco Dias, 2016, p.30)

Como dissemos anteriormente, em nosso caso, para além do “retorno às raízes”, ocorre um processo permanente de negociação com nossas “rotas” (HALL, 2007). Na proporção exata em que temos disponibilidade para acolher o novo, precisamos desenvolver habilidades que assegurem a preservação de nossas raízes. Assim, entre os quilombolas Luízes, serviços e produtos são fontes de trabalho oferecidas pelos comunitários que se adaptam aos novos modelos urbanos. Tal fato se explica através da mudança de relação com a terra, por um lado ocorrida em virtude da diminuição da propriedade, e por outro por causa das transformações sociais oriundas da capital que se instala nos arredores da comunidade. Este é um diferencial em relação aos quilombos

presentes – em alguns casos - em contexto rural, e a este respeito, o olhar antropológico destaca que:

No caso dos Luízes, um quilombo em contexto urbano, faz-se necessário pensar a especificidade das ligações entre as atividades produtivas e o território. Isto porque a terra em si não é mais a principal fonte de manutenção do grupo. Entretanto, do ponto de vista da sustentabilidade, isto não significa que o território de uma comunidade quilombola urbana seja menos importante para a reprodução do grupo do que o território de uma comunidade rural. Se o cultivo de frutas e verduras para consumo interno e comércio no mercado local, bem como a criação de animais, extração de lenha e a caça esporádica, atividades muito praticadas antigamente, se tornaram hoje inconcebíveis, em virtude da rápida expansão urbana, novas estratégias de exploração econômica do território foram desenvolvidas, acompanhando as transformações ocorridas no ambiente ao longo da história. Dentre elas, a mais importante é o comércio de bens e serviços dentro do território, atividade explorada por [...] unidades domésticas, não só como uma atividade complementar, mas como a principal fonte de renda destas famílias. (RTID, 2008, p. 164)

Além de promover ações que assegurem o sustento de algumas famílias, reafirmando assim o vínculo com o território, os Luízes mantêm algumas práticas e tradições desenvolvidas desde muito por nossos ancestrais. Trata-se da festa de Sant'Ana<sup>39</sup>, do 'Junta'<sup>40</sup>, histórias míticas narradas pelos antigos, cultivo de ervas medicinais e do cultivo de hortas, para citar alguns exemplos. As funções desempenhadas através destas práticas são essencialmente agregadoras, trata-se do cultivo e preservação da unicidade Luízes, e no caso das festividades trata-se de uma ampliação da interação com a sociedade que a circunda. Ainda no (re) estabelecimento da identidade, a ocupação de outros espaços constitui forte aparato a assegurar visibilidade e reconhecimento do histórico do grupo, tema a ser abordado na sequência.

### **Confluência 3. N'Golo, educação e patrimônio**

No ano de 2008 ocorreu a eleição da nova composição da mesa diretora da Federação Quilombola de Minas Gerais – N'Golo. Na condição de profissional de educação e quilombola, fui eleita diretora da pasta de Educação, Comunicação e

---

<sup>39</sup> A descrição da festa de Sant'Ana será detalhada no último capítulo.

<sup>40</sup> O Junta dos Luízes é uma confraternização partilhada através do encontro e das comensalidades que ocorria com frequência no passado, junto aos pretos das Piteiras, cuja prática é retomada no presente, pela contemporaneidade Luízes. Característica da Travessia do grupo e só conta com a participação de pessoas que não compõem o grupo se estas forem convidadas.

Formação da mesma, e neste mesmo ano iniciamos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), a divulgação das Diretrizes para a Educação Quilombola, durante a elaboração do Plano Decenal de Educação. O assunto até então pouco conhecido, teve sua abordagem ampliada, e no ano de 2012 deu-se a aprovação das Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Quilombola<sup>41</sup>. Logo, foi o protagonismo Luízes, que deu início a esta importante ação no âmbito da educação.



Flyer de divulgação das propostas para a Educação Quilombola. 2009

Algumas experiências neste sentido são: propor às escolas do entorno o desenvolvimento de atividades cuja abordagem seja a temática quilombola, e neste sentido destaca-se o protagonismo das ações de algumas escolas de ensino infantil, as UMEI's próximas ao quilombo. Uma delas localiza-se no aglomerado Morro das Pedras, que teve durante certo período um coordenador que conhecia a história da comunidade. Por diversas ocasiões, piqueniques com os alunos foram organizados aos

---

<sup>41</sup> A resolução CNE/CEB nº8, de 2012 define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Para saber mais: [portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao](http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao)



pés da árvore símbolo da resistência quilombola, a quem o coordenador batizou de ‘Árvore de Cem Anos’. Na verdade, tratava-se de uma espécie denominada Guapuruvu<sup>42</sup>, que viveu por 80 anos conosco, contrariando a média de vida desta espécie, que dura em média 40 anos, podendo chegar a 50 anos. Chamada de Biroasca pelos moradores, a árvore de copa ampla, e raízes longas, que se estendiam sobre toda a comunidade, assim como os seus galhos, que encobria quase que a totalidade das casas, sempre foi à referência do lugar. Importante destacá-la, pois, além de símbolo de resistência do agrupamento étnico Luízes, ela também era uma referência local da vizinhança, o que estabelecia um certo elo diminuindo a tensão nós/outros.

Outro exemplo mais recente é a UMEI Silva Lobo, localizada em parte do território que originalmente compunha a Fazenda Piteiras, ou seja, a poucos metros de distância de onde se encontra o quilombo. A diretora da mesma afirma que ao tomar conhecimento da existência da comunidade, passou a incluir no projeto da unidade de ensino, ações elucidativas sobre a história dos Luízes. Fato é que na região em que se localiza o quilombo, existem nada menos que 11 (onze) escolas estaduais e 03 (três) escolas municipais, nas quais estudam ou estudaram membros do Luízes, sendo que em apenas uma delas<sup>43</sup>, foi encontrado material produzido pelos alunos sobre o quilombo. Há ainda um Centro Universitário instalado no território quilombola, e em disputa judicial com os zeladores do mesmo, que pouco buscou formas de interação com os membros da comunidade, com exceção para uma ação esporádica no ano 2000, quando a professora da disciplina de Psicologia Social realizou uma pesquisa de campo que mapeou os valores culturais da região. Foram mencionados assim, os valores artísticos e culturais do aglomerado Morro das Pedras, que juntamente com a história dos Luízes foi transformada em documentário.

No ano de 2009, houve a realização de uma oficina sobre Patrimônio da cidade de Belo Horizonte, ministrada por mim no Centro Cultural Salgado Filho, órgão municipal que além de receber um público diversificado, contava com atividades voltadas para os estudantes como parte do conteúdo programático das disciplinas da área das ciências sociais que se deslocavam das escolas para participar das atividades. Dentre outras informações relevantes sobre a questão patrimonial, histórica e cultural da cidade, foi dado destaque para a temática quilombola, especialmente ao Luízes, que tem

---

<sup>42</sup> <https://www.arvores.brasil.nom.br/new/guapuruvu/index.htm>

<sup>43</sup> Escola Estadual Nossa Senhora do Belo Ramo, localizado no bairro vizinho do Nova Granada. O material disponibilizado na biblioteca foi parte de um projeto de pesquisa dos alunos, que apontava parte do histórico de ocupação da localidade.

seu histórico atrelado à criação, crescimento e desenvolvimento da cidade. Neste mesmo centro cultural, há o exemplar de um livro sobre os bairros da cidade cuja referência do bairro Grajaú – região oeste da capital é o Quilombo dos Luízes. O material traz um histórico da comunidade, bem como contextualiza as transformações ocorridas desde o século XIX. Este livro que leva o título de “Histórias de Bairros”, é uma produção do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, que segundo a então secretária de educação se destaca por difundir “a história das pessoas, de tantos personagens anônimos que, no seu cotidiano, produziram cultura, arte e tradições – nosso patrimônio.” Nós os Luízes recebemos com surpresa a notícia acerca da existência deste tipo de publicação, pois, a administração pública municipal nunca havia implementado qualquer tipo de ação de divulgação da existência do quilombo na cidade. Muito ao contrário, suas ações referentes ao seu histórico, sempre foi o de negação de direitos, e de concessão destes aos usurpadores do território. O livro pode ser encontrado nos estabelecimentos culturais e de ensino da rede municipal da cidade de Belo Horizonte.

Por ser o mais antigo reconhecido na cidade de Belo Horizonte, o Quilombo dos Luízes há algum tempo é sinônimo de referência da resistência dos pretos da capital mineira, o mesmo se destaca ainda, por ser o primeiro quilombo reconhecido em contexto urbano. Durante a realização desta pesquisa, tal alusão ficou ainda mais evidenciada, dado o convite à participação dos seguintes eventos:

- Debates promovidos nas principais universidades da cidade, a saber Pontifícia Universidade Católica e Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, no encerramento do II COPENE SUDESTE.
- Participação em eventos promovidos em ocupações urbanas, Câmara Municipal e participação em atividades promovidas pelo Conselho Municipal de Igualdade Racial, pela Associação Pai Jacob do Oriente.
- Palestra sobre a questão quilombola realizada em pré-vestibulares e escolas da rede pública.

Nas discussões que tramitam na Câmara Legislativa do município, bem como no seminário promovido pela Pontifícia Universidade Católica ocorrido em novembro de 2017, debatemos sobre os direitos quilombolas tendo como base a Convenção 169 da OIT, tendo como modelo, a experiência exitosa dos quilombos da região do Serro:

“Em relação à Política Municipal de Proteção e Valorização das Comunidades Quilombolas do Serro, o revisão do Plano Diretor internaliza o direito à consulta e o

direito ao consentimento previstos na Convenção 169 da OIT. Isso significa que a aprovação de medida legislativa ou administrativa, que afete diretamente às comunidades quilombolas, depende da consulta livre, prévia e informada dos órgãos representativos das comunidades quilombolas, devendo-se obter o consentimento da comunidade. Este direito tem a potencialidade de abalar a estrutura colonial que marca a sociedade brasileira, na qual a posição reconhecida às comunidades quilombolas é de obedecer às decisões políticas tomadas pela sociedade colonial capitalista.”

No mês de setembro fui convidada a palestrar sobre a temática quilombola em algumas instituições de preparação para o ENEM/Pré Vestibular. Além de prestigiar tais iniciativas, pois, se trata de estudantes de famílias abastadas – todos brancos, portanto desconhecedores – talvez - da realidade a qual historicamente somos submetidos causou-me surpresa e satisfação à receptividade e o interesse, tanto dos coordenadores quanto dos próprios alunos.

A apresentação seguiu uma linha do tempo que partiu da chegada do colonizador ao continente americano, o processo de escravização de africanos e suas consequências, culminando com a luta quilombola e o histórico de ocupação, manutenção e preservação do território Luízes. Nestas oportunidades aproveitei também para prestar esclarecimento acerca de algumas extorsões e equívocos presentes em nossas lides cotidianas, que dão conta da reafirmação do racismo presente nas relações que são estabelecidas conosco relações.

E em outubro recebemos os alunos do ensino fundamental (9º ano), que vieram nos presentear com o resultado de uma pesquisa que eles fizeram sobre a história do Quilombo dos Luízes. Além de fotos e cartazes, eles comentaram suas impressões sobre as injustiças e disputas desiguais que vivenciamos ao longo do processo de usurpação estimulada pelos capitalistas; teceram comentários sobre a Festa de Sant’Ana e destacaram suas percepções em relação ao racismo praticado contra a comunidade, bem como daquele que vigora na sociedade.

Foi uma tarde de troca de aprendizado, uma vez que as matriarcas estiveram presentes para dialogar com estas duas turmas de 47 adolescentes. Oportunidades como esta de promovermos uma ação educativa e intergeracional, uma vez que estavam presentes mulheres das quartas, quintas e sexta geração Luízes, devem ser estimuladas e sempre que possível, colocadas em prática. A mais jovem das Luízes, que participou deste encontro, transmitiu aos alunos, a seguinte mensagem:

"Há muito tempo eu estudei em escola particular, foi bom, agradeço muito, mas não era o meu lugar. Eu não me via naquele lugar, porque eu era discriminada em pequenas coisas e eu nunca entendi, porque eu não sabia quem eu era, eu não me entendia como mulher preta, eu não me via assim, porque nunca me contaram a minha história. Quando eu comecei a entender, e eu descobri quem eu era, eu quis uma outra experiência, eu quis estar junto com pessoas que pensam igual a mim. E vocês tendo esta oportunidade, de ver fora da caixa de vocês, de sair da escola, e aprender, vir aqui, conhecer gente, ir para outros lugares é uma experiência muito única. Então, agarra isto, pensem nisto, de que, será que tudo que eu pensei que queria, eu quero neste momento? É isto o que eu quero para minha vida? Ou eu posso ter outras oportunidades, de ver outros lugares, conhecer outros ângulos, ou eu vou viver no meu mundinho aqui para sempre?

Eu acho que as experiências que a gente tem com pessoas diferentes elas agregam muito mais na nossa vida do que a gente pensa então aproveitem a oportunidade." (Verônica Soidônio, 18 anos, 22/10/2018)

Ao final os estudantes que a ouviram atentamente, aplaudiram e teceram comentários numa troca muito produtiva de informações. Após proceder a uma análise de conjuntura, levantamentos aspectos referentes às práticas e desdobramentos do racismo, eleições e outras formas de preconceitos, e principalmente, jovens e mais velhos lançaram luz acerca da necessidade de avançarmos dentro destas pautas. Enfim, foi uma tarde excelente, que contou ainda com a participação de uma ativista cultural e pedagoga - Bruna, praticante do Maracatú, que veio partilhar deste encontro conosco, compartilhando seus saberes acerca da nossa rica cultura.



Foto 5 - Oficina de fotografia no Luízes, 2018

Na busca por elementos e atividades que nos proponha momentos de reflexão acerca da questão da identidade, foi realizada na comunidade uma oficina de fotografia. A parte prática se deu com registro de situações e/ou momentos que foram selecionados pelos participantes. Visando lançar luz sobre aspectos relevantes do passado, bem como analisarmos aspectos das vivências dos Ancestrais, buscamos ainda realizar trabalhos com fotos antigas.

A ação que tinha como objetivo promover momentos de partilha e reflexão acerca da importância da ressignificação do sentimento de pertencimento partindo da fotografia, abarcava outros interesses, tais como:

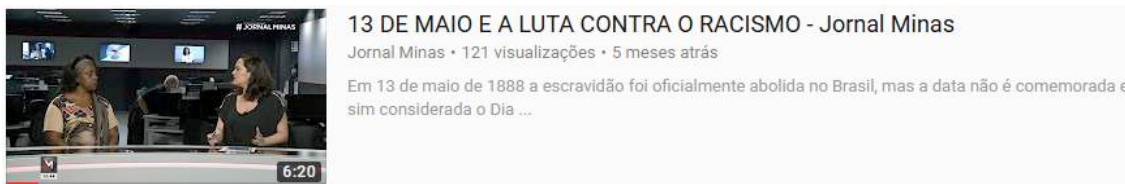
- Realizar uma oficina que assegure o conhecimento da técnica de fotografia;
- Oportunizar diálogos e interação intergeracional que possam despertar sentidos e sentimentos que promovam um outro olhar sobre o lugar;
- Ressignificar contextualmente o espaço através da criação de outras imagens;
- Registrar através de técnicas e do olhar diferenciado, releituras dos lugares, pessoas e da história dos Luízes, com a utilização de fotos antigas.

A atividade ocorreu entre maio e junho do presente ano, será consolidada através de uma exposição que ocorrerá a partir de dezembro, no centro de Referência da Cultura Negra Lagoa do Nado, na cidade de Belo Horizonte. Os encontros ainda, se destinam a promover o encontro de narrativas, memórias, saberes dentro de uma configuração intergeracional. Através da interatividade do grupo, pretende-se direcionar a condução de um olhar diferenciado sobre o outro, sobre o lugar e sobre a história.

Fundamental para a manutenção de um sistema de representações que o grupo busca reivindicar para si o coletivo busca encontrar formas de se contrapor ao processo de apagamento histórico ao qual sempre fomos submetidos. No contexto Luízes, a questão da diferença deve nos motivar a valorizar nossas práxis como estratégia de sobrevivência. Neste sentido, o uso de imagens, e especialmente de construção deste processo – de criação e uso das mesmas - pode contribuir de forma ampla dentro daquilo a que ele se propõe.

Falando ainda em representações e a questão da importância da visibilidade ao longo deste ano, fui convidada a participar de matérias veiculadas na emissora de TV Minas para abordar questões concernentes à temática étnico-racial e quilombola. Isto demonstra uma inversão no processo de invisibilidade e apagamento da população preta e suas realizações proposto e implatando ao longo da história. Ter vez e voz,

potencializados através da mídia de difusão mais ampla, representa um avanço importante para nossas demandas.



Jornal Minas - Publicado em 10 de maio de 2018

Em 13 de maio de 1888 a escravidão foi oficialmente abolida no Brasil, mas a data não é comemorada e sim considerada o Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo. A razão é que a abolição foi feita sem oferecer cidadania e inserção social aos recém libertos. Para conversar sobre o tema recebemos no estúdio a historiadora Miriam Aprigio. Disponível em: <https://youtu.be/qxmafGjqdvY>

Fui convidada ainda a participar de dois programas nesta mesma emissora para comentar sobre o processo de reconhecimento dos quilombos na categoria de Patrimônio Imaterial da cidade de Belo Horizontes. Na oportunidade, explicamos o que vem a ser uma comunidade Remanescente de Quilombo e da importância da existência de grupos como este para história da nação.



Disponível em: [https://youtu.be/\\_3wjPRMaOmA](https://youtu.be/_3wjPRMaOmA)

Poder propagar nossas lutas é extremamente relevante e ao longo de décadas de vida militante busquei ser porta-voz da demanda quilombola, e ter a oportunidade de contemplar esta questão é muito gratificante, especialmente no tocante a ampliação do debate. Outra possibilidade de ampliação do debate ocorre quando a pauta em questão é retratada na mídia, ou quando ela se torna tema de questões sociais, o que no caso quilombola, ocorreu no tema sobre o carnaval, sendo assim, segue a narrativa.

#### **Confluência 4. Carnaval de 2018**

O território Luízes foi palco de ensaios e desfiles carnavalescos o que veio oportunizar uma participação observante sobre o envolvimento dos quilombolas neste tipo de festividade. Somando-se ao fato de que a temática quilombola foi contemplada por algumas agremiações, tema este repercutido de forma ampla no cenário nacional e também no quilombo, este tema tornou-se proposta de algumas reflexões importantes para que se dê uma compreensão sobre características do povo brasileiro: A primeira diz do retorno da tradição popular, no concernente ao povo tomando as ruas. De acordo com os noticiários, e do que ocorre na cidade de Belo Horizonte, o carnaval de rua se encontra em franca ascensão, posto que grande parte das pessoas opte por participar dos blocos, nos quais se deram manifestações de indignação. O ato representa ainda ato de desobediência social<sup>44</sup>, uma vez que representantes da gestão pública, se mostram desfavoráveis a ocupação dos espaços públicos, temendo, via de regra, as manifestações contrárias aos seus feitos duvidosos e questionáveis.

A segunda elucida a importância de se conhecer a história no ponto em que ela se torna reveladora de nossas raízes. Acompanhando o desfile da Escola de Samba Carioca Paraíso de Tuiuti, que foi o segundo tema mais comentado no mundo<sup>45</sup>, por retratar críticas ao presidente brasileiro, especialmente no tocante à reforma trabalhista. O artigo publicado faz menção ainda à parcela da população que manipulada, contribuiu com o golpe desferido contra a democracia vigente desde 1985.

Tendo como título do enredo a indagação “Meu Deus, meu Deus. Está extinta a escravidão?”, a agremiação trouxe uma evolução histórica do mundo do trabalho no Brasil, partindo de uma encenação de escravização dos afrodescendentes no Brasil colonial. Tal questão ainda faz alusão aos 130 anos de abolição da escravidão, com claras referências à quase retomada da mesma, o que foi projetado na avenida através de carteiras de trabalho atingidas por balas. Outro ponto em destaque foi a ênfase concedida à figura do Preto Velho, referência importante da ancestralidade afrobrasileira. É mencionado também o referencial quilombola, como sinônimo de resistência a se processar nas favelas, guetos e demais segmentos em que impera a presença do povo preto brasileiro - o que através deste estudo classificamos como Aquilombamentos.

---

<sup>44</sup> “Desobediência social, é uma forma de protesto político, que se opõe a alguma ordem que possui um comportamento de injustiça ou contra um governo visto como opressor pelos desobedientes. <https://jornalggn.com.br/blog/rdmaestri/o-que-ocorreu-no-espirito-santo-nao-foram-saques-foram-movimentos-de-desobediencia-social>, disponível em 13 de fevereiro de 2018.

<sup>45</sup> Fonte: Trending topics do Twiter em 12 de fevereiro de 2018

Considerarei relevante o fato das pessoas analisarem por este prisma – o da crítica, fazendo com que um grande número de pessoas se voltasse a este debate, deixando de lado a folia, ou seja, um grande contingente de brasileiros voltou sua atenção, para refletir, debater e opinar sobre um assunto extremamente caro ao povo brasileiro. As Alas retrataram as mazelas da escravidão, o trabalho escravo e rural, as demais formas de escravidão no mundo, a formação dos cativeiros sociais, dentre outras deflagrações deste tipo de exploração. Compartilhei o vídeo nas redes sociais, como sugestão de aparato didático, a ser apresentado aos alunos, propondo assim conhecimento e reflexão acerca da formação do universo do trabalho no país. Acompanhei entusiasmada as manifestações midiáticas, pois, a alienação da grande maioria coloca em risco o futuro do bem estar social da nação. Observar que a indignação se processa de outras formas, é deduzir que há um incômodo, e que, portanto, pode haver esperança de que o Brasil ainda possa vir a ser uma nação mais justa e igualitária. As festividades e celebrações constituem elementos essenciais no enredo da resistência, que passamos a acompanhar na continuidade desta explanação.

### **Confluência 5. Festa de Sant'Anna e Festa da Resistência**

Conforme já mencionado neste estudo, dentre as diversas tradições dos Luízes ancestrais, a festa de Sant'Ana e neste ano de 2018 a verba para a realização da referida festividade, foi assegurada em virtude da proposta ter sido contemplada por uma chamada pública, que se destina a custear ações culturais oriundas de grupos com o perfil do quilombo. Acerca deste tema, trataremos de forma mais detalhada a seguir. Novamente não foi obtida a adesão dos demais membros do coletivo, e tal qual ocorreu no ano de 2017, tudo foi preparado no quintal da casa. Tivermos a participação da vereadora Áurea Carolina, mulher preta e socióloga, que recebeu o maior número de votos na última eleição para cargo de vereança. Recentemente, ela concorreu ao cargo de deputada federal<sup>46</sup> e sagrou-se vencedora, sendo a mulher com maior número de votos no estado. Este tipo de interatividade ressalta a importância da temática quilombola para o município e para o estado. Faço menção a tais referências, por considerar relevante para o nosso segmento, este tipo de confluência.

Nestes dois últimos anos, não realizamos a festa conforme dita a tradição, que se processa nos moldes de uma Missa Conga, realizada na parte central do quilombo. Isto

---

<sup>46</sup> [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/08/interna\\_politica,995413/mulher-com-mais-votos-em-minas-aurea-carolina-e-eleita-deputada.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/08/interna_politica,995413/mulher-com-mais-votos-em-minas-aurea-carolina-e-eleita-deputada.shtml)



se deu em virtude da pouca adesão dos demais membros Luízes na participação da realização da mesma. Para que a tradição não se perca, a festividade ocorreu no quintal da bisa (Maria Luiza), sobre os cuidados desta que vos escreve e núcleo familiar Aprigio, com recursos oriundos da realização da atividade junto a equipe do Registro do Patrimônio – 2017, e neste ano de 2018 o recurso foi resultado de minha participação na chamada pública intitulada “Cê Fraga”<sup>47</sup>, iniciativa da vereadora supra citada. Reproduzirei a seguir, a nota de divulgação desta iniciativa que além de contemplar 19 (dezenove) ações, realizou uma cartografia que mapeou ações e projetos sociais, verdadeiros valores culturais diversificados presentes na cidade, posto que, para esta chamada, foram 313 inscritos:

**CÊ FRAGA?** é uma chamada pública aberta a qualquer cidadã ou cidadão que queira indicar iniciativas sociais e culturais, realizadas em Belo Horizonte, que potencializam as lutas por **culturas urbanas, populares ou tradicionais, educação, moradia, agroecologia, promoção das artes, economia solidária, mobilidade, direitos humanos e radicalização da democracia** ou que contribuam para a **emancipação de mulheres, pessoas jovens, negras, indígenas e LGBTIQs**. E aí, cê fraga?

A Festa de Sant’Ana é a referência religiosa mais expressiva na memória dos moradores do quilombo, que chegam a mencionar a existência pretérita de rezas e benzeções, mas a ênfase de maior destaque diz da festividade resultado do sincretismo religioso. Ao ser questionada sobre a não prevalência da religião de matriz africana, evoco a questão da brasilidade, do novo que surge no território pindorâmico a partir da inserção de outros sujeitos – a saber, africanos e europeus. Elementos na religiosidade dos povos que formam esta nação dão origem a uma religiosidade de caráter *suy generis*, que reúne elementos representativos desta diversidade, mas que também, não deixam – em alguns casos, como o do Congado, de terem sido iniciados ainda em solo africano. Corrobora com tal pensamento, a afirmação presente no prefácio do livro do antropólogo Rubens Alves da Silva (2010), ao afirmar que:

“O Congado mineiro é uma dessas experiências em que os sujeitos vivenciam o sentido do sagrado sempre se remetendo aos antepassados africanos que foram trazidos como escravos para o Brasil. E com essa referência, os congadeiros elaboram um tipo de

<sup>47</sup> <http://gabinetona.org/cefraga/>

identidade negra nem sempre considerada como tal, em virtude dos fortes vínculos com o Catolicismo. O que pouco se sabe é que esses vínculos foram construídos e reelaborados no processo de africanização do Cristianismo ainda em solos africanos.” (Erisvaldo Pereira dos Santos e Sueli do Carmo Oliveira responsáveis pelo prefácio, 2010)

Todos os esforços serão empreendidos sempre, para que a tradição e a memória de nossos ancestrais, não se percam no vazio do esquecimento. Acerca da preservação dos costumes antigos dos povos quilombolas, Maria Luiza Marcelio do quilombo Namastê em Ubá, reproduz em seu escrito a seguinte frase de seu avô - ex-escravizado que faleceu aos 106 anos, “Minha fé os brancos não conseguiram me tirar”. (MARCELINO, 2015, p.28)



**Foto 3 - Festa de Sant'Ana no quintal da bisa**

Ainda no tocante acerca das realizações promovidas pela vereadora Áurea Carolina e de sua proposta de gestão compartilhada, foi criado um canal de interlocução com a sociedade, intitulado LabPop (Laboratório Popular), através do qual, nós membros de Povos e Comunidades Tradicionais levantávamos nossas demandas e reivindicações. Neste sentido, após várias reuniões, elaboramos um Projeto de Lei intitulado D.Fininha, que propõe a regularização fundiária de territórios dos povos e comunidades tradicionais de Belo Horizonte. Tive a grata honra de ser convidada e participar de todas as reuniões, bem como, de estar presente no protocolo do mesmo,

que se deu com a realização de um cortejo embalado por uma cantiga quilombola. Foi um momento muito especial, em que, diferente das demais vezes em que a temática quilombola ali foi abordada, desta vez, se deu com o propósito de efetivar uma ação produzida com a nossa participação. Estávamos na condição de sujeitos do processo, e não apenas como meros solicitantes.



**Foto 4 - Protocolo do Projeto de Lei D. Fininha, 2018**

A escultura presente nas mãos das vereadoras é uma produção artesanal do quilombo dos Luízes, através da qual buscamos homenagear o projeto de gestão compartilhada, promovida pelas vereadoras Áurea Carolina e Cida Falabela, por ocasião de termos sido contemplados pelo “Cê Fraga”. A mesma tornou-se símbolo representativo da causa, uma vez que em todas as sessões plenárias, a escultura está presente. Luízes fazendo história mais uma vez.



**Foto: Festa da Resistência, 2017**

Neste atípico ano de 2017 tivemos ainda a Festa da Resistência, que se deu no território objeto dos conflitos vividos pelos quilombolas neste ano, e que leva o nome de estacionamento cultural. Neste evento, que teve o apoio do Conselho Municipal da Igualdade Racial<sup>48</sup>, diversos segmentos culturais de resistência negra, e simpatizantes da causa, compartilharam com os quilombolas de um domingo inteiro de danças, cantos, religiosidade afro, regado a muitos comes e bebes. Deste evento, participaram de forma gratuita, instituições renomadas no circuito cultural da cidade, oportunizando a todos os participantes, um dia para se comemorar o direito de se ter direitos, aqui caracterizado como sendo o direito a liberdade.

Intelectuais e representantes de pautas em prol da luta por justiça social e étnica, trouxeram temas relevantes para a causa, dentre eles a Coordenadora da Igualdade Racial do município, Makota Kizamdenbu<sup>49</sup> e a socióloga e ex-secretária da SMACON, Diva Moreira.

Em atividade realizada para a disciplina da professora Mônica, abordei um fenômeno praticado por nós Luízes, para falar da representação do “Bem Viver”<sup>50</sup> para a comunidade. Denominado “Junta” a celebração é uma festividade, ou momento de partilha, realizada ocasionalmente no espaço denominado Quadradão<sup>51</sup>, a saber trata-se de um espaço de uso comunal do Quilombo. Em tal dinâmica todos se reúnem, trazendo uma contribuição que geralmente é um prato e bebidas a serem compartilhada por todos. Músicas, danças e muitas conversas completam este cenário de interação que segue o modelo dos Luízes Ancestrais, de se reunir em torno de comensalidades para celebrar a vida comunal.

---

<sup>48</sup> Sou membro deste conselho desde sua implantação em 2010.

<sup>49</sup> Tânia Cristina Silva de Oliveira, religiosa de matriz africana e pesquisadora deste seguimento. Fonte: [www.culturadigital.br](http://www.culturadigital.br).

<sup>50</sup> Bem Viver ou Buen vivir: La satisfacción de las necesidades, la consecución de una calidad de vida y muerte dignas, el amar y ser amado, y el florecimiento saludable de todos y todas, en paz y armonía con la naturaleza y la prolongación indefinida de las culturas humanas. El Buen Vivir supone tener tiempo libre para la contemplación y la emancipación, y que las libertades, oportunidades, capacidades y potencialidades reales de los individuos se amplíen y florezcan de modo que permitan lograr simultáneamente aquello que la sociedad, los territorios, las diversas identidades colectivas y cada uno – visto como un ser humano universal y particular a la vez – valora como objetivo de vida deseable (tanto material como subjetivamente, y sin producir ningún tipo de dominación a un otro). Nuestro concepto de Buen Vivir nos obliga a reconstruir lo público para reconocernos, comprendernos y valorarnos unos a otros – entre diversos pero iguales – a fin de que prospere la posibilidad de reciprocidad y mutuo reconocimiento, y con ello posibilitar la autorrealización y la construcción de un porvenir social compartido. (RAMIREZ, 2008, p.387; Plan Nacional para el Buen Vivir 2009-2013, 2009, p.10)

<sup>51</sup> Espaço destinado ao uso comunal localizado na parte interna da comunidade. Fotos em anexo

No mês de fevereiro ocorreu o primeiro Junta do corrente ano, sendo o primeiro pós adversidades enfrentadas pelos quilombolas no ano de 2017, já relatados neste estudo. Se destacou aqui o despertar social revelados através de diálogos, que redundaram em projetos de fortalecimento coletivo, uma vez que, um dos quilombolas se dispôs a oferecer uma oficina de capoeira e um outro se ofereceu para iniciar uma horta comunitária. Ambos são filhos do quilombo, mas não residem no mesmo. Práticas de cooperação mútua e associativismo como estas, auxiliam o coletivo em seu processo de resgate identitário. Elas ainda potencializam suas habilidades comunais, contribuindo fortemente para o restabelecimento do sentimento de pertença por parte de todos os membros do grupo, aí se processa a Confluência, “que rege o convívio regenerador dos elementos da natureza[...]”. (BISPO, 2015, p.14)

A regência espiritual dos embates enfrentados pelos Povos e Comunidades Tradicionais se processam pelas vias da religião de matriz africana, e esta confluência com os Luízes, se deu da seguinte forma:

### **Confluência 6. Religião de Matriz Africana**

O relator de saberes Nego Bispo, apresenta através de seu enredo de conceitos, uma importante movimentação que os Povos e Comunidades Tradicionais estão utilizando nos últimos tempos, como táticas de auto-preservação. Trata-se da Confluência, termo corriqueiro nos diálogos e interações entre os membros dos segmentos tradicionais de Belo Horizonte, por causa da participação do mestre, na disciplina Saberes Tradicionais da UFMG. Partindo da elaboração de seu pensamento tem-se a definição nos seguintes termos:

Confluência é a lei que rege a relação de convivência entre os elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se ajunta se mistura, ou seja, nada é igual. Por assim ser, a confluência rege também os processos de mobilização provenientes do pensamento plurista dos povos politeístas. (SANTOS, 2015, p.89)

Tal conceituação traduz na medida exata, a dinâmica que se instaurou dentre os guardiães da ancestralidade do município, já que nos articulamos no coletivo, retornando às nossas práticas próprias dos grupos dos quais somos oriundos. Na busca pelo compartilhamento de saberes acerca da religião de matriz africana, tenho buscado participar dos eventos promovidos pela instituição Associação da Resistência Cultural da Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente. O primeiro evento organizado por esta

instituição, através do qual buscamos esta aproximação, foi o evento intitulado “Pisada do Caboclo”, a saber, um ritual ocorrido em um dos parques públicos da cidade, que se tornou Centro de Referência da Cultura Popular e Tradicional<sup>52</sup> cujo nome é Lagoa do Nado. O local conta com um espaço específico para exposições, e fomos convidados a ser o próximo tema da exposição, inclusive na condição de curadores, o que configura um grande avanço, sermos protagonistas em processos nos quais outrora, éramos considerados objetos.

Voltando à questão da confluência, o primeiro contato ocorreu durante uma reunião ocorrida na Câmara dos Vereadores, cujo tema era a criação de Diretrizes Especiais para os Povos Tradicionais da cidade de Belo Horizonte. Logo na sequência, deu-se a realização de um ritual intitulado “Pisada do Caboclo – Confluência Afroindígena”, que se deu a céu aberto, no parque acima mencionado, abordando o sincretismo com Povos Indígenas. Em entrevistas concedida pela antropóloga e pesquisadora Fernanda Oliveira, que é médium da casa e em suas palavras ‘Realizadora’ das ações promovidas na Associação, junto ao Pai de Santo zelador a quem todos chamam Pai Ricardo, nos explica que:

“A pisada de caboclo é um encontro que faz parte de um contexto de realizações de encontros e confluências promovidos pela casa de caridade e Associação de resistência cultural Pai Jacob do Oriente, uma Associação registrada, chamado tambor de tradição. O tambor de tradição, ele acontece desde 2016, começou no Mata do Tição<sup>53</sup> iniciada por uma ação com uma tocada para os Pretos Velhos no quilombo Mata do Tição e depois disto teve uma outra edição no Mata do Tição com uma tocada para os Caboclos. Depois disto teve o encontro dos Saberes Cantados com o Mestre Arnaldo de Lima do Piauí, no Parque da Lagoa do Nado, e em seguida a Pisada do Caboclo que é um encontro afroindígena. Então todos estes encontros estão dentro deste projeto, dessa realização da casa Pai Jacob do Oriente, chamada Tambor de Tradição que é uma realização dedicada a confluir diferentes manifestações que se expressam pelo toque, pela dança, pelos cantos e pela oralidade, é de matriz afroindígena, tanto em Belo Horizonte quanto fora dela. Então promover esses encontros sempre que tem esta oportunidade, no caso o mestre Arnaldo de Lima tinha vindo para a UFMG dar o curso dele com o Nego Bispo, “Confluências Quilombolas contra a colonização”, nós aproveitamos a

---

<sup>52</sup> Os membros da coordenação desta instituição convidou o quilombo dos Luízes, através da minha pessoa, para realização de uma exposição retratando a história da comunidade a partir de dezembro do corrente ano. Logo, as pessoas da comunidade que desejarem, constarão como co-participantes na curadoria da mostra.

<sup>53</sup> Mata do Tição, ou Matição é um quilombo localizado na cidade de Jaboticatubas, região metropolitana de Belo Horizonte.

oportunidade e fizemos o encontro “a confluência dos saberes cantados no parque do Lagoa do Nado” [...].

A Pisada de Caboclo já foi um empenho muito forte nosso, meu e do Pai Ricardo aproveitando que eu tenho o conhecimento já antigo da Sueli Maxacali e do Joel Maxacali e do Edgar Xacriabá que são amigos. O Pai Ricardo<sup>54</sup>, desde que ele deu aula na UFMG, ele conta assim, uma das aulas dele foi na FAE (Faculdade de Educação), no Jardim Mandala<sup>55</sup>, e lá tem uma casa Xacriabá que foi construída na const uma disciplina que foi feita junto com as mestras Xacriabá, esta casa foi feita lá, os professores e os estudantes. O Pai falou que quando ele passou perto desta casa ele sentiu muito forte a presença do caboclo de Oxóssi dele e algo dizia a ele que estava na hora de retomar esta conexão indígena, que tá tão forte na umbanda, nas religiões de matriz africana, e que por tantas vezes nos discursos, inclusive dos movimentos negros ela é invisibilizada esta conexão, esta confluência, este encontro entre indígenas e afrobrasileiros. E a umbanda é uma religião, é uma experiência comunitária social que tem este encontro afroindígena como algo muito fundamental em suas experiências. Então, o Pai ficou com isto na cabeça e comentou comigo, e comentei: olha, eu tenho amigos Maxacali que inclusive já tem uma experiência prévia de frequentar zeladores, cuidadores de Axé lá no norte de Minas na região de Teófilo Otoni, que reconhecem este saber espiritual do povo negro, e que eu acho que eles topariam demais fazer este encontro conosco no caso da Sueli e do Misael.

E eu também conhecia já o Edgar Xacriabá, e é o povo Xacriabá é um Povo que tem uma relação muito forte com a ancestralidade negra também. Eles precisaram invisibilizar isto durante muito tempo, que para provar que eles são indígenas eles tinham que dizer para o estado que eles não tinham esta relação com o povo negro, porque o estado não reconhece eles como indígenas se eles evidenciam esta relação de encontro com o povo negro, tem todo este problema do modo como o estado legitima estas identidades. Então, este é um dos motivos, e não o único, pelo que por muito tempo o povo Xacriabá, não expressou, como ainda não expressa tão fortemente, publicamente, explicitamente esta relação, com os saberes, afro, sobretudo espirituais. Mas é um povo altamente misturado, o fenótipo deles inclusive, a aparência física é muito evidente que é um povo afroindígena.

Então eu aproveitei o contato com o Edgar, fiz o convite a ele, e o pai Ricardo começou a frequentar a praça Sete e a feira Hippie para tentar fazer contato com os Pataxó que estão aqui em Belo Horizonte. Eu também tentei contato com os Pataxó que estudam aqui na UFMG e no

---

<sup>54</sup> Pai Ricardo - Ricardo de Moura é Mestre dos Saberes Tradicionais convidado para compor o corpo docente da formação transversal em saberes tradicionais que acontece na UFMG desde 2014, no ano de 2016. Ministrando a disciplina “Catar Folhas: saberes e fazeres do povo de Axé”, sendo a primeira edição ocorrida em 2016, e a segunda edição no segundo semestre de 2017.

<sup>55</sup> Trata-se de um projeto de intervenção urbana, que se processa através da arte, numa interlocução entre educação, paisagismo e saberes tradicionais realizado nos anexos dos jardins da Faculdade de Educação da Universidade Federal da UFMG. Fonte: [HTTPS:m.youtube.com watch](https://m.youtube.com/watch) com data de acesso, em 20 de janeiro de 2018

FIEI, mas este contato, ele é muito melindroso, boa parte dos Pataxó E o pai começou a insistentemente ir atrás dos Pataxó que estão em situação urbano na praça 7 e na feira Hippie. Esse processo durou por quase um ano. O pai indo atrás dos Pataxó, [...] começando um contato com uns grupos organizados aqui dos Pataxó. [...] Fomos pingando, até que ele encontrou a Angorró, uma liderança feminina originária da região de coroa vermelha, Porto Seguro, mas que está há muito tempo aqui em Belo Horizonte em situação urbana, mas que está organizando uma ocupação urbana, de um território em Mário Campos, junto com outros parentes Pataxó, é organizando esta presença Pataxó na cidade politicamente, tentando criar uma agenda política para debater esta situação na cidade de Belo Horizonte.

E com a Angorró o pai teve sucesso, Angorró chamou o pai para ir para Mário Campos, eles estiveram lá umas três vezes, eles fizeram uma cantoria lá e rezaram, e fizeram este acordo, esta aliança, que culminou na Pisada de Caboclo, no parque da Lagoa do Nado, que você (entrevistadora) pode participar. A Sueli Maxacali também quando esteve em Belo Horizonte freqüentou o terreiro durante um tempo, fez cuidados lá, Misael também, o Manoel Kelé, que é um Mestre que participou, ele é um Mestre Maxacali, ele é da água Boa, [...], teve um processo de reconhecimento da sacralidade de ambos, indígenas e umbandistas, teve o reconhecimento de que existe uma corrente, uma vibração em comum, apesar outros espíritos. E que existe também uma disputa, uma luta política, em comum. Então, esta confluência ela serviu para reforçar, a política com a vibração do sagrado, digamos assim. E aquele encontro na Lagoa do Nado, foi muito surpreendente, a gente não sabia como que aquilo ia acontecer. Nada daquilo tinha roteiro, e aquilo aconteceu da melhor maneira possível, o Edgar Xacriabá mesmo ficou o tempo inteiro reticente, em se envolver, e no final ele foi com a Maracá dele e se envolveu potentemente assim, foi muito bonito. E parece que vai ter outra Pisada de Caboclo lá em Porto Seguro, este ano, fomos chamadas a fazer numa aldeia Pataxó lá.

Então, é importante chamar a atenção que a Associação de Resistência Pai Jacob do Oriente, tá passando por um momento, desde de 2016 pelo menos, mas, muito anterior a isto, tem a ver com o caminho, com o enredo, dos fundadores da casa né, do Camilo e da Maria de Moura, que é de confluir diferentes territórios afroindigenas, seja na cidade, seja no ambiente rural, como no caso do Mata do Tição, é pr'uma, digamos assim, retomada de iluminação, de firmamento em relação a esta ancestralidade, o que ela pode fazer politicamente por nós. Aliás o que ela já faz politicamente por nós. Mas, envolver a política e a religiosidade de uma maneira mais explicita, explicitar esta relação entre política e espiritualidade, e especialmente no que diz respeito a ocupação do espaço público da cidade, de manifestação da presença afroindígena na cidade de Belo Horizonte, mas, não somente. Tem também esta política de ir para os territórios, [...] então há uma espécie de tônica, de tonificação destas experiências em territórios de ancestralidade. E há um encadeamento de uma rede, como no caso agora dos Luízes ”



Quando questionada acerca da forma como ela deve ser identificada neste processo de escrita, Fernanda responde que:

“Sou integrante da casa do Pai Jacob desde 2016 e antropóloga que chega na casa Pai Jacob do Oriente com esse caminho prévio de envolvimento com comunidades quilombolas e indígenas, com essa percepção da relação afroindígena, uma percepção mais atenta para esta relação que, se associa com os desejos da associação do pai Ricardo e com a ancestralidade dele e em realização, pode colocar que eu sou uma Realizadora, (rs), porque é isto que eu tenho feito ultimamente.” (Fernanda Pankararu)

Importante destacar estas falas, pois, parte considerável dos últimos acontecimentos ocorridos aqui no quilombo, advém da formação destas novas parcerias, e da inserção destes sujeitos. Em especial, a participação da Fernanda, que promove sempre o diálogo potente, ao tratar das demandas dos povos tradicionais. Responsável pela equipe técnica contratada para elaborar o dossiê de reconhecimento dos quilombos de Belo Horizonte, na categoria de Patrimônio Imaterial, ela ainda promove o intercâmbio entre o quilombo dos Luízes, e a Associação Pai Jacob do Oriente, que já atua na promoção de uma confluência, que propicie a retomada de certas práticas ancestrais de Luízes. A saber, a promoção de diálogos sobre ancestralidade e oficinas de horta urbana e manipulação de ervas, posto que uma parte do território ainda se mantém preservada, possibilitando a retomada destes cultivos. Tal projeto já aprovado com recursos públicos para a execução leva o nome de Ciclo das Insabas e aguarda participação dos Luízes, especialmente das matriarcas.

Afinal, já afirma Nego Bispo (2015), que: na perspectiva da resistência cultural, essas identidade vêm sendo ressignificadas, como forma de enfrentar o preconceito e o etnocídio praticado contra povos afro-pindorâmicos e os seus descendentes. (p.38). É através destas confluências, que se dá a formação de redes de apoio, na promoção do avanço e enfrentamento da opressão. Soma-se a esta rede de apoio, a confluência no âmbito do executivo, que passará a ser relatada a seguir.

### **Confluência 7. Gabinetona – mandato popular e compartilhado**

Os registros históricos nos apontam sempre as diversas formas de resistência orquestradas pelos sujeitos oriundos da diáspora. Tais ações se davam ainda em território africano, esquivando-se das capturas; na travessia do Atlântico, quando muitos lançavam-se ao mar; nas fugas das fazendas e através da formação dos quilombos;

através de levantes e insurreições; e através da criação do Movimento Negro e do Teatro Experimental do Negro. Estes últimos foram implementados por Abdias do Nascimento, que dedicou sua vida a lutar pelo direito do povo afrobrasileiro.

Nos tempos atuais, ocorre uma evolução e um desdobramento da ideologia preconizada pelos intelectuais do Movimento Negro, a saber, a capacitação intelectual, e a inserção nos espaços de debate e representação política. Como já mencionado, as parcerias com outros segmentos também, vão se revelando como fortes aliados na luta por direitos. Cabe salientar ainda que trata-se de uma via de mão dupla, pois, os demais segmentos buscam apoio para que se amplie a rede, potencializando assim o debate, e ampliando a possibilidade de alcance de políticas públicas específicas.

No dia em que o quilombo dos Luízes foi acometido pela ação truculenta da polícia, acionamos a todos os conhecidos através das redes sociais, e um dos grupos que vieram nos prestar apoio, acionando inclusive o coletivo Margarida Alves<sup>56</sup>, foi a equipe da vereadora eleita com o maior número de votos na cidade. Sua equipe que leva o nome de Gabinetona atua no formato de mandato coletivo, partindo da compreensão de que “somos muitas”, e que é necessário atender a várias demandas sociais. A Gabinetona torna-se assim nossa parceira de lutas, auxiliando-nos na divulgação de ocorrências aqui do quilombo; elaborando pautas que são debatidas dentro da câmara, tais como: combate a discriminação e violência; participação dos quilombos da cidade na formulação do plano diretor; formulação de medidas de proteção específicas para os povos tradicionais, com destaque para a preservação e proteção dos territórios quilombolas. A Gabinetona inaugura o ano de 2018 com uma chamada pública que visa contemplar projetos de fomento a cultura oriundas dos cidadãos, que articulam a promoção de práticas populares, urbanas, tradicionais, educativas, etc. Dentre mais de 600 inscritos a Festa de Sant’Ana é uma das selecionadas, e recebemos um valor em espécie para assegurar que a mesma ocorra em julho.

No ano de 2017 também se deu a realização da festa em virtude de termos tido a oportunidade de compor a equipe de elaboração do dossiê que assegurou que os quilombos da cidade se tornassem Patrimônio Imaterial. A remuneração advinda da realização deste trabalho possibilitou não só a realização da Festa de Sant’Ana, executada pela primeira vez desde os tempos antigos, no quintal da matriarca Maria Luíza Moreira, bem como, viabilizou a realização da Festa da Resistência, ocorrida em

---

<sup>56</sup> Advogados Sociais que atuam em prol de demandas que envolve grupos em situação de vulnerabilidade social.

setembro do mesmo ano, para comemorar a vitória frente as injustiças enfrentadas pelo quilombo ao longo dos últimos anos.

O projeto é avançarmos tendo como referenciais as ações contracolonialistas<sup>57</sup>, visando a emancipação dos quilombos. A estratégia aqui adotada, diz dos recursos burocráticos e outros, utilizados pelo próprio estado, para que se dê o custeio e manutenção de ações de defesa de nossos direitos. A resistência manifestada por outras vias, no pleito pela igualdade, atua como recurso agregador de valores a subsidiar a luta da população preta, neste sentido, o feminismo funciona como forte aparato de luta, e configura o tema de mais uma confluência.

### **Confluência 8. Feminismo**

A saga dos Luízes sempre se destacou por causa do protagonismo feminino, tal fato é comprovado na documentação jurídica de demandas de mais de um século de luta pelo território. No entanto, esta nunca foi a bandeira que defendi, posto que é necessário que todos os envolvidos estejam engajados na luta, e destacar a militância das mulheres, impacta na atuação dos homens, que se isentam em participar nos embates, por associá-los à atuação das Luízes. Diante da atual conjuntura, no entanto, demarcada pela perda de direitos em virtude da derrubada de um governo que minimamente assegurava direitos dos Povos Tradicionais, tenho me lançado sobre esta questão nos últimos tempos, com participação ativa em cursos, debates e espaços de formação.

No ano de 2017 participei de uma formação da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, destinada a capacitar lideranças femininas no enfrentamento ao machismo e violências correlatas. O curso de Defensoras Populares<sup>58</sup> tem como objetivo capacitar mulheres para atuar frente às demandas da comunidade, e trata-se de uma iniciativa desenvolvida pela Escola Superior da Defensoria Pública do Estado. Com o intuito de promover o conhecimento sobre este órgão e o acesso a direitos, o acesso à saúde e o combate à violência, compõem o cronograma que é norteado por uma metodologia que busca identificar as necessidades das alunas nos diversos contextos sociais. A participação neste curso me propiciou a oportunidade de participar da formação de estagiário da Defensoria Pública, que ampliou ainda mais os meus conhecimentos no âmbito do acionamento de direitos de defesa dos Povos e

---

<sup>57</sup> Negô Bispo.

<sup>58</sup><https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/minas-ter%C3%A1-defensoras-populares-curso-vai-capacitar-mulheres-para-atuar-na-demanda-da-comunidade-1.565697>

Comunidades Tradicionais. Pertencer a este segmento presente na capital mineira, especialmente na condição de ex membro da Federação Quilombola de MG – N’Golo, exige de nós atualização de conhecimento jurídico, de modo que atuamos em nossas próprias demandas, e prestamos auxílio aos demais.

Durante os meses de março e abril de 2018 deu se o fomento de conteúdos acerca desta mesma temática promovida pela Escola do legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, através do ciclo de palestras que tinha como tema: “Mulheres na Política: História, Lutas, Conquistas e Perspectivas”<sup>59</sup>. A empreitada faz parte do curso de Formação Políticas para Mulheres e lança luz sobre a questão da representatividade feminina na política. Reflexões, problematizações e apontamentos de soluções foram debatidos com representantes diversas que analisam a deficiência na continuidade de ações em prol da igualdade de gênero. Tais impedimentos implicam em retrocessos sociais, uma vez que a atuação masculina à frente de setores de mando, principalmente, faz com que os interesses patriarcais prevaleçam sobre a necessidade de correção de problemas sociais. Foi um momento de partilha, ampliação de conhecimento e do despertar de um desejo de fazer parte do contexto político, para ser parte da mudança que desejo ver no mundo.

Consolidando todo este engajamento neste mês de setembro participei do Encontro Estadual de Mulheres Negras de MG. O mesmo visa reunir propostas elencadas por um coletivo denominado Rede de Mulheres, para o Encontro Nacional que ocorrerá em Goiânia em dezembro do corrente ano. O evento que tem como lema: “Rumo ao Encontro Nacional Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver! Mulheres Negras Movem o Brasil”, foi realizado entre os dias 21 e 23 de setembro, reunindo mulheres representantes de segmentos diversos, de vários municípios do estado mineiros.

Além de contar com uma Feira Negra de Afroempreendedoras, Mística e Asé – reflexões sobre religiosidade, declamação de Pretas Poetas e homenagens às mulheres que lutam por direitos e fazem história na cidade. Foi realizada ainda uma análise de conjuntura, para dar destaque aos pontos sobre os quais precisamos avançar para superação das dificuldades que há séculos são impostas a nós mulheres pretas<sup>60</sup>.

---

<sup>59</sup> [https://www.almg.gov.br/educacao/sobre\\_escola/capitacao\\_externa/formacao-politica-mulheres/](https://www.almg.gov.br/educacao/sobre_escola/capitacao_externa/formacao-politica-mulheres/)

<sup>60</sup> Durante as explanações dados referentes a violência contra às Mulheres Negras no Brasil, revelaram que: 59,4% são vítimas de violência doméstica (Balanço do Ligue 180, central de atendimento à Mulher/2013); 62,8% são vitimas de mortalidade materna (SIM/Ministério da Saúde/2012); 65,9% são vitimas de violência obstétrica (Cadernos de Saúde Pública – 30/2014/Fiocruz); e que 68,8% são mortas

Nos Grupos de Trabalho foram debatidas questões referentes à ampliação e fortalecimento da Rede de Mulheres Negras que queremos, bem como foram debatidas e elaboradas propostas para os seguintes temas: Saúde; Racismo Institucional; Violência e Autocuidado; Feminismo Negro; Mercado de Trabalho; Sexualidade e Afetividades; Racismo Religioso; Educação; Bem Viver e Identidades Negras Contemporâneas, sendo este último o grupo do qual fui relatora. Nesta ocasião busquei lançar luz sobre os embates impostos a nós mulheres militantes dos Povos e Comunidades Tradicionais, bem como, das mulheres atingidas pelos impactos causados pelos grandes empreendimentos, e das porta-vozes das ocupações urbanas.

Enfim, fizemos menção às muitas mulheres que protagonizam o cenário de luta por direitos presentes no estado de Minas Gerais, especialmente no tocante a formulação de novos agentes que atuam sobre as demandas contemporâneas. Minhas ancestrais por exemplo, sempre atuaram à frente dos embates que ferem os direitos dos ocupantes da Fazenda Piteira/Quilombo dos Luízes. No meu caso além de estar à frente destes mesmos embates, dando sequencia às suas trajetórias, me posiciono ainda no contexto outros embates, tais como: Conselhos, Conferências, Ativista de segmentos sociais diversos, participante de fóruns, membro de federação, dentre outros. Estes espaços não contemplavam a presença de mulheres, especialmente pretas ou outras etnias – exceto mulheres brancas em alguns casos, em outros tempos. Estas novas identidades inauguram um novo tempo na seara da pauta de reivindicação de direitos.

O encontro contou ainda com apresentações artísticas e atividades de Bem viver e autocuidado, o que caracteriza uma dinâmica diferenciada neste tipo de evento, debater questões de cunho social, sem deixar de lado o cuidado pessoal. Por reunir profissionais de vários segmentos da área de Direitos Humanos, diversos encaminhamentos foram dados, novas redes de contatos criadas, pois, o coronelismo e a impunidade ainda fazem vítimas nos municípios menores. Muitas lideranças relataram se sentirem amparadas a partir dali, pois, até então elas não tinham a quem recorrer para se defenderem das injustiças e violências as quais são cotidianamente submetidas. Foi um encontro que agregou valores, especialmente em relação ao empoderamento feminino, do qual muitas se viam distantes.

---

por agressão, além de terem duas vezes mais chance de serem assassinadas que as brancas (Taxa de homicídios por agressão: 3,2/100 mil entre mulheres brancas e 7,2 entre mulheres negras. Diagnóstico dos homicídios no Brasil/Ministério de Justiça/2015). Em relação a taxa de homicídio de mulheres em 2013, houve queda de 9,8% no total de mulheres brancas e aumento de 54,2% no total de mulheres negras. Fonte: Agência Patrícia Galvão

Ao final a Plenária foi apresentado o compilado de propostas dos grupos de trabalhos para subsidiar a escrita do Documento Pacto Político de Enfrentamento ao Racismo e Sexismo e pelo Bem Viver no Estado de MG. O mesmo foi apresentado às candidatas que estão disputando cargos políticos que compareceram ao evento para apresentarem suas propostas, as mesmas ainda o assinaram se comprometendo oficialmente, a assumir compromisso com as causas demandadas por nós.

Fui admitida ainda nos cursos de Aperfeiçoamento de Cultura e História dos Povos Indígenas, Educação Escolar Quilombola, Educação em Políticas de Promoção da Igualdade Racial todos promovidos pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Voltados para a capacitação e formação de professores, os cursos contam com metodologia específica, e tem como agentes do processo sujeitos que vivenciam estas práticas. No CUPI por exemplo, contamos com a participação de professores indígenas; no EPPIR temos gestores das políticas de promoção da igualdade étnico-racial e no caso da EEQ a proposta é a implementação da Lei de Diretrizes da Educação Escolar Quilombola.

Durante a realização do curso de Aperfeiçoamento em Educação em Políticas de Promoção da Igualdade Racial, destaco dois momentos importantes: duas aulas foram destinada a trilhar os percursos negros invisibilizados pelo histórico de formação da cidade de Belo Horizonte e região metropolitana. No primeiro itinerário, percorremos espaços que no passado foram relevantes para a população preta, tais como, a igreja da Irmandade dos Pretos, sobre a qual há um cruzamento de ruas movimentadas do centro da cidade, onde não se tem qualquer menção a esta ocupação pretérita. A praça do Preto Velho, cujo entorno foi totalmente verticalizado, desvirtuando de seu propósito que é servir de lugar de reverencia destinado aos Povos de Terreiro. E a guarda de Congado da d. Isabel, que é uma referência congadeira na cidade. Numa segunda oportunidade, os professores participantes deste curso, tiveram a oportunidade de interagir com um quilombo rural, presente na região metropolitana. Foi um dia inteiro de aprendizado, interatividade, andanças pelo território e partilha de saberes com os ancestrais ocupantes do território e zeladores de tão rica cultura.

Um outro momento importante, foi a palestra que me foi solicitada por parte da coordenação, na qual eu deveria abordar a seguinte temática: “Resistência quilombolas frente ao aniquilamento de vidas e experiências negras na cidade.” Partindo de um apanhado da história do Brasil e do histórico Luízes, abordei a questão da naturalização do racismo, corpo e propriedade como meios de produção, travessia (Bidima),

resistência, disputa territorial (passado e presente), espaços de debate, política, educação e registro do Patrimônio Imaterial. Encerrando com um fragmento do poema de Conceição Evaristo, falei sobre a voz de minha filha, como forma de nós professores repensarmos sobre nossas práticas, auxiliando na divulgação e preservação da verdadeira história dos Povos Pindorâmicos.

Ainda em 2017 participei do curso de Direitos Humanos, da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), buscando melhor qualificação para os enfrentamentos que atingem as demandas da luta quilombola. Os direitos humanos, ou fundamentais, são direitos essenciais e básicos garantidos aos brasileiros através da Constituição Federal de 1988, a saber, a carta Magna, o mais importante manual da legislação brasileira. Nela estão contidos os direitos que asseguram as condições necessárias para a efetivação da dignidade da pessoa humana e abrangem todo o território nacional. Os direitos humanos estão interligados, e dizem respeito à saúde, à moradia, à educação, à cultura, ao trabalho, à segurança, e diversos outros.

Na primeira aula foi-nos ministrado o conteúdo que afirma que os direitos humanos “nascem gradativamente, oriundos de lutas dos sujeitos históricos”, o que não seria diferente com o Povo Quilombola, pois, na condição de sujeitos políticos, se mantém firme na luta por seus direitos coletivos.

O acionamento de dispositivos internacionais, tema abordado na aula sobre Direito Internacional, também são utilizados dentro do pleito quilombola, muito em virtude da negligência estatal. Na aula sobre Educação em Direitos Humanos, foi perceptível a necessidade de avançar na pauta de reivindicações em prol de uma educação diferenciada, que atenda as demandas específicas e que eduque para a pluralidade, o mesmo se dá na pauta de reivindicações da educação escolar quilombola.

Ao tratarmos da questão da Participação Social no Brasil, refletimos sobre a importância da ampliação de direitos, “advindas de lutas sociais de segmentos diversos”, pois, “assegurar participação social é assegurar que haja democratização do poder”. Somente nos últimos anos foi possível acessar espaços oficiais do poder, dada a tímida participação social quilombola ocorrida até então. Ao falar de Direitos da criança e do adolescente tem-se em tal contexto, a preocupação com a continuidade da cultura quilombola, uma vez que o futuro da mesma perpassa pelo tipo de educação e cuidado direcionado aos futuros portadores deste legado.

Na abordagem sobre a Proteção às Testemunhas e Crimes de Tortura e Crueldade, destacou-se que hoje é a questão dos Quilombolas a que mais tem

preocupado e desafiado respostas do Direito, pela quantidade de crimes tentados e praticados. Trata-se de uma questão que estava “descansando debaixo do tapete” da história, e quando é trazida à tona, gera reação de violência por parte daqueles que são contrários aos direitos à propriedade no que tange ao uso tradicional baseado na relação de reciprocidade com o meio ambiente.

Enfim, devem o estado e a sociedade assegurar que se cumpra o que estabelece a lei, no que diz respeito aos direitos quilombolas, uma vez que suas especificidades são destacadas na legislação, muito em virtude de seu valor histórico e cultural na formação da nação. Nas aulas do curso de Direitos Humanos a emergência de que sejam implementadas ações de valorização e manutenção da cultura quilombola, ficou evidenciada de forma mais específica na abordagem sobre o tema Étnico-racial, em que foram ministrados conteúdos de combate ao Racismo Institucional, pois, “as políticas pensadas dentro de uma perspectiva universalista, discrimina a diversidade”. Ainda de acordo com o que foi abordado, “tal questão esta posta para as relações humanas”, haja vistas ao fato que, “o desconhecimento leva a reprodução das violações da prática do racismo e das relações sociais deturpadas”. Tal verdade vale para o quilombo dos Luízes, vale para os quilombos do Brasil, pois, a desconstrução do racismo e das desigualdades advindas de sua prática, implica na efetivação da prevalência dos direitos humanos para todos.

A confluência de saberes funciona como canal de diálogo entre os diferentes e na medida em que o cientificismo se contrapôs aos demais saberes ao longo da história, oportunizar o diálogo com a academia, foi uma experiência tão rica como a que se estabeleceu junto ao movimento feminista, tema abordado na próxima confluência.

### **Confluência 9. Saberes Tradicionais UFMG**

Fui convidada em 2017 a fazer parte de um módulo deste programa, mas, como ainda estava cumprindo módulos no mestrado, não foi possível a minha participação. Ao final do mesmo ano, minha participação foi novamente sondada pela coordenação do Programa de Formação Transversal da Universidade Federal de Minas Gerais. Tendo como inspiração a proposta do Encontro de Saberes do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCTI) de inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa da Universidade de Brasília (UnB). O curso que é aberto aos alunos de todos os cursos da referida Universidade, contempla as experiências de ensino e pesquisa pluriepistêmicas, lançando luz sobre os saberes dos povos tradicionais e populares.



O curso está sendo ministrado por mim e pela matriarca Maria Luzia Sidônio, que foi a protagonista na ação de recorrer a legislação quilombola, para assegurar o direito sobre o nosso território. Tendo sido a inventariante em décadas passadas, enfrentou de forma aguerrida muitos dos invasores de tal forma, que em grande parte da documentação judicial, consta seu nome como outorgante. Estamos a falar da luta dos Luízes, da luta quilombola, do protagonismo feminino e dos saberes e fazeres tradicionais. Utilizando como aparato a legislação que versa sobre os direitos dos povos tradicionais e quilombolas; documentários, trabalhos acadêmicos, publicações e literaturas que abordam o nosso histórico de resistência na cidade, estamos a elaborar nossa própria epistemologia.

Trata-se de uma rica experiência pois me oferece subsídio para desenvolver estratégias de ensino-aprendizagem com o público acadêmico; oportuniza o diálogo com outros saberes – a primeira aula foi uma confluência com a liderança d. Tereza Amarília Flores, dos Guarani Kaiwoá; estimula a interação de saberes; transporta para dentro da academia os saberes tradicionais, enfim, trata-se da criação de um canal entre a academia e os segmentos tradicionais da sociedade. Aprecio de forma especial esta proposta, pois, sempre me causou estranhamento o fato da Acadêmia não interagir com a sociedade – constituindo assim um universo paralelo, um mundo a parte. Voltada para atender as demandas do poder hegemônico, mesmo fazendo parte deste contexto, sempre o senti distante das realidades sociais que tanto atormentam as pessoas. Esta interação é crucial na aproximação das diversas possibilidades existentes em ambas as partes que podem impactar na melhoria da qualidade de vida das pessoas. A relação é horizontal, posto que não cabe hierarquização de saberes, relevante é a cooperação mútua e a contemplação do alinhamento dos diversos saberes. Trata-se da valorização das artes e ofícios dos saberes tradicionais que tem como ementa:

Submetidos a processos históricos de expropriação, etnocídio e genocídio, os povos indígenas e comunidades afrodescendentes (quilombolas e dos terreiros de axé) são justamente aqueles que de modo mais contundente têm respondido aos impasses políticos em escala local e global. Em amplas mobilizações, seja pela retomada e demarcação de suas terras, seja pela afirmação de seus direitos político-religiosos (crescentemente ameaçados pela conivência do Estado com o avanço do extrativismo, do agronegócio e dos discursos de intolerância), grupos indígenas e afrodescendentes valem-se dos saberes tradicionais para elaborar renovadas estratégias político-midiáticas; produzem práticas e discursos que apontam para alternativas de vida

comum baseadas, não na mercadoria ou na propriedade, mas na aliança com outros povos, com a floresta, seus animais e espíritos. (<http://www.saberestradicionais.org/>)”

Avalio como extremamente positiva esta oportunidade de compartilhar a nossa história, e encerro sempre alertando, para o modelo de resistência que o histórico quilombola representa. Somos os zeladores desta história que pertence à cidade, portanto, trata-se de um legado a ser defendido pela sociedade como um todo, posto que tal esta forma de resistência se apresenta como oposição ao sistema colonial e capitalista, estes mesmos que pretendem converter todos os brasileiros em massa de manobra e mão de obra barata para atender os anseios do capital estrangeiro. Ora, somos muito mais que isto, este país continente tem em suas bases e em seu povo, condições de ser auto-sustentável. Digamos não a política neoliberal, pois amparados em nossos referenciais que nos conferem identidade, temos condição de avançar em prol de nós mesmos, pelo bem das gerações vindouras.

Ocupar este lugar privilegiado do saber, o espaço acadêmico que sempre foi ocupado pela ideologia dominante, tem nos possibilitado especialmente isto, lançar luz sobre as nossas diversas possibilidades de resistir ao sistema opressor. Na condição de participante da Conferência que deu origem ao Estatuto da Igualdade Racial e a criação do Conselho de mesmo nome – reivindicação antiga dos integrantes do Movimento Negro compartilho também dos valores, lutas, práticas e saberes dos indígenas e outros povos tradicionais. Apesar das múltiplas dificuldades que nos são impostas, vivenciar estes momentos de conquistas representa que a luta tem compensado os sacrifícios.

As aulas que contam com uma dinâmica própria, visa ter como eixo norteador os temas que vão se desenhando ao longo das exposições. Porém, para uma melhor divisão de conteúdos e aproveitamento do tempo para exposição de nossa história, procurei seguir o seguinte planejamento:

- Histórico de ocupação;
- Luta feminina;
- Saberes e Fazeres;
- Pleito quilombola e participação política;
- Novas epistemologias e perspectiva decolonial;
- Ressignificações: tradição e modernidade Luízes;
- Atual conjuntura e o modelo de enfrentamento quilombola.

As aulas, além de tematizadas, contavam sempre com os recursos didáticos que compõem o meu acervo, e neste sentido, utilizamos documentários, artigos diversos, publicações, acervo fotográfico, contribuições e histórico de participações em espaços de construção de políticas públicas – como por exemplo a participação na Federação Quilombola de MG, o cargo de conselheiras e a Conferências. Fomos avaliadas como ‘Excelentes’ pela coordenação do curso.

Outros acontecimentos dão conta da importância em assegurar visibilidade ao seguimento quilombola, destacamos apenas alguns para destacar a relevância da existência do quilombo, enquanto polo de história e cultura presente na cidade que sempre buscou invisibilizá-lo. Até que alcançamos o estágio que impossibilita que a cidade continue a nos dispensar este tipo de tratamento, na medida em que a justiça reconhece a trajetória de luta histórica dos herdeiros de Nicolau, e emite ordem para que se dê o reconhecimento do quilombo enquanto Patrimônio Imaterial do município.

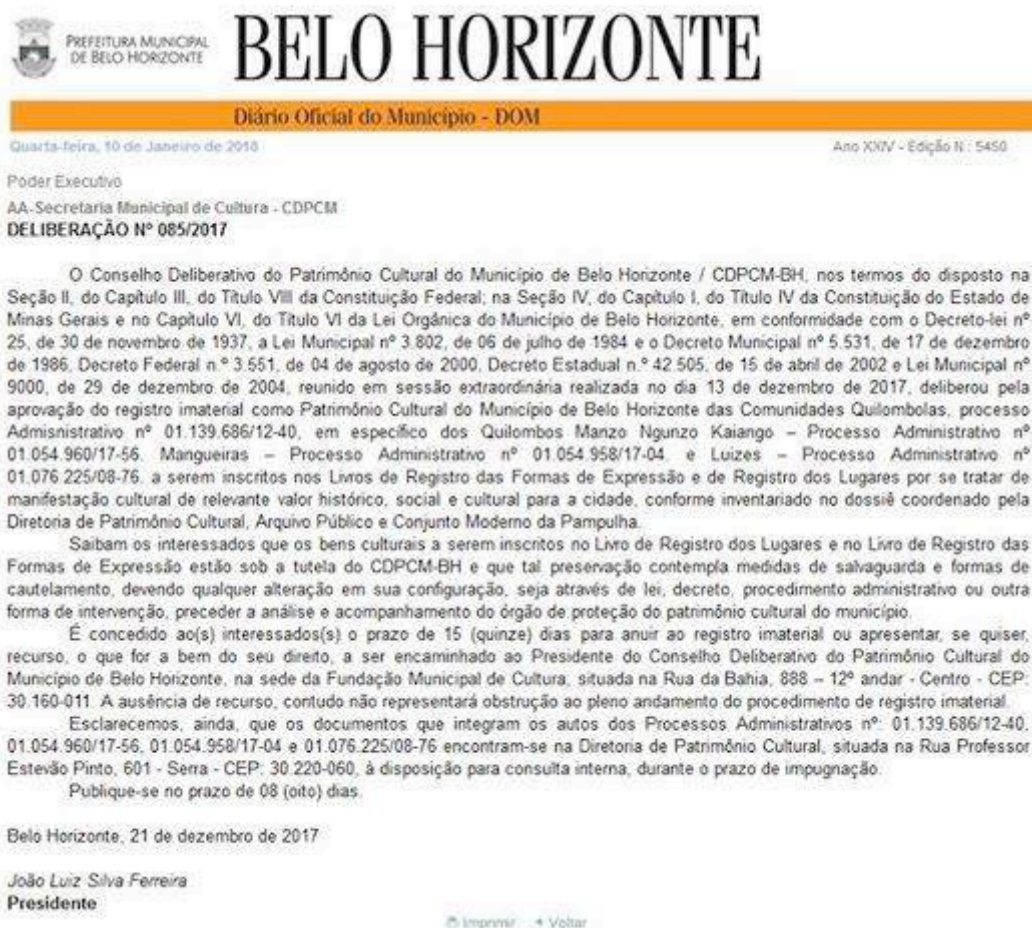
### **Confluência Síntese: Reconhecimento Luízes Patrimônio Imaterial**

No ano de 2008 uma construtora dá início a um grande empreendimento a ser construído em parte do território quilombola, cujo processo de retomada já estava em andamento. O embate foi acompanhado pela comunidade e contou com aplicação e suspensão de liminar, protestos dos membros da comunidade, divulgação midiática. À época contamos ainda com o apoio da Defensoria Pública da União, para a realização do manifesto, que propiciou uma conversa com o secretário de obras do município e com a gerente da Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana (SMARU), que assegurou a todos os presentes que o Alvará concedido pela PBH sofreria suspensão<sup>61</sup>. Tal fato não se concretizou, e a construção seguiu livre curso, culminando com a ocupação de 08 (oito) lotes para edificação de um prédio composto por 48 (quarenta e oito) unidades residenciais, e 12 (doze) unidades comerciais. Tais empreendimentos foram super valorizados em virtude da auto cotização dos imóveis na região.

Tal ação, contudo, sofreu sanção por parte da Defensoria Pública da União (DPU), que notificou a Fundação de Cultura do município, através de ordem judicial<sup>62</sup> exigindo que a mesma procedesse aos encaminhamentos para que se desse o reconhecimento da comunidade na categoria de Patrimônio Imaterial da Cidade. Tal mecanismo atuaria como um inibidor de ações contrárias as demandas do quilombo,

sendo tomadas por parte da gestão pública municipal. Salientando que tal fato se deu no ano de 2009, e apesar das constantes solicitações da comunidade que exigia o seu cumprimento, sua concretização ocorreu somente agora, no ano de 2017.

A elaboração do dossiê teve a participação de membros da comunidade e é um Reconhecimento oficial da cidade, que contou com unanimidade dos votos dos Conselheiros presentes, e com o apoio do Presidente da Fundação de Cultura. Em entrevista concedida ao jornal Estado de Minas, a presidente do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), Michele Arroyo o conceito de patrimônio cultural configura “ação mais representativa que concilia a democratização e o reconhecimento histórico da importância dessas comunidades na compreensão de Belo Horizonte” (EM, 12/01/2018)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

# BELO HORIZONTE

**Diário Oficial do Município - DOM**

Quarta-feira, 10 de Janeiro de 2018 Ano XXIV - Edição N° 5450

Poder Executivo  
AA-Secretaria Municipal de Cultura - CDPCM  
**DELIBERAÇÃO N° 085/2017**

O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte / CDPCM-BH, nos termos do disposto na Seção II, do Capítulo III, do Título VIII da Constituição Federal; na Seção IV, do Capítulo I, do Título IV da Constituição do Estado de Minas Gerais e no Capítulo VI, do Título VI da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, em conformidade com o Decreto-lei n° 25, de 30 de novembro de 1937, a Lei Municipal n° 3.802, de 06 de julho de 1984 e o Decreto Municipal n° 5.531, de 17 de dezembro de 1986, Decreto Federal n° 3.551, de 04 de agosto de 2000, Decreto Estadual n° 42.505, de 15 de abril de 2002 e Lei Municipal n° 9000, de 29 de dezembro de 2004, reunido em sessão extraordinária realizada no dia 13 de dezembro de 2017, deliberou pela aprovação do registro imaterial como Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte das Comunidades Quilombolas, processo Administrativo n° 01.139.686/12-40, em específico dos Quilombos Manzo Ngunzo Kaiango – Processo Administrativo n° 01.054.960/17-56, Mangueiras – Processo Administrativo n° 01.054.958/17-04, e Luizes – Processo Administrativo n° 01.076.225/08-76, a serem inscritos nos Livros de Registro das Formas de Expressão e de Registro dos Lugares por se tratar de manifestação cultural de relevante valor histórico, social e cultural para a cidade, conforme inventariado no dossiê coordenado pela Diretoria de Patrimônio Cultural, Arquivo Público e Conjunto Moderno da Pampulha.

Saibam os interessados que os bens culturais a serem inscritos no Livro de Registro dos Lugares e no Livro de Registro das Formas de Expressão estão sob a tutela do CDPCM-BH e que tal preservação contempla medidas de salvaguarda e formas de cautelamento, devendo qualquer alteração em sua configuração, seja através de lei, decreto, procedimento administrativo ou outra forma de intervenção, preceder a análise e acompanhamento do órgão de proteção do patrimônio cultural do município.

É concedido ao(s) interessado(s) o prazo de 15 (quinze) dias para anuir ao registro imaterial ou apresentar, se quiser, recurso, o que for a bem do seu direito, a ser encaminhado ao Presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, na sede da Fundação Municipal de Cultura, situada na Rua da Bahia, 888 – 12º andar - Centro - CEP: 30.160-011. A ausência de recurso, contudo não representará obstrução ao pleno andamento do procedimento de registro imaterial.

Esclarecemos, ainda, que os documentos que integram os autos dos Processos Administrativos n°: 01.139.686/12-40, 01.054.960/17-56, 01.054.958/17-04 e 01.076.225/08-76 encontram-se na Diretoria de Patrimônio Cultural, situada na Rua Professor Estevão Pinto, 601 - Serra - CEP: 30.220-060, à disposição para consulta interna, durante o prazo de impugnação.

Publique-se no prazo de 08 (oito) dias.

Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2017

João Luiz Silva Ferreira  
Presidente

Imprimir Voltar

Para os quilombolas a importância deste reconhecimento consiste em assegurar visibilidade ao segmento, valorização e respeito na luta.

A UNESCO determina que o Patrimônio Cultural Imaterial ou Intangível compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus

descendentes. Neste sentido, não só os aspectos físicos são constituintes da cultura de um povo, “Há muito mais contido nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e em diversos outros aspectos e manifestações, transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo.” Isto é revelador da Identidade do Povo Brasileiro.( <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>)

Ainda na condição de referência, neste caso a ordem emitida a favor do Quilombo dos Luízes, beneficiou ainda os outros 2 quilombos existentes na cidade, de modo que os mesmos fossem contemplados por esta mesma legislação.

Este apanhado acerca das Confluências elucidou-nos que: “Histórias vividas, sonhos árduos de se realizar, mas quanto mais são difíceis a caminhada e os obstáculos enfrentados, mais há força de vencer, porque a cada obstáculo vencido é inexplicável a sensação.” (Vercilene Francisco Dias, 2016, p.30). Estas sábias palavras da companheira quilombola, nos leva a refletir sobre os passos que nos trouxeram até aqui, iniciados há muito tempo por nossos ancestrais, desde o embarque nos navios negreiros, com a clara noção do quanto ainda temos que avançar. Somos dinâmicos como tudo aquilo que sofre a ação do tempo, e é a este aspecto que nos referimos, na medida de não sermos mais aquilo que já fomos, mas, afinal, no que nos tornamos?

Para Stuart Hall (2003) “[...] as velhas identidades, [...], estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno”(p.7). Assimilar estas mudanças e colocá-las a favor do bem comum - uma vez que o fortalecimento identitário é essencial na junção de forças pela manutenção e conquista de direitos, é palavra de ordem para certos grupos desta sociedade tão desigual. Concluo reproduzindo o relato de uma quilombola também engajada na luta pela perpetuação do legado:

“Eu sou a nova geração de milhares de Kalungas de hoje e de amanhã, pois o que faço hoje deixa marcas para o futuro e, apesar de não ser responsável, carrego comigo a responsabilidade de cuidar daqueles que me deram forças e coragem, que resistiram e lutaram por mim, o ‘Kalunga’, lugar sagrado, de proteção.”(Vercilene Francisco Dias, 2016, p.30)

Vejo-me contemplada por estas palavras, uma vez que já as vivencio. Grande parte do que fiz no passado, os resultados estão sendo colhidos no tempo presente. De modo especial, pude vivenciar uma nobre experiência, quando ao buscar assinaturas

para validarem minha inserção no MESPT, um jovem concordou de imediato, e quando disse-lhe que não sabia como agradecer, ele respondeu: “Traz este título lá para nós...”(Allison, 2016)

Neste último capítulo seguimos na tradição da oralidade, é a voz da comunidade registrada através da escrita, na transcrição das escrituras que une gerações no fomento da re-existência.

## CAPÍTULO 3. ESCREVIVÊNCIAS ENTRE OS LUÍZES: MEMÓRIAS COMO FORMA DE RE-EXISTÊNCIA

### 3.1. Minhas vivências ao longo do processo da pesquisa



*“[...] nossos ancestrais não deixaram riquezas em cima de lágrimas, sangue e morte de seres humanos, o que eles deixaram foi uma árvore com raízes profundas que terá muitos galhos e muitas folhas. E este é o lamento do meu povo negro! Gritando pela verdadeira democracia e liberdade.”*

Quilombola Maria Luiza Marcelino. Lamento de um povo negro, 2015.

*“Ser Mente,  
Ser Semente...mas,  
Não ser somente.”*  
Indígena Célia Xakriabá

Neste processo de pesquisa e de dissertar sobre a vivência Luízes, pairam ainda muitas dúvidas acerca da pergunta sobre ‘o que nos tornamos’, tendo como base aquilo que ‘já fomos’. Mas neste processo surgiram dúvidas também a este respeito, afinal, ‘o que já fomos’? Isso porque apesar de nos constituirmos como coletivo, cada um dos antepassados portavam suas próprias subjetividades, assim como finalmente eu percebo

ser detentora da minha. Sim, foi o processo de pesquisa Ação, enfrentamentos e de muita reflexão sobre os estudos realizados, especialmente das referências produzidas por quilombolas – salve Nego Bispo, Maria Luiza Marcelino, Maria Rosalina dos Santos e Vercilene Francisco Dias - que me dei conta, de que tenho sim uma parcela de responsabilidade sobre a manutenção do legado Luízes, mas é apenas sobre o quinhão que me cabe. Não carrego mais a sobrecarga de considerar que sou eu a pessoa que deve assegurar de todas as formas que o histórico de resistência Luízes seja evidenciado e mantido, hoje tenho claramente a noção de que a mim é reservado fazer somente o que está ao meu alcance, aquilo que posso assumir e demandar. Não alimento mais expectativas que dependem do interesse dos demais. Mas, sei do quanto não estou só, sinto a força ancestral a me amparar, e especialmente sinto a força e determinação de minha mãe, como parceira nesta trajetória.

Maria de Lourdes Aprigio Pereira nasceu em Minduri, município longínquo e de condições – socioeconômicas precárias lá do sul de Minas. Aos 9 anos de idade - sétima dentre os nove filhos de d. Sebastiana Paulina e do Sr. Malaquias Aprigio, a menina teve que vir trabalhar na cidade, pois, o serviço na roça não possibilitava um ganho que torna-se possível que o alimento desse para todos. Trabalhando como doméstica, ora reside na capital mineira, ora na capital paulista, em busca de melhores condições de trabalho, bem como da proximidade de relação com as demais irmãs, que lá estavam desempenhando o mesmo tipo de função. Aos 21 anos de retorno para Belo Horizonte, ela conheceu o meu pai, Walter Nunes Pereira neto de Maria Luiza Moreira – criado por ela.

Não tardou muito a bisa veio a falecer, meus pais que já estavam noivos, casaram-se e passaram a residir no casebre da matriarca Luízes. Lembro-me bem do barracão humilde, feito de adobe e telhas de barro. Conhecia cada detalhe da casa, e sentia-me parte de tudo ali, alguns móveis e peças de decoração pertenceram a bisa, como minha mãe sempre destacava esta informação, lembro-me de sentir-lhe a presença, como se estivesse a circular por aqui. O quintal era um espetáculo à parte, todo arborizado, mata densa nos cercavam por todos os lados. Nenhuma presença de vizinhos exceptuando os moradores da vila, e como parente é coisa complicada, raras eram às vezes em que d. Lourdes me permitia estar com eles – geralmente brincava sozinha no córrego, na mata, na terra de chão batido da porta de casa.

Mas, sempre tinha a minha mãe, ela estava sempre por ali, geralmente lavando roupa, era a renda de que ela dispunha, lavadeiras naqueles tempos em que não eram



populares as máquinas de lavar, era algo muito comum. E o bom disto, era ter a minha mãe sempre por perto, cantarolando músicas antigas, quarando a roupa na grama, estendendo roupa no varal. Às vezes ela ia fazer algum trabalho fora, em casas que seria mais fácil ela ir até lá, do que a roupa vir até a nossa casa, como geralmente ocorria. Nestes dias, em que d. Lourdes ficava trabalhando fora, era de uma tristeza sem fim, pois, apesar dela deixar a comida pronta, a mesma não tinha sabor; apesar da luminosidade natural, tudo parecia estar escuro; apesar de estar tão perto - em grande parte das vezes, ela não estava ali conosco, e é por isto que tenho muita pena dos filhos cujas mães ficam distantes, pois, o pouco que ficávamos longe da nossa d. Lourdinha, transmutava-se em horas intermináveis de extrema angústia.

O olho do sol batia sobre as roupas estendidas no varal e mamãe sorria feliz. Gotículas de água aspergindo a minha vida-menina balançavam ao vento. Pequenas lágrimas dos lençóis. Pequenas lágrimas dos lençóis. Pedrinhas azuis, pedaços de anil, fiapos de nuvens solitárias caídas do céu eram encontradas ao redor das bacias e tinas das lavagens de roupa. Tudo me causava uma comoção maior. A poesia me visitava e eu nem sabia... (EVARISTO, 2017, Introdução)

Sempre compartilhei do estado de espírito de minha mãe, sempre senti suas dores, angústias, tristezas, alegrias, ainda que ela não as verbalizasse. Me antecipava em tudo o que podia, para proporcionar-lhe um mínimo de alívio, já que a dureza da peleja, nunca deixava por menos. A vida sempre hostil aos pobres, exigia muito de nós, dela principalmente, a adulta responsável por criar sozinha 3 filhos, e minha mãe sempre colocou como prioridade termos o alimento à mesa e acesso garantido aos estudos. Nunca a vi esmorecer, sempre aguerrida, nunca abriu mão de lutar por vida digna e ascensão - melhores condições e um pouco mais de conforto sempre que possível. É dela também que escuto as histórias que meu pai dizia sobre o passado da Fazenda Piteiras, sempre que ela ouve alguma informação sobre algo que ele a tivesse narrado, ela interrompe a conversa e diz: “seu pai falava que a respeito disto, o que aconteceu foi...”. Percebo em sua fala que meu pai levou consigo muitas informações valiosas referentes à descrição do passado.

Outra transformação importante neste processo, foi constatar que nem tudo nos é dado revelar, existem ocorrências que ficaram no passado e foram enterradas com seus mortos, pois, decerto era assim que tinha que ser. Guardo com carinho os fragmentos

desta história compartilhada entre os dois – de seu casamento com o meu pai Luízes, bem como do casamento da guerreira com a história do lugar.

Percebo nela esta forte ligação com o território, mais até que os parentes de sangue. As 3 últimas festas de Sant’Ana ocorridas aqui na comunidade, se deram especialmente porque pude contar com seu incentivo e apoio. Ela é minha grande apoiadora no cultivo das tradições Luízes, e possui grande apreço pela história já contada e daquela que se encontra em construção. Em contato com a obra de Conceição Evaristo, deparo-me com um poema, que traduz nossa relação, sempre estivemos conectadas, e compromissadas seguimos com nossa destinação. Ouvindo relatos de outros guardiães desta luta quilombola, percebo o quanto sou beneficiada por ter minha mãe como companheira de luta – além de minha irmã que em muito nos auxilia no enfrentamento dos desafios. Eis o poema que tanto diz de nós:

O tempo passava e eu não deixava de vigiar minha mãe. Ela era o meu tempo. Sol, se estava alegre; lágrimas, tempo de muitas chuvas. Dúvidas, sofrimentos que dificilmente ela verbalizava, eu adivinhava pela nebulosidade de seu rosto. Mas anterior a qualquer névoa, a qualquer chuva havia sempre o sorriso, a graça, o canto da brincadeira com as meninas-filhas ou como as meninas-filhas. Foi daquele tempo meu amalgamado ao dela que me nasceu a sensação de que cada mulher comporta em si a calma e o desespero. (EVARISTO, 2017, p.21)

Que possamos seguir firmes, pois o nosso tempo ainda é, e eu sigo sendo aquilo que minha mãe juntamente com os ancestrais, vêm me lapidando para continuar a ser:

### **De mãe**

O cuidado de minha poesia  
aprendi foi de mãe,  
mulher de pôr reparo nas coisas, e de assuntar a vida.

A brandura de minha fala  
na violência de meus ditos  
ganhei de mãe, mulher prenhe de dizeres,  
fecundados na boca do mundo.

Foi de mãe todo o meu tesouro,  
veio dela todo o meu ganho  
mulher sapiência, yabá,  
do fogo tirava água  
do pranto criava consolo.

Foi de mãe esse meio riso  
dado para esconder

alegria inteira.

E essa fé desconfiada,  
pois, quando se anda descalço,  
cada dedo olha a estrada.

Foi mãe que me descegou  
para os cantos milagreiros da vida  
apontando-me o fogo disfarçado em cinzas e a agulha do  
tempo movendo no palheiro.

Foi mãe que me fez sentir as flores  
amassadas debaixo das pedras;  
os corpos vazios rente às calçadas  
e me ensinou, insisto, foi ela,  
a fazer da palavra artifício  
arte e ofício do meu canto,  
Da minha fala.

**(EVARISTO, 2017, p.79 -80)**

E de muitas mães é constituído o território Luízes, de linhagem matriarcal, conforme preza a tradição africana. As mães Luízes representam a fortaleza de cada família, mesmo para os filhos, que se espelham nelas na negociação de suas trajetórias. Seguindo na linha do matriarcado, seguimos com a oralidade da memória das Luízes, este elo da Transição que estruturam nossas bases.

### **3.2. Matriarcas: escrituras nos Luízes**

*Somos herdeiros de uma luta histórica, iniciada por muitos antes de nós.*

*Luiza Bairros*



Foto: Maria Luiza Moreira, sem data.

*Nós contamos histórias porque, finalmente, nossas vidas humanas precisam e merecem ser contadas. Bidima*

Buscando compreender através da oralidade, este processo de transformação ao qual o coletivo vem sendo submetido, neste capítulo a história dos Luízes, delinear-se-á, a partir das narrativas traçadas por elementos presentes na memória de seus atores. Levando em consideração as especificidades do grupo, o desenvolvimento deste será norteado por elementos que tratam da construção das subjetividades das matriarcas Luízes que complementadas entre si, muito revelam acerca da identidade coletiva do agrupamento. Para a psicóloga Maria da Consolação André<sup>63</sup> (2008) “As histórias de vida são as obras, grandes ou pequenas, construídas durante o ciclo vital. [...] São as memórias, as lembranças que, ao serem solicitadas, vão fornecendo o material a ser reconstruído e atualizado” (p. 213). As entrevistas com as matriarcas se deu em função deste estudo se voltar para uma abordagem acerca da passagem do tempo e das transformações ocorridas na dinâmica do coletivo Piteiras/Luízes. As rodas de conversa se deram ainda com este propósito, de analisar a interação intergeracional, com foco sobre os dados revelados a partir desta observação.

---

<sup>63</sup> Psicóloga e autora do livro “O Ser Negro: A construção de subjetividades em afro-brasileiros”, 2008.

No concernente a questão da subjetividade<sup>64</sup>, até um breve diálogo com as mais antigas mulheres do quilombo, revela estas características apontadas pela autora, pois, nas abordagens o exercício de memória apresenta os elementos que buscam dar sentido à luta diária, no direito sobre o legado. Diante das tentativas de descaracterização dos pleitos legítimos, das derrocadas sofridas no embate judiciário e do racismo instituído no entorno do território quilombola, torna-se perceptível a necessidade de reafirmar, através da narrativa, elementos presentes na memória, que dizem de uma história real, vivenciada de forma plena que destaca elementos reafirmadores de sua identidade. A esta noção de identidade, Kabengele Munanga considera que:

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1994, p. 177 - 178)

Sobre a característica desta identidade dos ocupantes da Fazenda Piteiras, tem-se este interessante relato de d. Júlia, 84 anos:

*“Eram descendentes de africanos, minha vó, minha tia Eulália, minha tia Petrina, não moravam aqui, mas eram todos descendentes. Para mim todos tinham que estar aqui. Minha tia Luiza me ensinou, é o ato de benzer, isto veio lá de longe mesmo [...] era tudo mato, semi mato, tudo mato. [...] Eu acho que tinha que resguardar, porque aquilo que já está vindo lá de longe, todo mundo tinha que tá junto aqui, minha tia Petrina, minha tia Eulália, meu tio Cindino, tio Zé Luiz, tio Durico, tia Aurora, tinha que tá todo mundo aqui ocupando estas terras que a gente recebeu, eu não tenho muito certeza de como, mas, veio lá de trás. A história que minha vó contava, é que era mesmo doação, veio de doação. Esta é a história que eu sei, a minha vó conta isto, a minha tia Luiza também contava a mesma coisa. Eu acho que todo mundo tinha que tá aqui salvaguardando isto aqui que a gente recebeu de mão beijada, isto aqui ninguém comprou, simplesmente é doação. Agora a minha vó tinha uma coisa muito dela assim, que eu não sei se ela, se isso veio lá de trás.*

---

<sup>64</sup> [...] pode ser pensada como uma construção que se dá conforme as vivências que as pessoas têm. (ANDRÉ, 2008, p.61)

*Quando reunião os irmãos e irmãs da minha vó era lindo demais, porque eles se consideraram assim, aquilo que eles receberam lá de trás e que hoje aqui não existe mais, todos eram compadres e comadres, então minha vó falava, comade Eurora, comade Eulália, comade Petrina, cumpade Zé Luiz, cumpade Chico. Eram todos, todos muito apegados, por isso que eu entendo, que quem doou isso aqui para nós, devia tá todo mundo aqui, todo este pessoal devia estar aqui para conservar aquilo que já veio lá de trás, para que não houvesse também invasões, então é isso que eu sei.” (Relato oral de Júlia Ferreira, 84 anos. Entrevista realizada por Miriam Aprigio no Quilombo Luízes em jan/2018)*

As falas das mulheres – posto que são estas que historicamente estão à frente dos embates enfrentados, são repletas destes elementos apontados por Munanga, uma vez que diante de tanta discriminação sofrida, há a necessidade de reafirmar para si mesmo aquilo que se é de fato. A evolução histórica dos Luízes se desenvolve num contexto matriarcal, tendo como base as continuidades e as discontinuidades que se processam através do tempo e sobre as vivências humanas e sociais. Toda a trajetória de luta tem como referência a atuação feminina, sendo d. Cordelina a referência predominante presente na memória do coletivo. Grande extensão do território ancestral, é usurpada no período de vigência da referida tia, posto que foi este o período da urbanização. Ao serem questionadas sobre a atuação exclusiva da Cordelina – Tia Nina, e do motivo pelo qual grande parte das terras se perdeu, Julia<sup>65</sup> e Maria Luiza afirmam que:

*“Ora, eu acredito que isso aconteceu porque eles não tinha noção do poderio que eles tinham nas mãos. Não me lembro de quem cuidava dos papéis, só lembro quando era tia Nina que cuidava dos papéis. Ela colocou uma cerca ali, ali naquela rua que sobe ali, Henrique burnier. Ela colocou uma cerca ali demarcando nosso espaço. Então alguém veio e arrancou a cerca, e esta cerca de arame ia até lá embaixo, onde o 21 (ônibus) desce e pega lá embaixo a Silva Lobo, ela botou a cerca ali, e eles derrubaram a cerca. Ela tornou colocar, tornaram a derrubar aí ela foi ameaçada, entendeu. Aí ela já não podia mais colocar – por volta dos anos 40, aqui era tudo mato, não tinha a rua Alves Pinto, Henrique Burnier, Artur Ferrari.*

*Ninguém se juntou a ela, porque achava que ia ficar assim do jeito que tá, que nunca ia haver urbanização aqui, que ia ser eternamente isso. Talvez este seja um dos motivos, que ninguém se preocupava. Só a tia Nina que se preocupava.*

---

<sup>65</sup> Julia Ferreira da Silva – 74 anos. 28/01/1934

*“Deixava que Cordelina sabe”, ela aprendeu muito com o tio Zé. O tio que morava no Paraná. Eu creio que ele foi procurar uma vida melhor. E lá ele tinha muita terra. Muito gado, muita fazenda, muita plantação. Quando ele morou aqui, foi lá na rua Pilar, já com as pernas amputadas. Ele teve problema de diabetes.*

*Mas só que tia Nina aprendeu as coisas e levou para o lado certo, não levou para o lado de passar a mão. Eu me lembro deste detalhe. Agora tia Nina era minha madrinha “bença tia?”. Ela aprendeu muita coisa, ela era muito inteligente. Mas, ela aprendeu muita coisa com um dr. Mário Sena, você já ouviu falar? Ele passou a perna nela, dr. Adhemar também, dr. Mário Sena ou Sana não sei direito. Ele iludiu muito a minha tia Nina, entendeu? E ela acreditou, ele levou muita coisa da gente, Sr. Ademar esta muito doente, eu sei onde ele mora, Luzia me chamou para ir visitar ele.*

*Tia Nina foi lesada, o pessoal fala que ela roubou, mas tia Nina foi toda sincera com nós, tudo ela lutava era por nós e depois ela se apegou aos órfãos de Josilo.*

*Agora, quando passou a fazenda Piteira, ia até a rua platina, aí foi perdeno, perdeno...e a gente foi ficando camuflado aqui neste espaço, e prestes a perder.” (Relato oral de Júlia Ferreira, 84 anos. Entrevista realizada por Miriam Aprigio no Quilombo Luízes em jan/2018)*

*“Já a tia Flausina, não tem aonde é o pé de jaboticaba e o beco? Aquilo ali tudo era da tia Flausina (prédio da Vale do Rio Doce), não tinha uns pé de manga, pé de jaboticaba que tá lá até hoje? Ali era da tia Flausina, ela morava lá, final da Pilar com Contria ali, era de lá até aqui na frente. Quando eles invadiu lá, tia Nina foi lá, mas, não adiantou não. A mãe falava muito, o Carlos, fica só sua irmã sozinha – meu pai ficava viajando, que era a única irmã solteira, mas, ninguém quis ir ajudar. Mas, ela lutou para não perder aquele terreno lá, fez de tudo, mas não conseguiu. A tia Nina era analfabeta, e dr. Ademar pegou com ela todos os documentos originais.” (Relato oral de Maria Luiza Sidônio, 74 anos. Entrevista realizada por Miriam Aprigio no Quilombo Luízes em jan/2018 )*



**Foto 1- Cordelina Eugênia Nunes**

Os documentos produzidos no âmbito da justiça dão conta de informações que claramente não foram acompanhadas por todos os membros da família. Isto fica evidenciado através das narrativas, posto que em muitas vezes, um único fato ganha versões diferentes variando de acordo com a fonte consultada. Contudo, os fragmentos apontados por cada parte, se somam na formação de um todo real. A luz da psicologia o fenômeno é explicado utilizando de base uma reflexão sobre o psiquismo humano, uma vez que:

“[...] as práticas discursivas aparecem permeadas por diferentes modos de vida, porque está ligado ao contexto sócio-histórico, os quais são dotados de significados e sentidos produzidos pelo grupo e, apossando-se deles, os indivíduos constroem os seus significados e sentidos, pautados nas internalizações e interpretações que serão referentes à história social e psíquica de cada um.” (ANDRÉ, 2008, p.214)

Por isso, esta unicidade conduz ao entendimento de um todo, na medida mesma em que as narrativas se encontram, sobre determinado aspecto, que seja comum à memória de todos, que no caso em questão se refere à Paisagem, entendida como território:

Ao longo do tempo, os Luízes interagiram com a paisagem local praticando um conjunto de ações: de uso e manejo do ecossistema, de identificações, reconhecimento e apropriações ambientais, ações que hoje fazem parte da história do grupo e integram, até certo ponto



inconscientemente, o estilo de vida que lhes é próprio. Essas relações configuram o modo de habitar o espaço do grupo, testemunho dinâmico das vidas e ações desdobradas nesse ambiente. (RTID, 2008, p. 55)

Ainda que sejam outras as abordagens, as explicações ou divagações acerca do passado vivido na Fazenda Piteiras se voltam para a questão territorial. Entendida como uma forma de representação, a paisagem é elemento constituinte do reavivamento da memória que pode ser atestado através dos seguintes relatos:

*“Tinha mata virgem, tinha bicho, aqui para cima era tudo mata. Eu lembro como se fosse hoje, aí para cima tudo era mata, não era mata pesadona não, mas era mata. A gente ia catar gabioba, murici. Tudo mato por aí afora, as galinha da minha mãe dormia nas árvore por aqui, aí a noite os gambá comia as cabeças das galinhas. No dia seguinte minha mãe achava umas 3 galinha morta.*

*Era linda a horta da minha vó, Silva Lobo era um córrego, e a horta dela era do córrego pra cá. Quando enchia muito né, quando chovia muito, então tinha aqueles caminho assim, um canteiro aqui, um canteiro ali, outro ali, e é onde cês moram. A horta era na frente da casa da vó, porque não tinha a Silva Lobo. Tinha o córrego, e entre os canteiros, tinha os poço, fazia um buraco ali, e juntava água ali. Aí com a água empossada a gente ia molhando os canteiros. Por que não fotografou isso? Ela vendia, tinha as freguesa dela. Eu ia com a minha vó vender as verduras, barro preto, bairro de Lourdes.”*  
(Relato oral de Júlia Ferreira, 84 anos. Entrevista realizada por Miriam Aprigio no Quilombo Luízes em jan/2018)

*“Aqui é a casa da vovó, depois a casa da tia Vanda, ali era a casa da tia Luiza – que era mãe do Tõe aí depois a tia Orizia casou, e tinha o outro lote lá que era da tia Orizia, em cima tem o lote da tia Ana, mas, foi a Maria Lúcia que construiu. Aqui era o córrego, tinha a bica e tudo, e do lado de lá era a casa da irmã do meu avô, que era a Maria Angélica, ela era solteira, a casa dela era do lado de lá, a casa dela era quase esquina com a xapuri, ali era um cano que existe ainda, o cano da copasa que ele vem lá de Brumadinho. O cano era mais pra lá, e mais pra cá tinha uma ponte que o córrego era alto assim, cê tinha que atravessar uma ponte, ou você atravessava em cima do cano, ou então atravessava a ponte para ir para o lado de lá, onde hoje é o Nova Granada, onde é a casa da Márcia lá, era uma casa de doce e geléia que eles faziam na época. Eu to lembrando é de uma dona, que era amiga da vovó e morava do lado de cá. Aqui mais ou menos onde é a faculdade, nesta reta, por aqui mais ou menos. E do lado de cá tinha umas mulher vermelhona, umas moça, eles tinha um monte de cavalo e uns*

*carroção, ele não tinha filho homem não, as moça que andava com os carroção para baixo e para cima. As parente do Nelson, morava do lado de lá (onde é o Lions) abriu a rua, eu não lembro direito. Depois, mais pra frente teve uma outra ponte, aí tinha um moço que nós chamava ele de seu Inácio ele tinha uma chácara grande assim, que hoje é assim, sabe quando cê passa naquele beco ali? Ali tinha uma outra ponte, essa ponte, quando o meu pai casou com a minha mãe, ele trabalhava numa olaria que é como se fosse lá no jardim América. E minha mãe ia levar janta para ele, ele ficava lá até a noite fazendo tijolo. Aí na hora que minha mãe tava passando na ponte, eu lembro como se fosse hoje, tinha um pé de folha de boldo, essa árvore existia ali a vida inteira, eu era adolescente e essa árvore ali já tinha, a hora que ela tava passando ali, que ela ia levar, a cobra veio, a minha mãe tava grávida da Luzia, aí a hora que a minha mãe foi passar, diz que era uma cobra gigante, aí a hora que a minha mãe foi passar, diz que a cobra ia pular em cima dela, ela desmaiou, aí ela não viu. Quando a Luiza nasceu, que a Luzia nasceu, a mancha, a cobra o médico falou que é fenômeno cibernóide, então a Luzia nasceu com a mancha, a cobra era escamosa assim alta, cê viu que ela tem a cicatriz, ela tirou aquilo quando ela tinha 18 anos, porque é bulling né, sofreu muito com esse problema na escola. O médico falou que este fenômeno chama cibernóide, pois a mãe tá grávida sofre um susto e a criança pode nascer com seqüela, foi o caso da Luzia, que ela nasceu com uma cobra, que vinha aqui descendo pelo pescoço dela...*

*Essa Maria Angélica, que era irmã do meu avô, morava do outro lado, cheio de pé de goiaba, pé de coco e as irmã do papai falava para nós que ela era bruxa.*

*Aqui sempre foi mato, tinha plantação de eucalipto, nem sei de quem era plantação. Antigamente aqui tudo era mina, não existia água encanada, eu lembro na horta da tia Orizia, as mina era tão fácil que fazia assim, dava umas três enxadada e a água esguixava. Então para a Tia Orizia era fácil, ela fazia um poço aqui, outro ali, outro ali, eu lembro que ela amarrava uma lata assim no cabo da vassoura, e ela só fazia assim (gesto) molhava os canteiros num estantin. Na frente da casa dela, a casa dela era no fundo. Aqui na casa da vovó era assim, tinha as mina aqui na frente, por exemplo, aí tinha um barranco assim, então cortava a casca da bananeira, e enfiava, aí tanto tinha uma bica cá, tinha uma bica lá, fazia as bicas. Aí tinha a horta, a horta eu nunca esqueço, a horta era assim mais pra frente, aí eu lembro como se fosse hoje, eu tenho um quadro lá, que eu falo assim, eu ganhei de uma amiga minha, eu falo que é a casa da vovó, idêntico, a única diferença é que nessa casa tem um mastro, tem um mastro de um santo assim na frente. E esse forno de barro que tá aqui, a casa é assim, você ia para lá assim, aqui tinha uma janela, depois tinha a porta da cozinha, e a porta da sala tinha uma escadinha, e tinha uma janelinha,*

*aqui nesta frente, era um monte de pé de Hortênciã, e tinha uma florzinha que eles chamava estrelinha, e tinha um pé – nunca vou esquecer – de brinco de princesa, que tava sempre carregado. E logo na casa da tia Luiza, tinha um pé grande também de brinco de princesa, aí do lado tinha o quintal. Aí do lado tinha um monte de espada de são Jorge assim, é um cervã viva, e do lado de baixo como era assim um barranco, é para onde você descia e tinha um portão assim, era pra ir na horta. E a horta era do lado de baixo, tinha aquelas mangueiras gigantesca, tinha pé de laranja, tinha pé de pitanga, e tinha também amora. Que eu nunca esqueço, que na época, nós gostava de olhar os bicho da seda, eu arrancava os bicho tudo e levava pra casa.” (Relato oral de Maria Luiza Sidônio, 74 anos. Entrevista realizada por Miriam Aprigio no Quilombo Luízes em jan/2018 )*

Perceptível em todas as narrativas, foi o vínculo da memória com os detalhes do território. Ao assistirmos o pronunciamento destes relatos, percebemos a pessoa, quase que a se transportar para aquele tempo. Sinto-me privilegiada por ao menos conhecer este lugar - já que não vivi aqueles momentos, o que me permite percorrer todas estas trilhas e partilhar destas nobres lembranças. A vivacidade presente na voz, olhos e gestos de quem narra, nos remete a esta mensagem de Conceição Evaristo:

Stop  
A vida passeia marginal  
nos caminhos  
podados da mente.  
Dos olhos injetados do poeta  
brilha o lusco-fusco  
da palavra ferida.  
E a big-pena  
rabisca sinais luminosos  
STOP!  
(EVARISTO, 2017)

Esta descrição dos lugares, se associa a pessoas, que se associam a situações, que possibilitam uma espécie de coexistir na dualidade do tempo - a saber, passado e presente. O saudosismo é alegre, como se viver toda esta experiência, tivesse valido a pena, ainda que a abordagem seja de tempos e/ou situações difíceis. De fato os olhos da poetiza brilham ao externar a alegria de sua mente.

*“Tia Maria Angélica morava onde tinha o boqueirão, que atravessava pra lá, ela morava do outro lado do boqueirão. Tinha até medo de passar lá, porque era um boqueirão mesmo, fechadão assim. Lá morava a Maria Angélica que era irmã do meu avô. Tio Chico que era marido da tia Aurora, que a tia Aurora era irmã da vovó, e tinha a tia Eulália, também que era irmã da vovó, e o tio Chico era irmão do Vitalino. Quirino era casado com a tia Eulália. A vovó tinha muita horta, mas a gente comprava no Romeu, ele tinha uma vendinha na rua Junquilhos, ele trazia compra aqui em casa. Para você sair daqui, tinha que sair daqui para pegar o bonde lá no Calafate, ou então lá onde é o Pio XII. Eu lembro de ir com a minha vó no barreiro, comprar verdura, chegando em casa a gente lavava, amarrava para poder vender. E fazia tudo isto a pé. Depois que começou a ter casa na avenida Amazonas, minha mãe lavava roupa delas lá eu ia a pé.”* (Relato oral de Maria Lúcia Ferreira, 86 anos. Entrevista realizada por Miriam Aprigio no Quilombo Luízes em jan/2018)

*“Da rua do posto pra cá, era tudo eucalipto, não dava nada lá. A mina da vovó era dentro do elevador, no Santa Felicidade (edifício, construção recente), teve que entrar um caminhão basculante, era a bica que não morre. Lá também era a mata da vovó. Depois da horta da vovó é que era eucaliptos, que , quando papai pôs a água, ele pôs a água na Ariosvaldo Martins (rua), não tinha aquele prédio, tem as fotos eu com 18 anos, o Beto. Era úmido tanto por causa do córrego.”* (Relato oral de Maria Luzia Sidônio, 76 anos. Entrevista realizada por Miriam Aprigio no Quilombo Luízes em jan/2018)

Refletindo ainda sobre a questão da subjetividades, as ações humanas, especialmente em se tratando de ações coletivas e de resistência à opressão sofrida, como é o caso dos ocupantes das Piteiras, configura objeto de investigação. Uma das possibilidades seria analisar a formação da genealogia, baseada na comunidade de residência, pautada na relação parental, que envolve laços de sangue e ocupação do território comum. Chega-se então ao casal Vitalino Nunes Moreira e Maria Luiza Moreira – membros da segunda geração, cujos temperamentos marcantes, marcam a história do lugar até a contemporaneidade. Sobre suas personalidades, as matriarcas relatam que:

*“Eu sei que meu vô “ê vô, bença vô” (choro) ‘bença vô’, ele plantava muito abacaxi, banana, ele costumava cortar cacho de banana amadurecendo – o passarinho começou a bicar ali, então ele falava assim: “ancês nun vai cume subejo de passarin”, outra hora, outra coisa interessante que acontecia,*

*que vinha bem lá de trás; meu vô fumava cigarro de paia, então minha mãe comprava fumo e mandava leva para ele. Então, ele dizia assim: “quando vovô tiver duas coisas, ele te dá uma”:* gracinha!

*A minha avó ela tinha assim muito medo, de chamar a gente de negra preguiçosa, então uma vez, eu me lembro claramente, ela botou um banco muito grande assim lá na porta da sala, e tava ali esfregando umas roupas, dentro de uma bacia, naquele banco, eu falei mais vô, a senhora tá pegando roupa limpa e tá lavando vô? Não minha fia, é porque os homem tão capinando do lado de lá, eles vão me ver sentada aqui à toa, eles vão falar que eu sou preguiçosa, por isso é que eu estou aqui lavando essa roupa que já tá limpa. Já a cozinha da minha vô era muito preta, por causa da picumã do fogão de lenha.”* (Relato oral de Júlia Ferreira, 84 anos. Entrevista realizada por Miriam Aprigio no Quilombo Luízes em jan/2018)

*“Meu vô era muito severo, ele era baixo, sério, cara fechada.”* (Relato oral de Maria Lúcia Ferreira, 86 anos. Entrevista realizada por Miriam Aprigio no Quilombo Luízes em jan/2018)

Deixar marcas e registros nas histórias do lugar e na vida das pessoas, é uma característica daqueles que praticam o Bem Viver. Povos tradicionais cultivam estas práticas, uma vez que a convivência comunal é uma prática que promove intensidade nas relações. Conceição Evaristo, traduz assim estas vivências no poema "Meia lágrima":

Não,  
a água não me escorre  
entre os dedos,  
tenho as mãos em concha  
e no côncavo de minhas palmas  
meia gota me basta.

Das lágrimas em meus olhos secos,  
basta o meio tom do soluço  
para dizer o pranto inteiro.

Sei ainda ver com um só olho,  
enquanto o outro,  
o cisco cerceia  
e da visão que me resta  
vazo o invisível  
e vejo as inesquecíveis sombras  
dos que já se foram.

Da língua cortada,  
digo tudo,

amasso o silêncio  
e no farfalhar do meio som  
solto o grito do grito do grito  
e encontro a fala anterior,  
aquela que, emudecida,  
conservou a voz e os sentidos  
nos labirintos da lembrança.  
(EVARISTO, 2017, p.82 - 83)

Durante toda a entrevista, a senhora Julia mantinha o diálogo com os ancestrais, evocando-lhes a companhia, saudando-lhes com o pedido de benção. Decerto que esta cena, traduziu o trecho do poema, que diz “Das lágrimas em meus olhos secos, basta o meio tom do soluço, para dizer o pranto inteiro”. Tais menções aos ancestrais, conduziam o olhar para cima, e por alguns segundos, minutos talvez, ela com eles ficava a dialogar, como se de fato estivesse a ver “as inesquecíveis sombras dos que já se foram”, retomando a “fala anterior, aquela que, emudecida, conservou a voz e os sentidos nos labirintos da lembrança”. O poema transcreve em detalhes o momento vivido.



**Foto 2 - Maria Luiza Moreira**

Outro aspecto interessante, é o sentido identitário das festividades, que em relação a este coletivo, se caracteriza por uma função social, já que era através destas práticas que se mobilizava o entorno, além de assegurar a participação dos parentes que vinham de longe. Mesmo nos diálogos despreziosos – fora do contexto da entrevista,

as festividades se destacam e estão em primeiro lugar no registro minemônico do coletivo Luízes, sendo possível constatar a partir deste relato:

*“Eu gostava muito era das festas de Natal, fazia aquelas mesas grandes. Tinha as mangueiras, aí aqui assim era o quintal, aí tinha a casa, aqui assim era o quintal grandão, aí todo mundo trazia suas mesas, ia emendando, emendando, tinha aquele monte de comida, a tia Wanda fazia uma torta de abacaxi, arroz doce, mamão relado, como dizia tia Ana, isso era a sobremesa, era os doce caseiro e doce de laranja, aí elas faziam aquela comelança, tutu de feijão, macarronada. Aqui tinha muito pé de laranja, era tudo daqui, tia Nina também tinha pé de laranja ali, até pouco tempo tinha pé de laranja onde é a casa dela. Vovó tinha muito pé de mamão, pêssego, vovó tinha tanto pêssego, eu adorava ir na horta da vovó, ela sempre me chamava: “Maria Luiza vamo na horta – vamo na horta, pega cansanssão”, eu falava, “o vovó isso aí queima”, ela: “ah menina, deixa de ser boba menina” – e ela pegava aquelas varona. A vovó fazia uma carne, que eu nunca, nunca vou esquecer.*

*A festa de Santana era boa, era época que todo mundo do bairro vinha, era alegre, vinha todo mundo da vila Lídia, vamo pra novena, não tinha nada no bairro. A única coisa que tinha era a festa de Sant’Ana ou a quadrilha lá que o Tunico fazia. A festa de Sant’Ana era muito boa, porque vinham esses primos da vovó que era congadeiro, do beco do galo lá de Nova Lima, eles que vinham levantar o mastro. E nós que enfeitava o quintal todo, nossas tias cortava a papelada, e a gente que fazia as bandeirinhas, e enfeitava o quintal todo, enfeitava mastro. E nós barria o quintal, toda vez que chegava aqui: “Maria Luiza ‘barre’ o quintal”, aí ela me dava o pau, e eu tinha que ir buscar alecrim do mato, aí eu enfiava o alecrim e fazia vassoura de ramo. E ela falava: “Maria Luiza ‘barre’ o quintal de cima e o quintal de baixo”, tinha dois quintal, a casa era no meio. O almoço sempre era no quintal de baixo, na hora de levantar o mastro era no quintal de cima. Do lado de cima tinha muito pé de café, lá na frente era onde picava lenha, o quintal ia muito lá na frente, lá no fundo que eles rachava lenha. Eu sou louca pra pintar a casa da vovó, eu ainda vou fazer curso de pintura, pois eu ainda vou pintar a casa da vovó. Tinha cada pé enorme de manga, tronco grossão, tinha pé de goiaba demais, vivia sapecava naquelas taturana cabrita.” (Relato oral de Maria Luiza Sidônio, 74 anos. Entrevista realizada por Miriam Aprigio no Quilombo Luízes em jan/2018 )*

Partindo de um olhar contemporâneo e à luz da filosofia, para Bidima os indivíduos vão se tornando sujeitos a partir da história que os constitui. Segundo o filósofo, “Não podemos entrar na filosofia, assim como na vida, senão misturados a

uma história que nos precede e enredados em histórias que se tecem entorno e sobre nós.” (BIDIMA, 2002, p.1). Especificidades descritas nas narrativas acerca dos antigos costumes e práticas dos antepassados, muito revela acerca da auto-percepção dos agentes desta história. Trata-se das festividades, dos códigos restritos ao agrupamento, das formas de sobreviverem isolados através de elaboração de estratégias e de dinâmicas voltadas para a convivência grupal. Enfim, diz da Identidade Coletiva dos Pretos das Piteiras, constituída em outros tempos. Sendo assim, os Luízes dos tempos atuais, vivenciam o que este mesmo autor descreve como sendo a Travessia, pois, “[...] como os relatos de uma história produzem outras configurações e conexões através de múltiplas intrigas e como eles variam, os relatos do paradigma da IDENTIDADE tornaram possível o paradigma da Travessia.”(2002, p.1)

*“Como em 2004 com a secretaria, eu falei assim, nós somos quilombolas. E com o auxílio do FAT, e foi a primeira construção que fizeram aqui dentro do nosso quilombo, foi a Milão, que entrou com 3 prédios dentro do nosso quilombo, e eu vendo a minha tia eu vendo a luta dela, eles tiravam tudo, eles derrubavam cerca, derrubavam tudo, ela foi assassinada. Aí eu falei, pois agora eles vão ver quem são os invasores, porque eles queriam tirar esses negros daqui. Então, aqui só tinha 3 famílias. Depois veio os italianos, já pagos e com moradia, então veio aqui, neste lugar aqui, até na avenida Amazonas. Que eu costumo dizer, que eles antigamente, já vieram com tudo né, com casa, moradia. Que até era muito bom, vieram uma família, era Maximiano Rrigues, vieram os italianos, e eles eram bons demais pra gente, porque eles tinham coxo bois, tinham cavalos e eram muito católicos, então todo sábado e domingo, eles sentavam aquela negriada tudo dentro do coxo (risos) para ensinar catecismo. E eu fui uma delas, inclusive, que aprendi catecismo com eles, é a família Rrigues, é o segundo morador desta região aqui e eles moram até hoje, moram no Calafate.*

*Então aqui era muito bom só depois que veio a ser mais valorizado, é que veio a construtora Milão, aí eu com o auxílio do FAT, através da SMACON, falei, vou mostrar para eles, que nós estamos aqui desde antes de Belo Horizonte, nós estamos aqui desde quando era curral Del rei e não sei assim se é um livro, porque tem poucas páginas, para mostrar quem éramos nós, que somos muitos, e que viemos para cá, nós não éramos invasores, então foi isso que aconteceu, por isso que a gente veio para cá.” (Relato oral de Maria Luiza Sidônio, 74 anos. Entrevista realizada por Miriam Aprigio no Quilombo Luízes em jan/2018 )*



Partindo da percepção de que conforme nos revela Bidima (2002) [...] é sobre a história vivida que se apoia a nossa memória, torna-se perceptível a noção dos Luízes mais conscientes de sua história, que não somos mais aquilo que já fomos, e de que os tempos são de desafio acerca da emergência em consolidar um algo novo. Revela de forma despretensiosa ainda, o que nos tornamos a partir da disputa territorial, uma vez que somos impedidos de manter as características do grupo, para lidarmos com a imposição do outro, no enfrentamento do racismo vivenciado no cotidiano, na busca por orientações para lidar com os embates judiciais, na luta pela sobrevivência no cenário de desigualdades sociais típicos de uma grande metrópole etc.

*“Eu gostaria assim que não apagasse, que isso não fosse apagado, da nossa história, porque eu considero ouro, não é ouro da serra pelada não, é ouro humano (choro), é ouro humano que eu considero isto, entendeu? Quando das festas de Santana, vem lá de longe, vem lá de longe à festa de Santana, todo mundo vinha, cada um com a sua prole, filhos, netos. Muitas vezes eu vi abraçarem, minha vó chorar, minha vó chorar de emoção. Minha tia Luiza também era muito sensível, muito sensível ela também, “bença tia? Bença tia? A senhora já tá aí” (olhando para o alto) “tá todo mundo aí, daqui a pouco eu vou também, porque mudou tudo aqui, não tem nada daquilo que a gente viveu aqui, qualquer dia eu vou” tia Lica, minha tia Lica “tia, obrigada tia, muito obrigada tia, peço a senhora a benção, me abençoe daí minha tia” cada cara tão alegre, tava tudo ruim, tudo ruim mas ela tava sempre alegre, sempre feliz.” (Relato oral de Júlia Ferreira, 84 anos. Entrevista realizada por Miriam Aprigio no Quilombo Luízes em jan/2018)*

Falamos no início deste capítulo, que os moradores das Piteiras de outrora, tinham como base retirar da própria terra o sustento, dada sua geografia complicada e a situação de isolamento a qual o grupo estava submetido. Logo, falamos em Reciprocidade com o meio ambiente, tão natural aos tempos em grande parte da população vivia no campo, e em especial, e até a atualidade, vivem os Povos de Comunidades Tradicionais. Muito diferente da dinâmica urbana a qual os Luízes se viram submetidos, apesar da adaptação, não deixando de representar um forte impacto sobre sua tradicionalidade.

Os Pretos das Piteiras de ontem, se constituem nos Luízes contemporâneos, e para estes a perspectiva da *re-existência* - compreendida como a construção de uma outra identidade na consolidação da travessia - se faz sentir até mesmo para os Luízes mais jovens. Através da roda de conversa que reuniu membros de gerações diversas,

ficou evidenciada a busca por respostas, o sentimento de pertença que clama por uma definição, na medida em que ouvimos a seguinte pergunta após a afirmação de uma jovem que diz do seu orgulho em pertencer a este lugar: “Afinal, quem somos? O que é ser uma quilombola?”



**Foto : Roda de conversa e filmagem para o registro do Patrimônio. Março, 2017**

Esta questão é relevante, pois, se no passado intervenções externas não interferiram na autonomia de ação do grupo, os tempos modernos apresentam conflitos que tencionam e promovem impactos sobre a questão da auto-aceitação subjetiva, a se refletir no coletivo. Apesar de se aceitarem como pretos das Piteiras, o termo quilombola é uma imposição do estado, bem diferente de uma construção coletiva, marca característica dos Povos Tradicionais.

Na vivência, tais práticas se convertem em possibilidades de avanço e perpetuação do legado, partindo da referência ancestral e do histórico de resistência, a ressignificação histórica desempenha papel relevante nesta trajetória. A força da identidade estruturada nos tempos antigos traz em si uma potencialidade que resiste às alienações temporais, advindas das efemeridades características do universo virtual e do mundo globalizado. É através da narrativa que dá livre curso ao exercício de deixar fluir a memória, que a identidade coletiva se reafirma, na medida mesma em que valida

nossas raízes que superaram o estigma da escravidão. Uma abordagem antropológica possibilita-nos a seguinte leitura deste conjunto de ações praticadas pelos povos tradicionais Luízes:

Deriva daí a importância das narrativas orais sobre a paisagem, o território e a disseminação da família no espaço, também como forma de fazer ouvir grupos e indivíduos invisíveis frente às formas oficiais de construção da história. As diversas versões que ouvimos sobre a gesta de fundação do quilombo e de formação de seu território, e as lacunas insistentes que recorrem, também se organizam em uma história de resistência que atravessa a trajetória dos Luízes. [...]

Uma das maneiras de transmissão dessa memória, ou história espacial, é por meio das narrativas que descrevem o universo vivido e as escolhas feitas nesse ambiente pelos membros da comunidade. A memória dos Luízes desse espaço e suas transformações é um elemento constitutivo da sua identidade como remanescentes de escravos. A tradição oral do grupo constitui o modo de transmissão de um saber acumulado e, à maneira de registro de um patrimônio grupal, veículo de valores sociais e de um modo de vida. Ouvir as narrativas espaciais constituiu condição de acesso à apropriação que fizeram e fazem de seu território, ao mesmo tempo em que se reafirma o modo cultural do grupo de manifestar o seu estreito vínculo à terra sobre a qual erguem sua mais cara identidade.

[...] Enquanto uma “comunidade étnica” possuem um nítido sentimento de pertença, com raízes na história comum de seus membros. Narrativas sobre as formas do terreno no passado, lendas sobre os lugares requentados, a designação dos espaços, todos são registros do percurso espacial partilhado pelo grupo e herdado das sucessivas gerações que ali conviveram. (RTID, 2008, p. 55 – 56)

É a soma destes fatores – memória, narrativa, território e pertencimento, que se processam na dinâmica do grupo, que oferece subsídios, recursos que assegurem a existência deste lugar histórico, ainda que em outros formatos, posto que a cada nova geração, surgem novos sujeitos. Trata-se da Modernidade e da Tradição formando elos na Travessia, resistindo com o tempo. Tal afirmação, pode ser contemplada pelos dizeres da jovem quilombola Verônica (17 anos):

*“Eu acho que as pessoas mais velhas elas às vezes têm a impressão de que nós mais jovens, não estamos absorvendo este conteúdo e tudo que eles estão falando, mas, a gente absorve sim, e entendi sim o peso que a gente carrega de lutar por isso aqui. As vezes, a gente escuta uma coisa aqui, escuta uma coisa ali, e a gente junta as peças e a gente fala: olha, isto é o meu passado, é por isso, que isso, e isso, e isso, tá acontecendo comigo. Eu acho que como adolescente, é muito complicado, muito difícil, você criado com uma cabeça, na escola você*

*escuta uma coisa, e aqui você entendi, você fala: poxa, tá eu sou negro, e eu tenho uma coisa, eu tenho um terreno pra lutar, eu tenho uma causa, eu tenho só – no meu caso né – eu tenho só 17 anos, o que é que eu posso fazer? Quando a gente entende isso, quando a gente fala assim: poxa eu tenho uma coisa legal assim, de peso pra lutar, muda muito a nossa cabeça assim. E eu queria muito que os mais velhos assim, as gerações passadas, entendessem isso, de que as vezes a gente não fala muito, mas que a gente sabe, a gente conhece a história, e que a gente carrega isto pra vida, e quando a gente assume – no meu caso né, eu não vivo aqui, mas eu sei que eu sou quilombola, que eu tenho uma origem quilombola, e que isso assim, faz toda a diferença, acrescenta muito na nossa vida, no nosso interior assim, na nossa cabeça, torna tudo muito diferente, e flui tudo muito mais..ãn, como dizer assim.. tudo tem mais peso. Tudo que a gente faz assim, a gente pensa: será que eles vão falar do meu passado, será que eles vão falar da minha causa?*

*Hoje em dia, na minha família por exemplo a gente não tem isto de benção. Mas, eu acho muito, muito maravilhoso a cultura as pessoas que pedem a benção assim, se eu tivesse tido essa criação acho que eu teria tido muito orgulho. Eu até tento buscar um pouco mais disso assim, mas é muito difícil quando não é a sua época, para entrar nesse padrão que as pessoas mais velhas querem assim que você se encaixe.*

*Tudo que a gente passa na juventude é muito difícil, quando a gente aceita que o nosso cabelo é afro, a gente tá passando uma impressão para o mundo de que sim, eu sou negra, quando a gente assume que tem bocão [...] quando a gente assume que a gente tem nariz largo, você tá falando, eu sou negra, quando você querer isso, que você traz isso, é essa impressão que a gente dá pro mundo.*

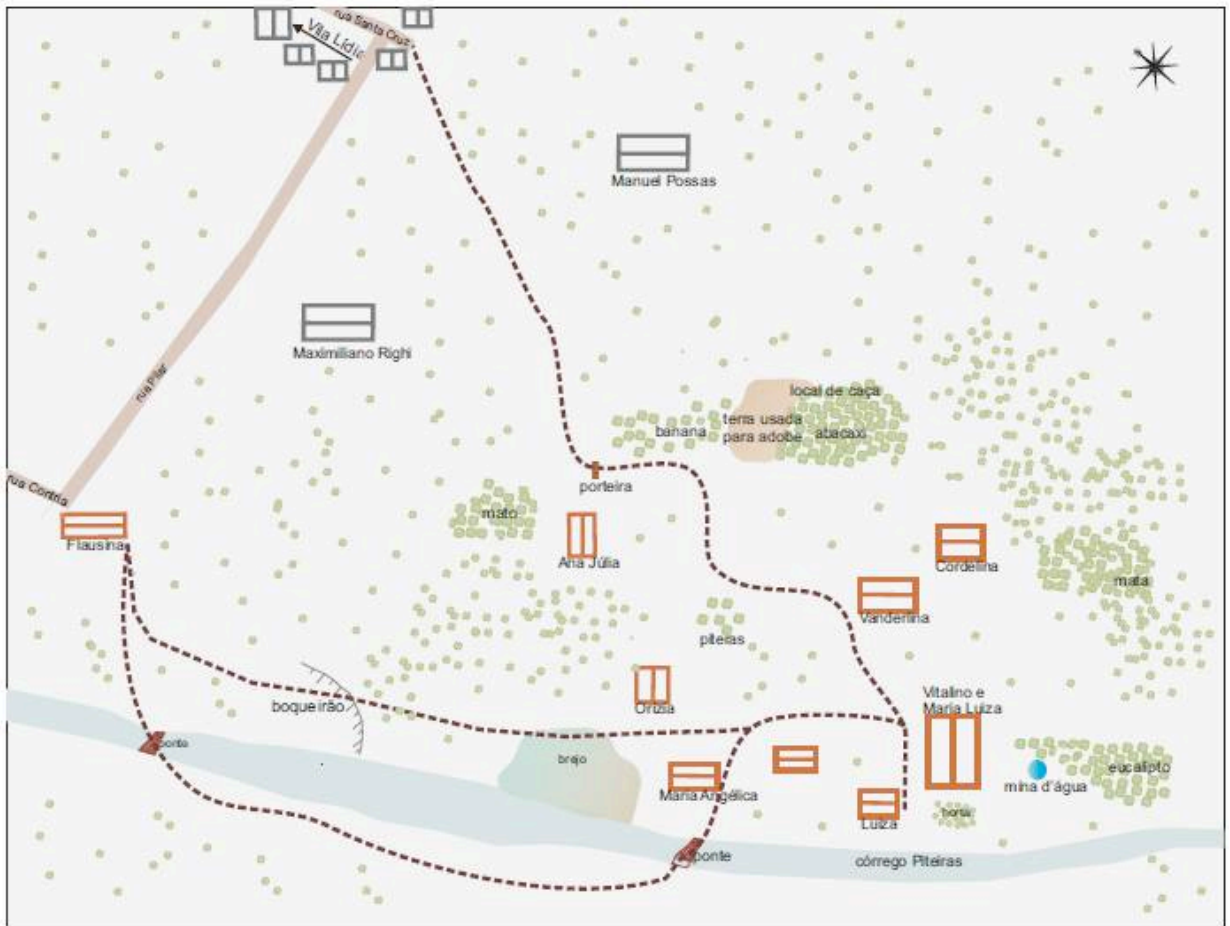
*Chega disso de tentar falar não, de esconder, não, a gente é negro, a gente é quilombola e isso é bom, isso é positivo.” (Relato oral de Verônica Sidônio 17 anos. Entrevista realizada por Miriam Aprigio no Quilombo Luízes em jan/2018)*

Temos assim a perspectiva da continuidade, a segurança de que o despertar de consciência já se faz sentir. Diante de tantos desafios, assegurar a continuidade da luta configura o maior obstáculo. O registro deste tipo de relato, impulsiona e estimula àqueles que já se lançaram no âmbito dos embates pelo direito de se ter direitos, a saber, Luízes engajados nas lutas por justiça e equidade. Corrobora com esta afirmação, os dizeres de Conceição Evaristo (2008), ao afirmar que: [...] A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes recolhe em si as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas. A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato. O ontem – o hoje – o agora. Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância o eco da vida – liberdade. (p.10-11). É através da

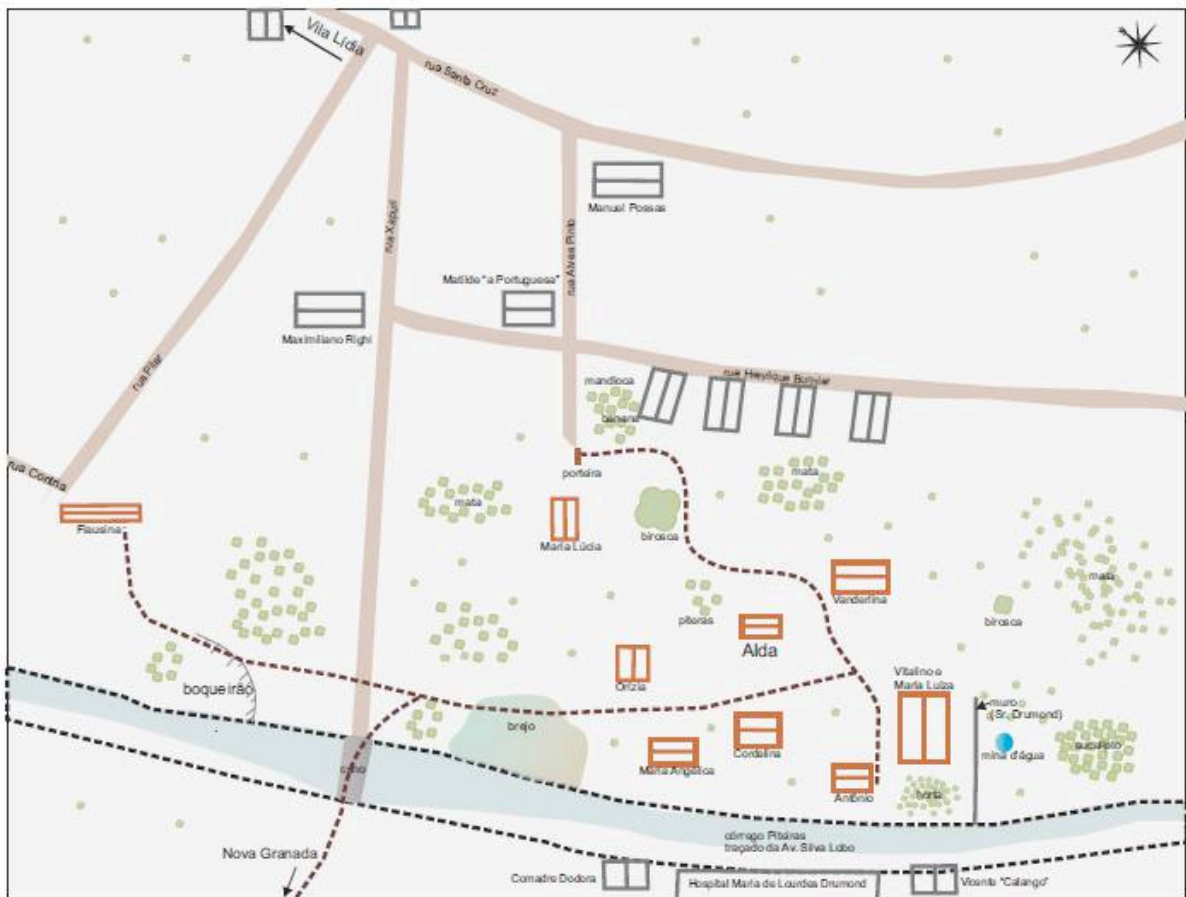
valorização da própria história, que os indivíduos se transformam em sujeitos de ação sobre o tempo e sobre suas conquistas, individuais e coletivas:

Ora, a história é a memória dos povos. Esse retorno a si mesmo pode, aliás, revestir-se do valor de uma catarse libertadora, como acontece com o processo de submersão em si próprio efetivado pela psicanálise, que, ao revelar as bases dos entraves de nossa personalidade, desata de uma só vez os complexos que atrelam nossa consciência às raízes profundas do subconsciente. (Ki Zerbo, 2010, p.XXXIII)

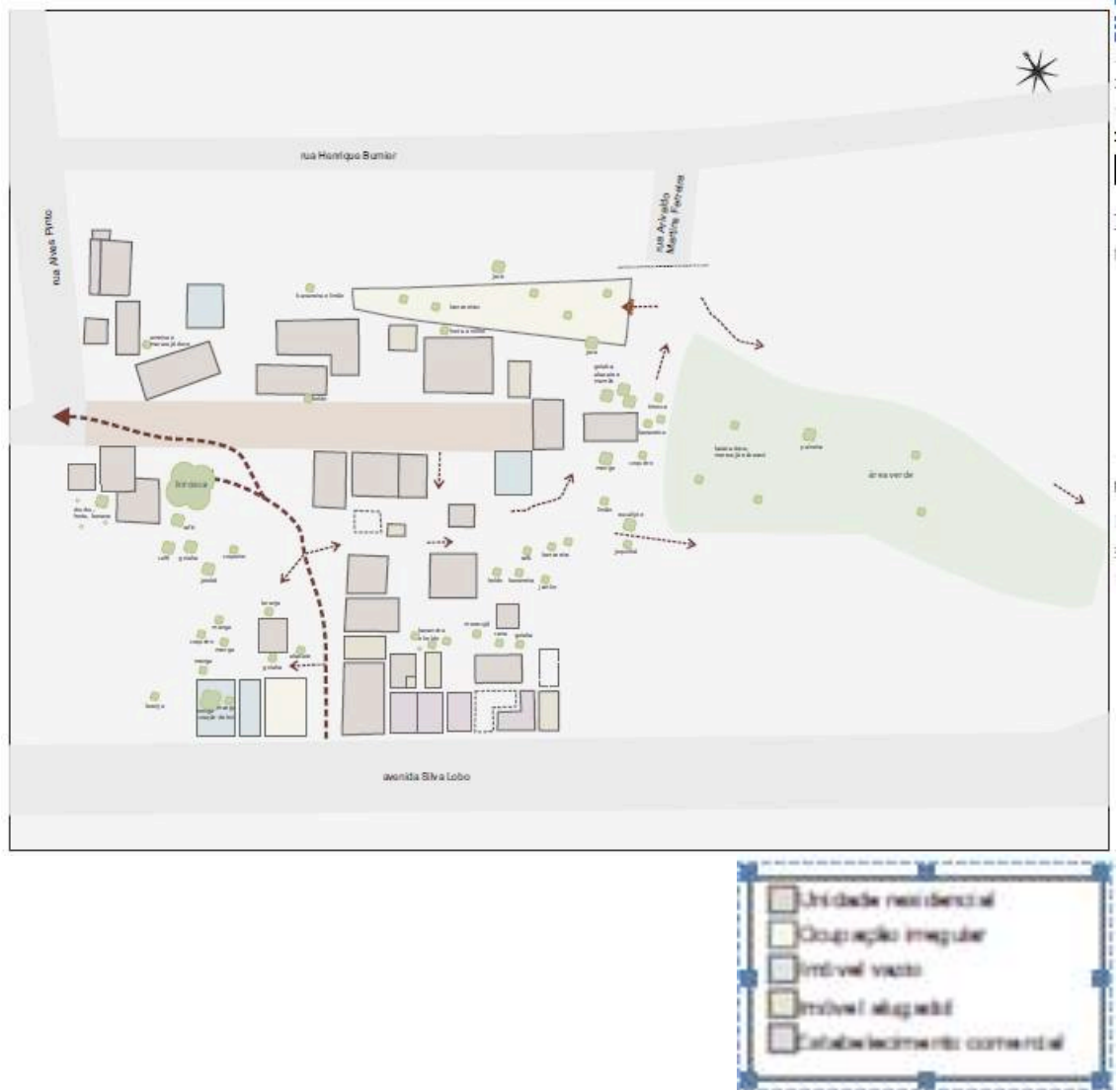
Através de uma busca que tinha como objetivo captar a percepção dos membros do coletivo Luízes no que tange a ocupação do espaço bem como do percurso trilhado ao longo do tempo, a equipe de antropólogos responsável pela elaboração do RTID, registrou através de croquis, o que imaginário e memória projetou. Tal exercício se deu para que se tivesse uma assimilação da relação dos antigos e atuais Luízes em interação com a ocupação do espaço. Buscou-se ainda, descrever dentro das possibilidades, as transformações ocorridas no território, e na organização interna da comunidade. Elementos constitutivos da paisagem, geografia e da atuação humana, foram aí representadas. De acordo com a descrição: Essa memória permitiu reconstituir traços da paisagem local: os trajetos, trilhas e locais de referência, e compreender a representação mental do território dos Luízes, a sua significação para o grupo e sua viabilidade como espaço na cidade.(RTID, 2008, p. 56 -57)



Croqui 1: memória espacial 1895-1950 - Relatório Antropológico de Caracterização histórica, econômica, e sócio-cultural do Quilombo de Luízes



**Croqui 2: memória espacial 1950-1980 Relatório Antropológico de Caracterização histórica, econômica, e sócio-cultural do Quilombo de Luízes.**



**Croqui 3: área verde e trajetos atuais Relatório Antropológico de Caracterização histórica, econômica, e sócio-cultural do Quilombo de Luízes.**

Ki Zerbo nos lembra que “a recomposição do passado está longe de ser integralmente imaginária. Encontram-se aí fragmentos de lembranças, filões de história que frequentemente são mais prosaicos que os ornamentos coloridos da imaginação épica” (2010, p. XLI). De fato, experienciar a vivência do rememorar junto aos mais velhos, é permitir-se transportar no tempo, na medida em que nos permitimos partilhar de suas emoções, e adentrar em seu universo. Trata-se de um momento salutar em que o reavivamento da lembrança, nos permite vislumbrar outras possibilidades. Um poema de Conceição Evaristo, descreve esta sensação:

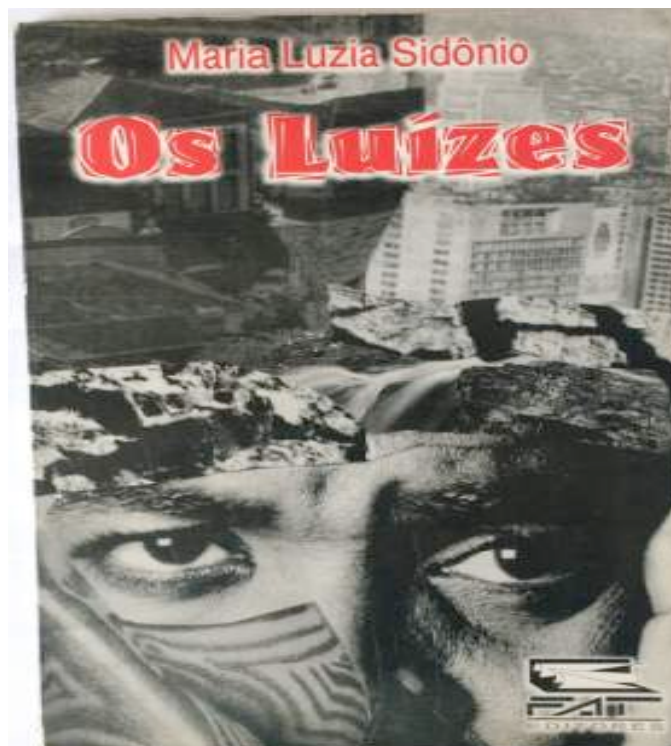
Pedra, pau, espinho e grade  
 “No meio do caminho tinha uma pedra”,

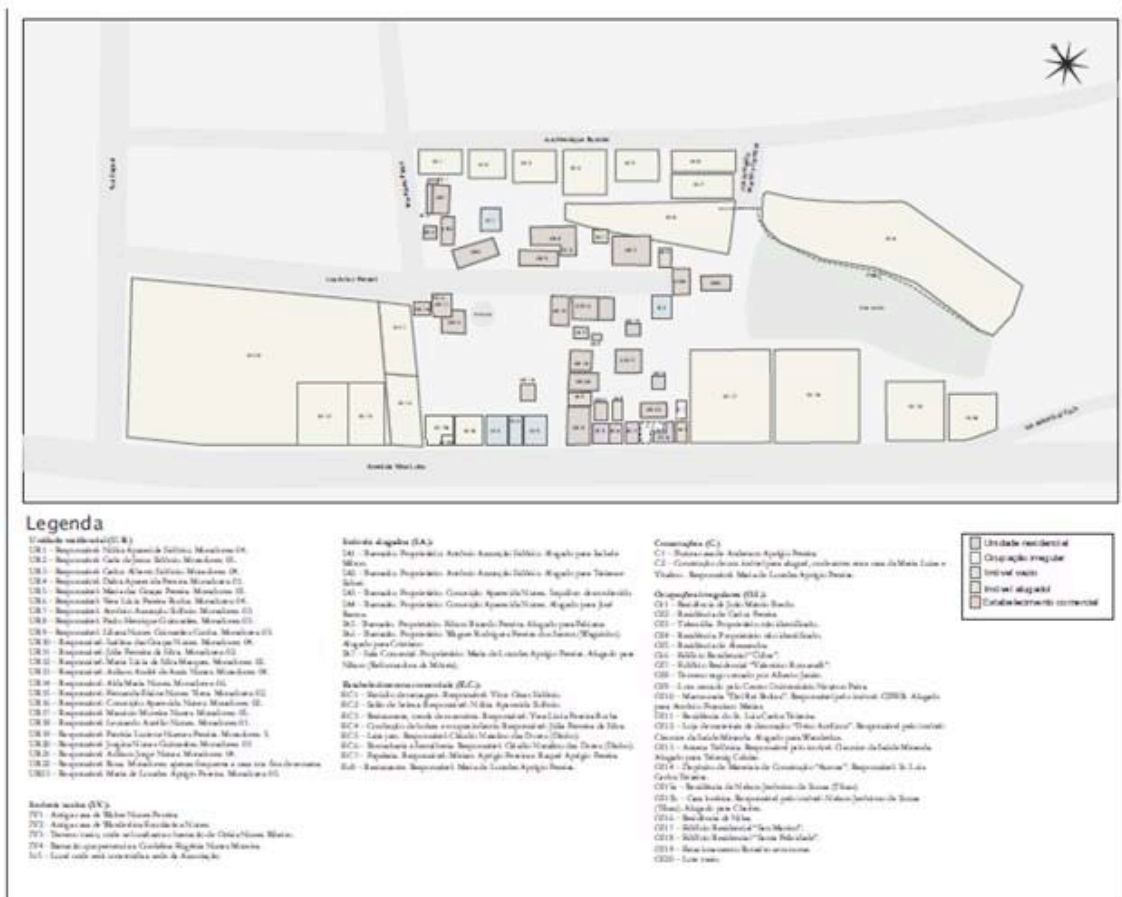


mas a ousada esperança  
de quem marcha cordilheiras  
triturando todas as pedras  
da primeira à derradeira  
de quem banha a vida toda  
no unguento da coragem  
e da luta cotidiana  
faz do sumo beberagem  
topa a pedra-pesadelo  
é ali que faz parada  
para o salto e não recuo  
não estanca os seus sonhos  
lá no fundo da memória,  
pedra, pau, espinho e grade  
são da vida desafio.

E se cai, nunca se perdem  
os seus sonhos esparramados  
adubam a vida, multiplicam  
são motivos de viagem.

(EVARISTO, 2017)





**Croqui 4: Distribuição dos imóveis. Relatório Antropológico de Caracterização histórica, econômica, e sócio-cultural do Quilombo de Luízes.**

### 3.3. Re-existir sendo Luízes

O Brasil da forma como o conhecemos é uma invenção oriunda da dinâmica imposta pela colonização portuguesa. Para os indígenas, verdadeiros donos da terra, o território Pindorâmico[1] pertencia às diversas etnias aqui existentes. Com a inserção de novas práticas de exploração do território, dá-se a diáspora dos povos africanos, que ao serem introduzidos no continente americano imprimem neste solo sua cultura, religiosidade e resistência. Logo, na mesma medida em que assinalava sua marca na construção desta nação, o povo preto escravizado manteve-se firme na luta pelo restabelecimento de sua liberdade.

Dentre os vários mecanismos de resistência, os quilombos se destacam como forma mais ousada de se contrapor ao sistema, pois, além do auto custo empregado no comércio de seres humanos – caracterizando fuga como prejuízo, havia o problema do uso e apropriação da terra, cujo domínio e monopólio eram exclusividades da Coroa.

Visando criminalizar o ato de formação dos quilombos, no ano de 1740, ficou estabelecido através do Conselho Ultramarino[2], que “*quilombo ou mocambo, seria toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles.*” Tal definição permeia o imaginário coletivo até a atualidade, contudo o termo vem sendo ressignificado, o que possibilita a desconstrução desta definição retrógrada e ultrapassada.

De acordo com a conceituação definida pelo INCRA, que é o órgão responsável pela regularização dos territórios quilombolas desde a promulgação da Constituição de 1988 “*as comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana -, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias.*” Tais atributos são levados em conta, quando um coletivo opta por recorrer à legislação que versa sobre os direitos destes povos.

As especificidades que dão origem a estas comunidades, no entanto, advém de peculiaridades diversas, de modo que o que temos verdadeiramente em comum é a ascendência étnica. Somos diversos, e estamos presentes em todas as regiões da ampla extensão territorial da parte sul do continente americano, dentro e fora do país, nos rincões rurais e nos grandes centros urbanos.

De acordo com o decreto 4887 de 20 de novembro de 2003[4], em seu Artigo 2º (segundo) foi assegurado que: “*Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, [...] os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.*” E em seu parágrafo segundo, reafirma que: “*São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural*”, que vem deliberar sobre o caráter dinâmico e contemporâneo destas comunidades.

Somos descendentes de povos que lutaram contra a colonização, contra o cerceamento daquilo que é mais caro a qualquer ser humano, que é a sua liberdade; e especialmente, somos descendentes de sujeitos dos quais foi retirado o direito a humanidade. Somos Povos originários ou nações sem Estado[5], somos afro-pindorâmicos a resistir em contexto urbano. A urbanidade como parte da política higienista implementada na cidade de Belo Horizonte desde sua elaboração, prima pelo nosso extermínio. Logo, **não se constituem enquanto urbanos**; quilombos são

agrupamentos étnicos, lugar de preservação de tradição, identidade, memória e costumes, presentes nos contextos urbanos e rurais.

Mas afinal, o que é ser Luízes?

Praticantes de um estilo de vida rural, os antigos ocupantes da fazenda Piteiras vivenciavam uma experiência comunal, partilhada através de práticas baseadas nos moldes das sociedades africanas. Reproduziam em solo brasileiro, as vivências trazidas de lá, que no contexto de pós-abolição e por isto mesmo de liberdade, promove um restabelecimento de laços com os costumes de valorização do outro cultivado por algumas sociedades da pátria mãe. Mas, de rural o espaço passa a compor um cenário urbano, e os ocupantes das Piteiras vão se adaptando a estas novas dinâmicas sociais, que implica em modificar a estrutura de sua identidade coletiva.

Uma das matriarcas, sempre afirma: “Não foi a comunidade [Piteiras/Luízes] que chegou à cidade, foi a cidade [através da urbanidade] que invadiu o quilombo” Maria Luzia Sidônio. Os avanços provocados pela pós-modernidade provoca intensas transformações ao promover impactos sobre os segmentos tradicionais, que passa a ser visto como diferente.

Neste sentido, chamo a atenção sobre o que vem a ser – diferente do que significa ser quilombola, o que vem a ser Luízes. Ser Luízes é assegurar a permanência deste legado deixado por nossos ancestrais, estabelecendo no presente, práticas de luta pela manutenção do território, mas também primando pelo estabelecimento de práticas de Bem Viver. Diferente daquilo que é imposto pelo capitalismo, território preto é lugar sagrado, sobre o qual se deu a vida daqueles que nos antecederam, em tempos de total inexistência de direitos. Suor, lágrimas e sangue foram derramados na luta pela preservação deste lugar, no qual hoje reafirmamos nossos referenciais identitários, cunhado na exploração da força de trabalho de nossos antepassados.

Ser Luízes também é ser precursor de uma nova trajetória... Primeiro quilombo a ser reconhecido em contexto urbano, somos referência de luta para o estado mineiro, que é um dos maiores em número de comunidades quilombolas no país. Através de nossa luta e acompanhamento no âmbito da jurisdição, asseguramos que através de uma ordem judicial proferida a nosso favor, os demais quilombos fossem também reconhecidos como Patrimônio Imaterial da Cidade de Belo Horizonte. Remontando as nossas raízes africanas, reafirmamos assim a filosofia UBUNTU[6] - “*Eu sou porque nós somos*”, partindo deste lugar de referência – especialmente por estarmos presentes

na capital do estado, pleitear direitos aos demais quilombos estaduais faz parte da nossa bandeira de luta.

O principal desafio é assegurar que trajetória dos Luízes iniciada no período escravocrata, demandada durante o período de precarização de direitos da população preta, oficializada no cartório de Sabará em fins do século XIX e intensificada pela usurpação territorial, tenha sua rota negociada para prosseguir frente aos embates impostos pelos desafios contemporâneos. Afinal é neste território que os Luízes de ontem e de hoje celebram seus nascimentos, batizados, religiosidades, despedidas, vitórias, derrotas, conquistas, partilhas, lendas e demais demarcações e passagens de suas vivências. A este respeito, foi realizada a seguinte análise pelos antropólogos responsáveis pela elaboração do Relatório Antropológico:

“[...] a ‘territorialidade’ não precede, nem lógica, nem cronologicamente ao estabelecimento do grupo, nem das relações sociais e dos sistemas de idéias sobre ele erguidos, exprime-os de uma forma original, acompanho-os no seu desenvolvimento, representa-os e fixa-os simultaneamente. Embora nem tudo dependa da inscrição territorial, em compensação, as percepções, as crenças e os símbolos encontram aí um imenso reforço, que dá suporte não somente à existência do grupo como à sua sobrevivência. O território pode considerar-se, portanto, uma importante dimensão da história dos grupos, espaço muitas vezes associado, às lutas e resistências ao longo do tempo em situações de opressão, a preconceitos e à desigualdade de condições. (RTID, 2008, p.9)”

Um outro ponto a destacar, diz respeito à relação com o meio ambiente, através do exercício constante de reciprocidade com o mesmo. Em nossos quintais prevalece o cultivo de hortaliças, ervas medicinais e frutas caracterizando mais uma maneira de resistir em meio ao caos urbano. Cultivando a manutenção da cordialidade, exercitamos através do bom convívio, um estilo de vida comunal, vivenciado e praticado entre os moradores do território, bem como junto aos ocupantes do entorno. Logo, pode-se afirmar que “*Quilombo significa reunião fraterna e livre, a solidariedade, a convivência, a existência de comunhão.* (NASCIMENTO, 1980)”, para além daquilo que nos diverge, ser Luízes é acima de tudo, ser pertencente a um território de resistência ancestral e de fortalecimento de nossas raízes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos e comunidades tradicionais se destacam no cenário de reivindicações por direitos de forma mais latente na contemporaneidade, apesar de aparentar ser contraditória tal perspectiva. Fato é que nós, os representantes destes segmentos fomos silenciados ao longo da história, encontrando nestes tempos em que prevalece a democracia no Brasil, cenário propício para se ter vez e voz. Os Luízes remanescentes das Piteiras superaram a barreira da invisibilidade, há muito instaurada e colocada em prática desde o projeto de construção da cidade, resistindo no território ancestral e fazendo história a revelia da dinâmica eugênica e urbana. Para além do referencial quilombola, é a identidade Luízes que é evocada como mecanismo de re-existência que faz frente a uma perspectiva de exclusão, e que tem como base uma luta iniciada muito tempo atrás, pelos nossos ancestrais. A atualização do conceito de quilombo, produzida por antropólogos, historiadores e pesquisadores do ramo, comprovam que diferente da noção de que tais comunidades constituem grupos estanques, que se mantêm sobre suas bases instituídas no passado, trata-se na verdade de sujeitos aptos a enfrentar os desafios contemporâneos.

Ainda que inseridas no universo capitalista, estas comunidades operam uma lógica contrária, ao estabelecerem através do pleito de caráter inalienável e coletivo do território, o direito comunal sobre suas propriedades. No desempenho de suas funções sociais, se organizam estrutural e culturalmente, zelando em termos de assistência dos seus e dos agregados, através de seus saberes tradicionais. A reciprocidade com o meio ambiente é outro elemento de valorização deste segmento, uma vez que, além de assegurarem a manutenção de mananciais, aquíferos e espécies da fauna e flora relevantes no balanceamento do ecossistema. Em contexto urbano, tais características se destacam, além de apresentar relevância sócio-histórica, ao serem identificados como pólos culturais da cidade.

Este estudo buscou revelar as especificidades e o protagonismo dos Luízes, que desde sua instauração em fins do século XIX, na região em que se deu a construção da capital do estado de Minas Gerais, apresenta um modo específico de resistir à opressão. Além de preservar suas tradições, seus membros se adaptam as imposições contemporâneas, contrastando passado e presente; tradição e modernidade; no atravessamento contínuo, buscando ressignificar seus elementos representativos de sua etnicidade. Os desafios vão desde a formulação de práticas de mobilização do grupo –

visando o fortalecimento de sua identidade, à promoção de ações coletivas que promovam tensão junto às diversas instâncias do poder público visando a efetivação de seus direitos. Além de subsidiar o empoderamento ao coletivo em questão, na medida em que este estudo é pensado, idealizado e realizado de uma Luízes, com recursos dos Luízes, para os próprios Luízes - é também - no compartilhamento das ideias de outros quilombolas e de autores e autoras pretas e pretos diversos, que se dá a concretização deste intento.

Destacando-se através de uma perspectiva alinhada com a noção de contracolonização que a realização desta produção tornou-se possível. Partimos de uma negociação de rotas, estabelecida junto aos comunitários, sendo estes seus porta-vozes ao narrarem suas memórias, oportunizando o registro escrito da trajetória impressa no tempo. Logo, não se trata de uma obra que siga a práxis academicista com a pretensão de teorizar um saber, trata-se de uma tentativa de colaborar com a manutenção e guarda deste legado ancestral. Trata-se ainda de uma produção que revela a multiplicidade cultural existente no território nacional e o quanto as ações dos Luízes, se constituem enquanto fenômeno político de transformação social, especialmente no ponto em que suas ações tornam-se referência para ações de outros grupos com estas mesmas características. É a continuidade de uma luta iniciada por aqueles que vieram muito antes de nós, e que nos compete dar continuidade em prol do cultivo desta identidade para as gerações futuras.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AFREEKA, Cizinho. **Desakato Lírico**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2017.
- ALVES, Miriam. Miriam Alves (depoimento). In: QUILOMBOHOJE. **Cadernos Negros 8 – Contos**. São Paulo: Edição dos Autores, 1985.
- ALVES, Miriam. O discurso temerário. In: **Criação crioula, nu elefante branco: I Encontro de poetas e ficcionistas negros brasileiros**. São Paulo: Ensaio, 1987, p. 83 – 86.
- ANDRÉ, Maria da Consolação. **O Ser negro – a construção de subjetividades em afro-brasileiros**. Brasília: LGE Editora, 2008.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Distribuição espacial das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. **Revista Humanidades**, Brasília, v.9, n. 47, p. 87-98, Nov. 1999.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. O espaço geográfico dos remanescentes de antigos quilombos no Brasil. **Revista Brasileira Extensão Universitária**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 52 -57, jul-dez, 2003.
- BAIROS, Luiza. “Lembrando Lelia Gonzalez”. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Misa e WHITE, Evelyn C. **O livro da saúde das mulheres negras – nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro, Criola/Pallas, 2000.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25 -58
- BIDIMA, Jean-Godefroy. **De La traversée: raconter dès expériences, partager le sens**. Rue Descartes, 2002/2, n.36 p. 7-17. Tradução para uso didático por Gabriel Silveira de Andrade Antunes.
- BOTELHO, Angela Viana; REIS, Liana Maria. **Dicionário Histórico Brasil – Colônia e Império**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, vol. 17, nº 49, São Paulo, sept./Dec., 2003.
- CARONE, Iray, BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branqueamento e branquitude no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 2002, p. 25 – 58.
- COSTA, Haroldo (Org.). **Fala, Crioulo – o que é ser negro no Brasil**. Record, 2009.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.



- DAVIS, Angela. *A Liberdade é uma Luta Constante*. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DIAS, Vercilene Francisco. Os Kalungas; por uma Kalunga. In: Wolkmer, Carlos Antonio (Org.) et al. **Os Direitos Territoriais Quilombolas** – além do marco temporal. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2016.
- em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017
- EVARISTO, Conceição. **Poemas da Recordação e Outros Movimentos**. Rio de Janeiro, Malê, 2017
- FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Renato da Silveira (trad.), Salvador, EDUFBA, 2008
- GOMES, Nilma Lino. **A Mulher Negra que Vi de Perto**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista**: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1982.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.): **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Rio de Janeiro: Petropolis, Vozes, 2017.
- HAMPATE BÂ, Amadou. A Tradição Viva. In: KI-ZERBO, Joseph (ed.) **História Geral da África**. Brasília: Ática/UNESCO, 2010.
- HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: Diário de uma favelada. São Paulo, Ática, 2007.
- KI-ZERBO, Joseph (ed.). **História Geral da África I**. Metodologia e Pré-história da África Brasília: Ática/UNESCO, 2010.
- LIMEIRA, José Carlos. **Quilombos**. Repertório, Salvador, nº 17, 2011.
- MARCELINO, Maria Luiza. Quilombola – **lamento de um povo negro**. **Nossa Cultura**, 2015.

- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Antígona, 2014.
- MUNANGA, Kabengele. *Identidade, cidadania e democracia:algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil*. In: SPINK, Mary Jane Paris(Org.) **A cidadania**
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: Identidade nacional versus identidade negra. Petropolis, RJ: Vozes, 1999.
- NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo*. 2ª Ed. Brasília/Rio: Fundação Cultural Palmares; O.R. Editora, 2002.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 2ª edição, São Paulo: Perspectiva, 2017.
- NASCIMENTO, Beatriz. *O conceito de quilombo e a resistência afro-brasileira*. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.) **Cultura em movimento**: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- NASCIMENTO, Wanderson Flor do. **Aproximações Brasileiras às Filosofias Africanas**: caminhos desde uma ontologia Ubuntu. Prometeus, Ano 9 – nº 21 – Edição Especial, dez. 2016.
- NOGUERA, Renato. **Ubuntu como Modo de Existir**: Elementos gerais para uma ética afroperspectiva. Revista da ABPN, v. 3, nº6. Nov.2011 – fev. 2012
- NUQ/FAFICH/UFGM [Núcleo de Estudos em Populações Quilombolas e Tradicionais]. *Quilombos Urbanos em Belo Horizonte: as comunidades de Mangueiras e Luízes*, **Revista Pensar BH/Política Social**, Belo Horizonte, nº22, mai. 2009.
- OLIVEIRA, Karine (Org.). **Raízes – Resistência Histórica**. Belo Horizonte, Ed. Vieras Abertas, 2018;
- PEREIRA, Josemeire Alves. “Pela lei, justiça e razão”: **famílias negras e lutas por direito à terra em Belo Horizonte (MG), no Pós-Emancipação**. V Rice-Unicamp, Houston, Texas, United States – 3-4 Abril, 2017;
- PEREIRA, Josemeire Alves. Os Herdeiros da “Fazenda Bom Sucesso” e a População Negra na História de Belo Horizonte (MG). In: **História, histórias**. Brasília, vol.4, n.8, 2016.
- PEREIRA, Miriam Aprigio. Os Luízes: história e Memória. In: **Prêmio Territórios Quilombolas**. MDA/Brasília, 2011.
- PLAMBEL. **O meio natural no processo de organização do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 1984.
- RAMIREZ, 2008, p.387; **Plan Nacional para el Buen Vivir 2009-2013**, 2009.

RAMOSE, Mogobe B. Globalização e Ubuntu. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Lisboa: Edições Almedina, 2009.

SANTOS, Antônio Bispo do. **Colonização, Quilombos - modos e significações**. INCTI/UnB, Brasília, 2015;

SANTOS, Maria Rosalina dos. Relato sobre a realidade das comunidades quilombolas no Brasil. In: Wolkmer, Carlos Antonio (Org.) et al. **Os Direitos Territoriais Quilombolas** – além do marco temporal. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2016.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. HUCITEC, São Paulo, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. HUCITEC, São Paulo, 1988.

SANTOS, Milton. **A Cidade como Centro de Região**. Salvador, Bahia, 1959.

SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Questões Urbanas e Racismo**. Rio de Janeiro: Petrópolis; DP et Alii; DF: Brasília, ABPN, 2012 (Negras e negros: pesquisa e debates).

SANTOS, Sales Augusto dos. **Educação**: um pensamento negro contemporâneo. Jundiaí, Paco Editorial, 2014.

Secretaria de Educação Fundamental. MEC: SEF, 2001. Disponível em: quilombokalunga.org.br

SIDÔNIO, Maria Luzia. **Os Luízes**. Belo Horizonte: FAT Editores, 1998.

SILVA, Cidinha da. **#Parem de nos matar**. P.27

SILVA, Cidinha da. **#Parem de nos matar**. São Paulo: Editora Ijumaa, 2016.

SILVA, Nelson Fernando Inocencio da. **Consciência negra em cartaz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SILVA, Rubens Alves da. **Negros católicos ou Catolicismo negro?** Um estudo sobre a construção da identidade negra no Congado mineiro. Belo Horizonte, Nandyala, 2010.

SILVA, Vera Regina Rodrigues da. **A Gênese do debate e do conceito de quilombo**. Cadernos CERU, série 2, v. 19, n. 1, junho 2008.

SOUZA, Barbara Oliveira. **Aquilombar-se** - panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro. [dissertação de mestrado]. Brasília, 2008.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1983.

## **Vídeos**

ADICHIE, Chimamanda. O perigo de uma história única.

GOMES, Nilma Lino. Políticas de ações afirmativas no Brasil.

Documentário: Auto de Resistência.

Mulheres negras participando na construção de seus direitos. Produção: CRIOLA – Organização de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, 2010

## **Documentos**

Projeto de Lei Dona Fininha da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Conselho Ultramarino, 1740

Lei Áurea

<http://correiobrasiliense.com>. Acesso em 12 de fevereiro de 2018

## **Outras Fontes**

<https://jornalgggn.com.br/blog/rdmaestri/o-que-ocorreu-no-espirito-santo-nao-foram-saques-foram-movimentos-de-desobediencia-social>

[www.prmg.mpf.mp.br/instituicao/arquivos%20inicial-cautelar-quilombola-luizes](http://www.prmg.mpf.mp.br/instituicao/arquivos%20inicial-cautelar-quilombola-luizes)  
(<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=368608>)

[www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao51/materia01/](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao51/materia01/)

<https://mamapress.wordpress.com/2016/10/11/e-proibida-a-capoeira-pena-de-1-a-3-anos/>

<http://www.palmares.gov.br/?p=21349>

[www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br)

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3912.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3912.htm)

<http://www2.camara.leg.br/>

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=369187>

<https://www.geledes.org.br/o-que-foi-o-movimento-de-eugenia-no-brasil-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/>

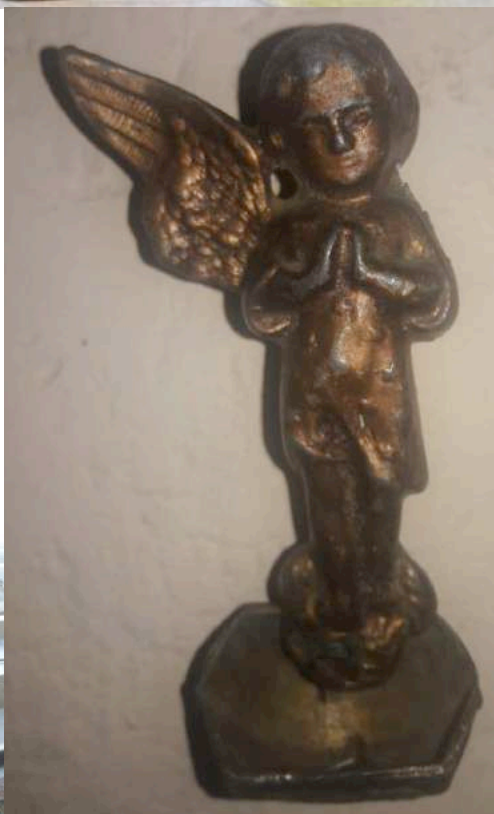
<https://racismo-cientifico.weebly.com/branqueamento-no-brasil.html>

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5465-3-julho-1968-358564-norma-pl.html>

<http://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-21147-2014-minas-gerais-institui-a-politica-estadual-para-o-desenvolvimento-sustentavel-dos-povos-e-comunidades-tradicionais-de-minas-gerais>

[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8716](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8716)  
<https://sumidoiro.wordpress.com/page/13/>  
<http://www.seppir.gov.br/sobre-a-seppir/a-secretaria>  
<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/o-que-sao-comunidades-tradicionais>  
[www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br)  
<https://racismoinstitucional.geledes.org.br/o-que-e-racismo-institucional/>  
<http://www.saberestradicionais.org/>  
[portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao](http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao)  
<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>  
[http://www.ptmg.org.br/quilombolas-lutam-para-barrar-construcao-de-predio-bem-no-meio-do-quilombo-no-bairro-grajau-em-bh/#.W98ubh\\_J21s](http://www.ptmg.org.br/quilombolas-lutam-para-barrar-construcao-de-predio-bem-no-meio-do-quilombo-no-bairro-grajau-em-bh/#.W98ubh_J21s)

Anexo. Galeria de Fotos- Antiguidades Luízes



**Anexo. Galeria de Fotos- Antiguidades Luízes**



**Anexo. Galeria de Fotos- Antiguidades Luízes**





**Anexo. Galeria de Fotos- Antiguidades Luízes**



**Anexo. Galeria de Fotos- Antiguidades Luízes**



**Anexo. Galeria de Fotos- Antiguidades Luízes**



**Anexo. Galeria de Fotos- Antiguidades Luízes**



## Anexo. Galeria de Fotos- Antiguidades Luízes

Festa de Sant' Anna



**Anexo. Galeria de Fotos- Antiguidades Luízes**



Anexo. Galeria de Fotos- Antiguidades Luízes



Anexo. Galeria de Fotos- Antiguidades Luízes



Junta Luízes



**Anexo. Galeria de Fotos- Antiguidades Luízes**



**Anexo. Galeria de Fotos- Antiguidades Luízes**



**Anexo. Galeria de Fotos- Antiguidades Luízes**



**Anexo. Galeria de Fotos- Antiguidades Luízes**

